

MILENA KIATKOSKI KIM

**AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO MODELO DE
DESENVOLVIMENTO VIGENTE NA ILHA DO MEL - PR**

**Monografia apresentada como
requisito à obtenção do grau de
bacharel em Ciências do Mar,
Setor de Ciências da Terra,
Universidade Federal do Paraná**

Orientadora: Prof^a Dra. Náina Pierri

**PONTAL DO PARANÁ
2004**

Agradeço aos meus pais, grandes amigos que sempre me deram todo carinho e suporte na minha jornada, e meus irmãos, razões do meu viver.

Agradeço imensamente à Prof. Náina Pierri, pela verdadeira orientação, que me ajudou a encontrar e trilhar o caminho desse trabalho, e sem quem ele não seria possível.

A todos os entrevistados da Ilha do Mel, em especial ao sr. Reginato Bueno, pelos dados e informações gentilmente cedidos.

Ao professor Maurício Noernberg e a Lilian Anne, pelo auxílio com o banco de dados e o mapa de vegetação.

Aos professores, colegas e funcionários do Centro de Estudos do Mar que contribuíram à minha formação, especialmente aos professores Rodolfo Angulo e Frederico Brandini, e ao amigo Luiz Fernando pelos conselhos.

Às amigas, Flave e Licas, sempre presentes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq), pela bolsa de iniciação científica concedida ao projeto nº 1999006180.

Cada dia a Natureza produz o suficiente para a nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

Todo aquele que possui coisas de que não precisa é um ladrão.

Mahatma Gandhi

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
RESUMO	x
I INTRODUÇÃO	1
II ANTECEDENTES HISTÓRICOS GERAIS	3
2.1 ANTECEDENTES DO AMBIENTALISMO	3
2.1.1 A proposta Brundtland de desenvolvimento sustentável (ONU, 1987)	5
2.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL	6
2.2.1 A criação de áreas protegidas no Brasil	9
2.3 A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO LITORAL DO PARANÁ	13
III ANTECEDENTES LOCAIS	16
3.1 DESCRIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO LITORAL DO PARANÁ	16
3.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSO	16
3.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E USO	19
3.4 ANTECEDENTES LEGAIS E HISTÓRICO DA GESTÃO	20
IV ANTECEDENTES DE PESQUISA	26
4.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO	34
V OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA	39
VI ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	40
6.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	40
6.2 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DIFERENTES INTERPRETAÇÕES	41
6.3 ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE E <i>TRADE-OFFS</i>	43
6.4 DEFINIÇÃO TEÓRICA DA SUSTENTABILIDADE LOCAL, DIMENSÕES E INDICADORES	45
VII METODOLOGIA	49
7.1 ENTREVISTAS AOS COMERCIANTES	49
7.2 ENTREVISTAS A INFORMANTES PRIVILEGIADOS	50
7.3 MAPA DE COBERTURA VEGETAL	51
VIII RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
8.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	52
8.1.1 Disponibilidade de água potável	53
8.1.2 Destino do esgoto	54
8.1.3 Qualidade da água potável	56
8.1.4 Qualidade da água do mar	59
8.1.5 Destino dos resíduos sólidos	62
8.1.6 Áreas Protegidas	66
8.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	69
8.2.1 Demanda	70
8.2.1.1 Caracterização do turista	70
8.2.1.2 Capacidade Demandada ao Longo do Ano	72
8.2.2 Atração de investidores	73
8.2.3 Rentabilidade	76

8.2.4 Modo de uso dos recursos	82
8.2.5 Serviços e estrutura local para manter a atividade turística	84
8.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	87
8.3.1 Acesso ao território	88
8.3.2 Acesso aos benefícios da atividade turística	91
8.3.2.1 Comércios	92
8.3.2.2 Emprego	94
8.3.2.3 Capacitação para o mercado de trabalho	98
8.3.3 Nível de homogeneidade social	101
8.3.4 Acesso à saúde	102
8.3.5 Segurança	105
8.3.6 Disponibilidade de oferta educação	106
8.3.7 Acesso a informação e cultura	108
8.3.8 Lazer	108
8.3.9 Manutenção da cultura própria	109
8.3.10 Participação social/política	111
8.3.10.1 Descrição das associações e Conselho Gestor	111
8.3.10.2 Participação política dos comerciantes entrevistados	115
IX ANÁLISE GERAL E CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
9.1 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE	118
9.1.1 Análise da sustentabilidade ecológica	118
9.1.2 Análise da sustentabilidade econômica	120
9.1.3 Análise da sustentabilidade social	122
9.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Consumidores de energia elétrica e entrevistas realizadas (1997).....	36
TABELA 2 – Número total de pousadas e campins e número de entrevistados (2001 e 2004).	50
TABELA 3 – Fonte de abastecimento de água dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.	53
TABELA 4 – Respostas quanto à falta de água dos comércios usuários da Cagepar – Ilha do Mel (PR) 2004.	54
TABELA 5 – Tipo de esgotamento nos domicílios particulares permanentes da Ilha do Mel (PR) 1991 e 2000.	55
TABELA 6 – Destino dos esgotos dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.....	56
TABELA 7 - Análises microbiológica e química do curso d'água conhecido como Rio da Ponte e do curso d'água localizado ao norte da Prainha - fevereiro e março de 2002.	59
TABELA 8 – Destino do lixo orgânico dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.	64
TABELA 9 – Eficiência do serviço de coleta de lixo na opinião dos comerciantes da Ilha do Mel (PR) 2004.	64
TABELA 10 – Razão de considerar o serviço de coleta de lixo ineficiente na Ilha do Mel (PR) 2004.	65
TABELA 11 – Melhor destino para o lixo orgânico na opinião dos comerciantes da Ilha do Mel (PR) 2004.	65
TABELA 12 – Renda familiar mensal dos visitantes da Ilha do Mel (2000).	71
TABELA 13 - Capacidade dos comércios demandada ao longo do ano na Ilha do Mel (2004).	73
TABELA 14 - Evolução do número de estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1997.	74
TABELA 15 – Procedência dos proprietários e arrendatários divididas entre os tipos de comércios entrevistados na Ilha do Mel (2004).	74
TABELA 16 – Motivos alegados por não residentes para alocar um estabelecimento comercial na Ilha do Mel (2004).	75
TABELA 17 – % que o comércio na Ilha do Mel representa da renda familiar anual dos comerciantes não residentes (2004).	76
TABELA 18 – Satisfação quanto à rentabilidade dos comerciantes da Ilha do Mel (2004).	77
TABELA 19 – Lucro médio mensal do comércio durante uma boa temporada – Ilha do Mel (PR) 2004.	77
TABELA 20 – Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo época do ano e procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.	78
TABELA 21 - Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.	80
TABELA 22 – Tempo do comércio estabelecido na Ilha do Mel (PR) 2004.....	81
TABELA 23 - Ampliações e reformas realizadas pelos proprietários de comércios na Ilha do Mel (2004).	82
TABELA 24 - Intenção de renovar o arrendamento do comércio da Ilha do Mel (2004).	82
TABELA 25 – Classificação média de problemas encontrados pelos turistas durante a visita e frequência de ocorrência (2000).....	85
TABELA 26 – Problemas que podem prejudicar a atividade turística na Ilha do Mel citados pelos comerciantes (2004).	85
TABELA 27 – O que deveria ser feito para melhorar o turismo na Ilha do Mel na opinião dos comerciantes (2004).	86
TABELA 28 - Situação dominial das zonas de ocupação da Ilha do Mel (1996).....	90
TABELA 29 – Classificação dos comércios entrevistados e relação com a procedência do proprietário (Ilha do Mel – PR) 2004.	92
TABELA 30 – Relação entre a opinião do proprietário sobre o limite do número de turistas e a classe do comércio da Ilha do Mel (PR) 2004.....	94
TABELA 31 - Evolução dos números absolutos e relativos de empregos em estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1998.....	95

TABELA 32 – Geração de empregos fixos pelos comerciantes entrevistados na Ilha do Mel – PR (2004)	96
TABELA 33 – Geração de empregos temporários pelos comerciantes entrevistados na Ilha do Mel - PR (2004).	96
TABELA 34 - Salário pago aos funcionários dos comércios na Ilha do Mel - PR (2004)	97
TABELA 35 – Grau de escolaridade dos grupos de comerciantes na Ilha do Mel – 2004	100
TABELA 36 – Rendimento nominal mensal dos chefes de domicílios particulares permanentes (2000).	102
TABELA 37 – Em qual âmbito coletivo o comerciante discute os problemas da Ilha do Mel (PR) 2004	116
TABELA 38 – Associação da qual o comerciante participa (Ilha do Mel – PR) 2004	116
TABELA 39 – A associação à qual pertence conseguiu alguma melhora para a comunidade? (Ilha do Mel – PR) 2004	117
TABELA 40 – Motivo alegado para não participar de nenhuma associação (Ilha do Mel – PR) 2004.	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Categorias de unidade de conservação presentes no Brasil (2004)	11
QUADRO 2 – Planos propostos para a Ilha do Mel entre 1967 e 1996	35
QUADRO 3 – Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade ecológica na Ilha do Mel (PR) 2004.....	46
QUADRO 4 - Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade econômica na Ilha do Mel (PR) 2004	47
QUADRO 5 – Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade social na Ilha do Mel (PR) 2004	48
QUADRO 6 – Qualidade das águas da rede de abastecimento e de poço nas vilas da Ilha do Mel (PR) 2003.	57
QUADRO 7 – Especialidades médicas e frequência de atendimento nas unidades de saúde da Ilha do Mel (2004).	103
QUADRO 8 – Formação professores e disciplinas ministradas nas escolas da Ilha do Mel (PR) 2004.	107
QUADRO 9 – Elementos dos indicadores que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade ecológica na Ilha do Mel (PR) 2004.	118
QUADRO 10 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade ecológica que favorecem ou prejudicam o aspecto econômico na Ilha do Mel (PR) 2004.	118
QUADRO 11 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade ecológica que favorecem ou prejudicam o aspecto social na Ilha do Mel (PR) 2004	119
QUADRO 12 – Elementos dos indicadores que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade econômica na Ilha do Mel (PR) 2004	120
QUADRO 13 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade econômica que favorecem ou prejudicam o aspecto ecológico na Ilha do Mel (PR) 2004	121
QUADRO 14 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade econômica que favorecem ou prejudicam o aspecto social na Ilha do Mel (PR) 2004	121
QUADRO 15 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam o aspecto econômico na Ilha do Mel (PR) 2004.	122
QUADRO 16 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam o aspecto ecológico na Ilha do Mel (PR) 2004.	122
QUADRO 17 – Elementos dos indicadores de sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade social na Ilha do Mel (PR) 2004.	123
QUADRO 18 – Relação entre os indicadores de sustentabilidade e os componentes da sustentabilidade.	126

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da Ilha do Mel/ PR.	17
FIGURA 2 – Placa com o mapa das vilas e pontos de referência da Ilha do Mel (PR), próximo ao embarque de Nova Brasília (2004)	18
FIGURA 3 – As correntes do pensamento ambientalista em relação aos aspectos da questão ambiental e à construção do desenvolvimento sustentável.	42
FIGURA 4 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2001-2002	61
FIGURA 5 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2002-2003.	61
FIGURA 6 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2003-2004.	62
FIGURA 7 – Lixeira transbordando durante um período de alto fluxo de turistas na Ilha do Mel (PR) 2004	63
FIGURA 8 — Mapa com a delimitação das áreas desmatadas e com cobertura vegetal da Ilha do Mel (PR) 2004.	68
FIGURA 9 – Barracas de lona com venda de “lembranças” da Ilha do Mel (PR) 2004.	71
FIGURA 10 – Comércio cujo proprietário é imigrante (Ilha do Mel – PR) 2004	93
FIGURA 11 – Comércio cujo proprietário é nativo (Ilha do Mel – PR) 2004	93
FIGURA 12 – Comércio cujo proprietário é não residente (Ilha do Mel – PR) 2004	94
FIGURA 13 – Jovem nativo trabalhando como carregador (Ilha do Mel – PR) 2004.	99
FIGURA 14 – Unidade de saúde Nova Brasília (Ilha do Mel – PR) 2004	104
FIGURA 15 - Posto policial Nova Brasília (Ilha do Mel – PR) 2004	105
FIGURA 16 – Sede da Associação dos Nativos da Ilha do Mel (PR) 2004.	114
GRÁFICO 1 – Fluxo de visitantes ao longo dos anos de 2002 e 2003.	72
GRÁFICO 2 - % dos proprietários dos tipos de comércio segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004	75
GRÁFICO 3 - Renda média mensal familiar dos comerciantes na temporada segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.	79
GRÁFICO 4 - Renda média mensal familiar dos comerciantes fora da temporada segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.	79
GRÁFICO 5 - Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.	80
GRÁFICO 6 - Grau de escolaridade dos grupos de comerciantes na Ilha do Mel – 2004	101

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é a avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel (PR). Para isso, parte-se de um conceito de sustentabilidade focado na qualidade de vida da população residente. Metodologicamente, definiu-se o que entender por sustentabilidade ecológica, econômica e social, e foram eleitos os indicadores mais adequados para avaliá-los. A avaliação deu-se sobre dados secundários disponíveis e informação produzida especificamente, mediante entrevistas estruturadas aos comerciantes da Ilha do Mel, e a informantes que forneceram um panorama da realidade local atual. Através da análise de cada aspecto e da interação entre eles buscou-se uma visão holística que levasse em conta a complexidade da situação. Os resultados mostram uma situação econômica sustentável embasada no turismo, mas que, na mesma hora que gera problemas ambientais graves, não assegura a sustentabilidade social para a maior parte da população permanente, beneficiando principalmente imigrantes e pessoas de fora. O trabalho, orientado à gestão, conclui em uma série de recomendações de políticas públicas.

I INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que, em princípio, supõe a possibilidade de conciliar a preservação ambiental e a geração de renda para as comunidades locais. Porém, em muitos lugares da costa brasileira a expansão dessa atividade aconteceu de forma muito rápida, e sem ter havido uma regulação sobre os diversos interesses envolvidos, principalmente de parte dos investidores, e em especial aqueles ligados à especulação imobiliária. Uma consequência da expansão desordenada dessa atividade é a degradação do ambiente, podendo afetar seriamente os atrativos que o motivam.

Além disso, esse tipo de crescimento econômico não necessariamente representa ganhos na qualidade de vida das comunidades locais, visto que muitas vezes elas não têm acesso aos benefícios gerados pela exploração turística, e não raro acabam sendo expropriadas de seus territórios.

Na Ilha do Mel, o desenvolvimento da atividade turística entre as décadas de 1970 e 1980 gerou vários conflitos em relação à ocupação e uso do solo, que se deu de forma intensa e desordenada. Paralelamente a esse processo, ocorreram várias alterações culturais e sociais na comunidade local, além da degradação ambiental.

Os estudos existentes sobre a Ilha do Mel são diversos, mas poucos têm um enfoque que integre os aspectos ecológico, econômico e social, e não foi encontrado nenhum que se propusesse explicitamente fazer uma análise de sustentabilidade do modelo vigente.

O presente trabalho propõe, pois, a análise da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento existente na Ilha do Mel, partindo do conceito de desenvolvimento sustentável e da definição das sustentabilidades ecológica, econômica e social, procurando ligá-las através de um enfoque sistêmico. A concepção desde a qual a análise é feita prioriza o aspecto social, preocupando-se com a qualidade de vida da maioria da população, com o respeito à sua cultura e com as suas possibilidades de incidir nas decisões relativas ao seu meio.

Para realizar a análise partiu-se de uma base conceitual na qual se apóiam os critérios de avaliação. Recorreu-se a informação histórica, indo do geral ao particular. Para expressar qual a definição de sustentabilidade utilizada na avaliação, e quais aspectos são priorizados nessa definição, serão apresentados os antecedentes históricos do ambientalismo contemporâneo, procurando introduzir os principais pontos de vista sobre as causas da crise

ambiental, as propostas de solução, a criação do termo “desenvolvimento sustentável” e alguns dos pressupostos envolvidos na criação de áreas protegidas.

Serão descritos a criação das políticas ambientais do Brasil, e os conflitos originados do estabelecimento das unidades de conservação. O modelo utilizado para a criação dessas áreas foi importado dos países desenvolvidos, e não levou em conta as populações extrativistas residentes nas florestas da América Latina. Assim, com a criação dessas áreas, muitos povos tradicionais foram expulsos de seus territórios. Na região costeira, pescadores artesanais sofreram ainda pressões territorial pela expansão do turismo, e se vêem limitados na sua subsistência devido à pesca industrial.

Para a compreensão do contexto local, será descrita a criação das unidades de conservação do litoral do Paraná, e a situação atual sócio-econômica dessa região. É possível perceber que a Ilha do Mel encontra-se em uma posição intermediária geograficamente, por estar entre a região norte do litoral, subdesenvolvida, com baixo grau de urbanização e onde estão a maioria das áreas preservadas, e a região sul, constituída de balneários mais urbanizados. O seu estado atual de desenvolvimento também se mostra um meio termo, pois, mesmo sendo o 2º destino turístico do Paraná, possui baixo grau de urbanização, havendo sido preservada grande parte da sua cobertura vegetal.

Finalmente, com relação ao modelo de desenvolvimento, esse pode ser entendido como resultado das dinâmicas sócio-econômicas, nas quais estão em jogo os interesses dos diversos atores sociais envolvidos, como o Poder Público, que teoricamente representa os interesses da sociedade em geral, e dos grupos inseridos na realidade local, como os nativos, os imigrantes, os comerciantes, os pescadores, etc. Esses interesses se encontram limitados pelas leis e regulações que se aplicam ao local, determinadas em parte pelos planos elaborados pelo Governo Estadual. Então, com o objetivo de apresentar alguns elementos que delinearão o atual modelo de gestão aplicado à Ilha, veremos um breve histórico do local e dos planos e propostas, do Poder Público e da iniciativa privada para a sua gestão. A criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel e do Parque Estadual são resultados desse modelo de desenvolvimento, e também uma reação à crescente pressão pela ocupação, consequência da atividade turística que já vinha se desenvolvendo.

A análise proposta se dará sobre indicadores da realidade atual da Ilha, referentes à sustentabilidade dos aspectos econômicos, ecológicos e sociais. Ao final, buscaremos averiguar a relação entre os indicadores dos diferentes aspectos, ou seja, ver as interferências positivas e negativas dos indicadores de um dado aspecto sobre os demais.

II ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1 ANTECEDENTES DO AMBIENTALISMO

A relação do ser humano com a natureza tem mudado muito, desde as sociedades nômades e coletoras, e a invenção da agricultura, provavelmente há dez mil anos atrás. Temos notícias de civilizações que já faziam uso intensivo dos recursos naturais há milhares de anos, mas de forma isolada no tempo e no espaço, gerando impactos reversíveis ou limitados espacialmente. A partir do século XVIII, a Revolução Industrial, acompanhada por um grande crescimento populacional, tornou essa relação muito mais intensa, com o homem retirando uma quantidade muito maior de recursos da natureza, e gerando mais resíduos, relativamente mais perigosos e degradantes do que antes.

Após 1945, os impactos provenientes da produção e consumo em massa passaram a ser claramente visíveis, quando tomaram proporções planetárias. A poluição da água, dos mares, a devastação de florestas para o uso da agricultura e pecuária, as mudanças climáticas, o crescimento desordenado e acelerado dos centros urbanos, cada qual a seu tempo foi soando como um grito de alarme do planeta em nossos ouvidos. Esse grito tomou corpo no movimento ambientalista, mas ele é feito de muitas vozes, e nem todas dizem as mesmas coisas.

Procurar-se-á descrever brevemente nesse item como chegou-se ao conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente aceito nos dias de hoje, mas sobre cuja definição não há um consenso, e descrever como se formaram as principais correntes do pensamento ambientalista.¹

No final da década de 1960, impulsionado pelas agitações estudantis de 1968, surgiu o “novo ecologismo” nos EUA e Europa, onde as questões ecológicas passaram a ser uma bandeira de luta, e contrapondo-se à antiga “proteção da natureza”, cujas instituições provinham do século XIX (DIEGUES, 1996).

Aquele foi profundamente marcado pelo profetismo alarmista, baseado em informes que mostravam a dimensão da crise ambiental atual, e que previam o esgotamento dos recursos naturais, o que limitaria, por conseqüência, o crescimento econômico. A principal proposta para a solução do problema por parte dos **ecologistas conservacionistas** foi frear o

¹ Para essa revisão, nos baseamos em PIERRI, N. 2001. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. *In* PIERRI, N. & FOLADORI, G. **Sustentabilidad – Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.** (orgs.). Imprenta y Editorial Baltgráfica. Montevideo, 272 p.

crescimento populacional, econômico e as pressões sobre o ambiente. Porém, essa proposta não leva em conta as causas sociais desses dois fatores.

Frente a esse alarme surgiram duas respostas: por um lado formou-se o movimento ambientalista, principalmente nos países desenvolvidos, e por outro, houveram respostas institucionais, envolvendo a criação das primeiras leis ambientais e organismos nacionais e internacionais aos quais competia o tema. A Conferência da ONU sobre o Meio Humano (Estocolmo, 1972) também apareceu como uma resposta do sistema institucional à tese do crescimento zero, sendo uma tentativa de conciliar os objetivos tradicionais do desenvolvimento econômico com a proteção da natureza, que é o centro da concepção denominada de **ambientalismo moderado**.

Nas reuniões preparatórias à Conferência, os países desenvolvidos enfatizaram problemas da contaminação causada pela acelerada industrialização e urbanização, e pelo esgotamento dos recursos naturais, atribuídos ao descontrolado crescimento populacional. A solução proposta por esses países seria a aplicação de tecnologias limpas e a detenção ou redução do crescimento populacional e econômico. Porém, os países de III Mundo reagiram com receio e hostilidade a essa proposta, visto serem responsáveis por grande parcela do crescimento populacional, tendo as maiores taxas de natalidade, além da sua evidente necessidade de crescimento econômico. Dessa forma, os problemas ambientais não seriam prioridade. Também entendiam que o verdadeiro problema era a pobreza, e reclamavam que ela fosse reconhecida como problema ambiental. Na terceira e quarta reuniões preparatórias aceitou-se que a expressão “meio ambiente” deveria incluir as questões sociais além das estritamente ecológicas.

A partir desses fatos foram surgindo nos países subdesenvolvidos propostas alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento, que não se baseavam nas previsões catastrofistas dos ecologistas, nem aceitavam a ordem mundial como o ambientalismo moderado da ONU. Trata-se de uma corrente **antropocentrismo crítica**, que colocou-se a favor dos países pobres, desde a ótica dos dominados e marginalizados dentro da ordem mundial.

2.1.1 A proposta Brundtland de desenvolvimento sustentável (ONU, 1987)

Durante os anos que se seguiram à conferência da ONU em Estocolmo, algumas catástrofes ambientais serviram para tornar mais evidente a dimensão e gravidade da crise ambiental. Ao mesmo tempo, uma crise econômica geral afetou principalmente os países subdesenvolvidos, por um lado gerando desemprego, aumentando a pobreza, e conseqüentemente as taxas de natalidade e mortalidade; e, por outro, aumentando a pressão sobre os recursos naturais e humanos na busca de baixar os custos da produção agrícola e industrial.

Frente às crises ambiental e econômica, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), a primeira e mais extensa rede de organizações conservacionistas do mundo, revisou seus conceitos e propostas na “Estratégia Mundial de Conservação” (1980), um guia de manejo de recursos para os países, que obteve grande aceitação e proliferou o uso do termo “desenvolvimento sustentável”. Os conceitos de desenvolvimento e conservação são colocados como compatíveis, onde a sustentabilidade passa a ser o conceito chave, servindo de ponte política e conceitual entre a proposta ecologista de crescimento zero e a proposta de desenvolvimento sustentável do ambientalismo moderado.

A união desses elementos contribuiu para a inversão na posição da ordem dominante, passando de principal acusada de promover o uso indiscriminado dos recursos naturais e poluir o ambiente, a protagonista na luta contra a destruição da natureza.

Esta posição está expressa no relatório “Nosso Futuro Comum”, ou Informe Brundtland (sobrenome da presidente da comissão), aprovado em assembléia geral da ONU em 1987. Os ideólogos do ambientalismo moderado colocaram o crescimento econômico como a solução para a crise ambiental: diminuiria a pobreza, tida como causa ativa de degradação ambiental, e também poderia levar a investimentos em eficiência energética, tecnologias limpas e tratamento de resíduos, o que melhoraria a rentabilidade e a competitividade industrial. É uma visão antropocentrista, e a preocupação com a natureza é para que o esgotamento dos recursos não limite o crescimento econômico, o qual pode reverter as causas dos problemas ambientais. Nele se define o desenvolvimento sustentável como:

“... aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991)

PIERRI (2001) aponta que, mesmo que crescimento e sustentabilidade não sejam excludentes, o primeiro não necessariamente favorece o segundo, nem o fim da pobreza. Segundo DOUROJEANNI & PÁDUA (2001), o desenvolvimento sustentável é uma utopia na medida em que promete uma vida melhor no futuro à custa de grandes sacrifícios no presente, que poucos estão dispostos a fazer. Esses “sacrifícios” dependem principalmente de uma vontade política que não ocorreu no período posterior.

Segundo os informes produzidos para a Rio+10, os principais indicadores sócio-econômicos pioraram nas últimas décadas, mostrando que o propósito do desenvolvimento sustentável foi mais retórico do que real (PIERRI, 2001).

No capítulo VI, se analisará como cada uma das correntes do pensamento ambientalista entende o conceito de desenvolvimento sustentável.

2.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Esse item pretende traçar um breve histórico das políticas ambientais e da criação de áreas protegidas no Brasil no contexto dos sucessivos modelos de desenvolvimento. Durante o período colonial, a economia do país era baseada na produção primária para exportação, tendo havido uma sucessão de ciclos de produção, como o do açúcar e do café. Essas monoculturas representaram grande devastação das florestas, sobretudo as costeiras. Assim, a maioria dos precursores do ambientalismo no Brasil eram pessoas que lutavam a favor da utilização de técnicas modernas na agricultura, e contra o desmatamento causado por essa atividade (DIEGUES, 1996).

Marcam o início das ações governamentais no campo da regulamentação do uso dos recursos naturais a adoção, em 1934, do Código das Águas, do Código de Mineração e do Código de Caça e Pesca (SOUZA, 2000).

A legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, de 1937, já previa a preservação de sítios naturais e paisagens de interesse público, e o Código Florestal, também de 1934, incluía algumas categorias de áreas de preservação, como Parque Nacional, Floresta Nacional e Floresta Protetora. Apesar disso, seu artigo 19 permitia que proprietários de florestas primitivas (heterogêneas) as destruíssem, transformando-as em homogêneas através do reflorestamento com espécies exóticas de grande rendimento econômico, como o *pinus* e o *eucaliptus*. Além do mais, seu cumprimento esteve muito aquém do que era esperado (BRITO, 2003).

A partir da década de 1950, a industrialização acelerada, bem como os grandes projetos de infra-estrutura e exploração de recursos minerais e agropecuários, resultou em impactos negativos à natureza, que também passaram a ser visíveis no processo de crescimento dos centros urbanos, junto a problemas sociais derivados da falta de uma política de bem-estar. As políticas ambientais em sua maioria se resumiam à administração dos recursos naturais. Data dessa época o Estatuto da Terra, que considera a conservação dos recursos naturais de interesse social: dado que o meio ambiente é considerado um bem público e de interesse comum, a sua apropriação privada deve justificar-se pelo cumprimento da sua função social, especialmente a produtiva (MONOSOWSKI, 1989; SOUZA, 2000).

SOUZA (2000) distingue uma segunda fase da política ambiental brasileira, na década de 1970, sob a influência da primeira Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972). Nessa fase, a preocupação já não é somente quanto ao uso dos recursos; é feita uma ligação entre os problemas ambientais e o desenvolvimento econômico, focada especialmente nas atividades produtivas poluidoras, e seus efeitos sobre o bem-estar da população. Dessa forma, as políticas ambientais passam a incluir, além da regulação do uso dos recursos naturais, também aspectos ligados às atividades poluidoras e à manutenção da qualidade ambiental.

Em 1973 foi criada a hoje extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), primeiro órgão governamental a concentrar as funções ligadas a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais, antes dispersas entre diversos órgãos (SOUZA, 2000). Com a criação da SEMA, é inaugurada uma nova fase onde se manifesta a vontade política do tratamento explícito da problemática ambiental enquanto “suporte de vida”, e não apenas fonte de recursos (MONOSOWSKI, 1989).

Sua criação foi um esforço para melhorar a imagem do Brasil no exterior, após haver defendido, como outros países de Terceiro Mundo, que o desenvolvimento seria prioridade em relação à proteção ambiental. Outra consequência da defesa dessa posição foi a escolha do Brasil, um país de Terceiro Mundo, para sediar a Conferência em 1992, mais conhecida como Rio 92. Ainda assim, a SEMA sempre esteve subordinada a órgãos da área desenvolvimentista do Governo, conflitantes com a preservação ambiental, como o Ministério do Interior e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SOUZA, 2000).

Nessa época, apesar de o Brasil encontrar-se em uma ditadura militar, de caráter repressor, surgiu o movimento social ambientalista que o governo tolerava, como modo de desviar a atenção do fracasso do “milagre brasileiro”. Porém, a questão era tratada de forma

superficial, a partir de seu enfoque técnico, o que despolitizava a discussão (MONOSOWSKI, 1989).

MONOSOWSKI (1989) assinala uma “assimetria de poder” no processo de decisão dos grandes projetos de desenvolvimento, sobrepondo os interesses do Estado Nacional em relação aos interesses locais e regionais. Dessa forma, os custos sociais e ambientais desses projetos seriam, em primeira instância, para as populações locais. Além disso, esse processo não foi transparente, e muito menos participativo, pois os critérios de qualidade do meio ambiente não foram definidos em conjunto com a sociedade, aparecendo como um conhecimento científico técnico independente das aspirações e interesses sociais.

A política ambiental brasileira sempre foi, de alguma forma, resultado da pressão externa; a posição assumida em Estocolmo refletia o nacionalismo do governo militar, que pensava (com certa razão), que os países desenvolvidos tinham a intenção de impedir o crescimento dos países emergentes, pois se esses atingissem os mesmos padrões de consumo do Primeiro Mundo, o planeta não suportaria tal pressão sobre os recursos (SOUZA, 2000).

O Governo de José Sarney, primeiro após o regime militar, manteve a mesma postura desenvolvimentista e nacionalista durante quase todo o seu mandato. Somente nos últimos meses houve uma tentativa de mudar a sua imagem, apoiando a candidatura do Brasil para sede da Eco-92, suspendendo incentivos fiscais à agricultura e pecuária na Amazônia, e criando o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) (SOUZA, 2000).

A aprovação de um capítulo sobre meio ambiente na Constituição de 1988 marcou uma evolução nas políticas ambientais brasileiras. Ela é, de certa forma, resultado das pressões da comunidade internacional, muito sensível à questão ambiental na época, e concebe o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à qualidade de vida. Inclui muitos princípios e ações que já faziam parte de regulamentações anteriores, mas lhes dando força constitucional (SOUZA, 2000).

O período entre 1988 e 1992 pode ser considerado como aquele em que houve uma posição mais favorável do Poder Executivo em relação às questões ambientais. O Governo de Fernando Collor de Mello assumiu uma postura na área que parecia prometer grandes mudanças, dando à nova Secretaria de Meio Ambiente *status* ministerial, sob a chefia de José Lutzenberger, um dos fundadores do movimento ambientalista brasileiro. Porém, o que ele pretendia era conseguir a simpatia da comunidade internacional, para enfim abrir o mercado brasileiro aos investidores externos (SOUZA, 2000).

Após o *impeachment* de Collor, com Itamar Franco houve um enfraquecimento do movimento ambientalista. Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, teve como prioridade a estabilização monetária do país, e nos seus dois mandatos não teve uma política ambiental forte (SOUZA, 2000).

Em síntese, o aparato legal que procura regulamentar as atividades das empresas e das pessoas com relação ao meio ambiente vem melhorando ao longo das últimas décadas. Porém, existe falta de vontade política na sua implementação, facilitando a ampliação de muitos problemas ambientais.

2.2.1 A criação de áreas protegidas no Brasil

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade e sociodiversidade do mundo. A primeira proposta de criação de parques nacionais partiu do abolicionista André Rebouças, em 1876, e tinha como modelo os parques norte-americanos. Somente em 1937 foi estabelecido o primeiro parque nacional do Brasil em Itatiaia, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer para as populações dos centros urbanos (DIEGUES, 1996).

Em 1967, o Decreto nº 289 criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ligado ao Ministério da Agricultura, ao qual coube a administração das unidades de conservação. Em 1989, com a criação do Ibama, o estabelecimento e a administração das unidades de conservação passaram para esse novo órgão.

Segundo BRITO (2003), até meados da década de 1970 o Brasil não possuía uma estratégia global para selecionar e planejar as unidades de conservação, cuja criação justificava-se pelas belezas cênicas que possuíam. A proteção de ecossistemas e espécies ameaçados era ainda bastante precária. Somente em 1979 o IBDF propôs a *I Etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação para o Brasil*, influenciado por conceitos e diretrizes de organismos internacionais, como a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e FAO (Food and Agriculture Organization) para a criação e gestão de unidades de conservação (escolha de extensas áreas pouco habitadas, relocação de ocupantes, aquisição de suas terras pelo Poder Público, elaboração de planos de manejo, etc.).

Na época em que mais foram criadas unidades de conservação no Brasil, que foi entre 1970 a 1986, durante o regime militar, tinha havido um grande endividamento externo brasileiro, causado pelas solicitações de financiamento ao Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, os quais começaram a colocar e fazer respeitar cláusulas

da conservação ambiental para grandes projetos, sobretudo na Amazônia. Porém, como foi dito, o processo se dava de cima para baixo sem consultar as regiões envolvidas ou as populações afetadas pelas restrições do uso de recursos naturais. Havia pouca mobilização social para a criação de unidades de conservação, dependendo, principalmente, da ação de cientistas e alguns poucos conservacionistas com acesso relativamente fácil ao governo militar. Até hoje, muitas das ações do governo brasileiro nessa área são mais influenciadas por exigências de agências internacionais (financiadores) do que por uma decisão política nacional (DIEGUES, 1996).

Podemos distinguir na história recente do Brasil visões, até mesmo dentro do Estado, ligadas ao conservacionismo. Tanto no capítulo da Constituição de 1988 sobre o meio ambiente quanto no Plano Nacional de Meio Ambiente, são enfatizados os aspectos de restrição, e pouco elaborados os de utilização do meio ambiente para o desenvolvimento. As medidas propostas não acompanham o planejamento econômico, constituindo-se numa reação aos seus efeitos (MONOSOWSKI, 1989).

Ainda com relação à restrição do uso dos recursos naturais, os preservacionistas dominam as entidades de conservação mais antigas e clássicas, como a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza) e Funatura (Fundação para a Conservação da Natureza), e têm influência predominante em muitas instituições que tradicionalmente são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o Ibama. Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais da área de ciências naturais, para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa (DIEGUES, 1996).

No ano de sua criação (1989), o Ibama, juntamente com a Funatura elaboraram uma proposta de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujos objetivos eram os de sistematizar conceitos, objetivos e tipos de categorias dessas unidades. Segundo BRITO (2003), nessa proposta é feita uma hierarquização das categorias de manejo, sendo consideradas mais importantes aquelas que visam primordialmente a conservação da biodiversidade (ou seja, as mais restritivas quanto ao uso humano).

A lei 9985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o SNUC em vigor, prevê categorias de unidades de conservação consideradas de proteção integral, onde não é permitido o uso direto dos recursos naturais, e cujo território deve ser de posse e domínio público, sem moradores permanentes. Há também o grupo das categorias de uso sustentável, nas quais é permitida a permanência de residentes, e o uso dos recursos naturais deve ser compatível com os objetivos de conservação da natureza (quadro 1).

QUADRO 1 – Categorias de unidade de conservação presentes no Brasil (2004).

Tipo de uso	Categorias de Unidades de Conservação
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica
	Reserva Biológica
	Parque Nacional
	Monumento Natural
	Refúgio da Vida Silvestre
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
	Área de Relevante Interesse Ecológico
	Floresta Nacional
	Reserva Extrativista
	Reserva da Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Reserva Particular do Patrimônio Natural	

Fonte: Elaboração própria com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas a visitação pública é proibida, a não ser para fins educativos, e nas outras categorias ela está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade. Já nos Parques Nacionais (e nos seus equivalentes estaduais e municipais) um dos objetivos é o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Muitos Parques Nacionais foram criados no Brasil, mostrando clara influência do conservacionismo norte-americano. Segundo DOUROJEANNI & PÁDUA (2001), os Parques tem uma vocação francamente voltada ao turismo, e o seu principal público são turistas, ecoturistas e esportistas. DIEGUES (1996) entende que, como nos parques norte-americanos, a atração e uso dessas áreas são voltados para populações externas à área, não se pensando nas populações locais.

Esse autor coloca que a cópia do modelo norte-americano na criação das áreas de preservação latino-americanas foi equivocada, tendo em vista que esse modelo baseia-se na total incompatibilidade entre conservação da natureza e qualquer tipo de intervenção humana (obviamente considerando os efeitos do desenvolvimento urbano-industrial). Essa visão compõe-se de um mito naturalista, para o qual existe uma natureza intocada, “pura”, que merece receber proteção total do homem, seu destruidor.

No começo da década de 1980 começou a surgir no Brasil um tipo de ambientalismo mais ligado às questões sociais, encorajado pela redemocratização, e caracterizado pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve seu apogeu naquele período. Parte desse movimento é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, e pelo

Movimento dos Pescadores Artesanais, e suas lutas são por manter o acesso aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias rudimentares, e menos agressivas ao ambiente (DIEGUES, 1996).

Essas idéias levaram à criação das categorias de unidades de conservação nas quais há exploração direta dos recursos e ocupação humana, com base nos conceitos de desenvolvimento sustentável. Nessa época houve uma mudança na visão em relação às populações residentes em áreas de preservação e no uso que elas fazem da natureza. Nos últimos anos, os programas de conservação baseada na comunidade têm recebido mais investimentos financeiros do que as unidades de conservação de uso indireto. De acordo com DOUROJEANNI & PÁDUA (2001), o objetivo das unidades de conservação de uso direto não é a conservação da natureza, e sim prover melhores condições de vida às populações extrativistas. Assim, não seria justo que o investimento destinado à preservação da natureza fosse empregado nesses programas, que já contam com recursos dos bancos multilaterais ou nacionais de desenvolvimento econômico e social.

Parte desse mesmo argumento que essas populações explorariam os recursos de forma não sustentável, afetando a conservação da biodiversidade. Porém, estudos mostram que muitos dos ecossistemas que hoje são considerados ricos em biodiversidade já sofreram, no passado, formas de intervenção humana.

De acordo com BRITO (2003), a visão passada por alguns desses estudos tem por pressuposto que populações que vivem em estreito contato com a natureza mantém, por definição, uma relação harmônica com esta, quase reconstituindo o mito do “Bom Selvagem” de Rousseau. Tanto uma visão, quanto outra, pecam pelo exagero.

A autora afirma que ainda não há evidências científicas, pelo menos no Brasil, a não ser com populações indígenas, que comprovem a existência ou não dessa harmonia entre homem e natureza. Entretanto, é possível identificar características em algumas populações específicas (como aspectos culturais, isolamento, história e baixa densidade demográfica) que permitem a sua reprodução socioeconômica-cultural juntamente ao ambiente em que vivem.

Como forma de evitar conflitos nas unidades de conservação com relação aos moradores ou à população do entorno, se torna imprescindível a participação desses no planejamento da unidade, mediante processos de educação ambiental e da sua organização em associações, que busquem defender seus direitos e interesses, para que as decisões quanto a gestão da área sejam consensualmente respeitadas.

2.3 A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO LITORAL DO PARANÁ

O Estado do Paraná tem um litoral relativamente pouco extenso, delimitado ao norte pela Ilha de Superagüí (25° 12' 44'' S e 48° 02' 15'' W) e ao sul pela barra do Rio Saí-Guaçú (25° 58' 38'' S e 48° 45' 26'' W). É formado por uma faixa de praias arenosas e pelas baías de Guaratuba, ao sul, e Paranaguá, ao norte.

A parte norte do litoral do Paraná teve, no início do século XX, um período de desenvolvimento econômico, devido à demanda por produtos agrícolas da região, principalmente a banana. Isso gerou um aumento do fluxo migratório, e intensificou o uso dos recursos naturais, resultando até mesmo em um certo desenvolvimento urbano em Guaraqueçaba. O período de prosperidade durou até a década de 1930, quando uma crise nesse sistema de produção causou o êxodo dos agricultores e comerciantes, e intensificou-se o extrativismo dos produtos florestais como alternativa de renda (TEIXEIRA, 2004).

A região permaneceu assim até a década de 1970, quando programas de incentivos fiscais do governo para projetos de reflorestamento (produção de celulose) e da pesca levaram investimentos para a área. Esse tipo de incentivo teve como conseqüências a grilagem de terras, a concentração fundiária, e a drástica diminuição de estoques pesqueiros, como o camarão, e não trouxe benefícios reais para o município e nem à população (TEIXEIRA, 2004).

No sul do litoral, a abertura de estradas, na década de 1950, facilitou o acesso às praias, permitindo o desenvolvimento turístico e o estabelecimento dos balneários, primeiramente nas praias situadas mais ao sul, como Matinhos e Guaratuba, e indo gradativamente para o norte (PIERRI, 2003).

O litoral como um todo permaneceu subdesenvolvido economicamente até a década de 1970, e isso contribuiu para a preservação ambiental da sua parte norte, que representa a maior área contínua de Floresta Atlântica ainda preservada no país, com alto índice de biodiversidade e endemismos, além de várias espécies ameaçadas de extinção (PARANÁ d, 1996). Porém, o subdesenvolvimento econômico não impediu a degradação das áreas submetidas ao extrativismo, à ocupação urbana, principalmente da parte sul, e à modernização da agricultura.

A Serra do Mar foi alvo de alerta devido ao perigo de sua degradação por essas atividades desde o final do século XIX. Foi proposta a criação de um Parque Nacional, no Pico Marumbi, entre 1950 e 1970, mas não encontrando uma resposta favorável, recorreu-se

ao Governo Estadual. Ainda assim, houveram problemas de regularização fundiária; em 1986 ocorreu o Tombamento da Serra do Mar, e o Parque Estadual do Marumbi foi finalmente criado em 1990 (STRUMINSKI, 2001). A importância da região foi reconhecida internacionalmente quando, no ano de 1991, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) anunciou a criação da primeira reserva da biosfera em território brasileiro: a reserva da biosfera Vale do Ribeira – Serra da Graciosa, como fase inicial de um programa que abrange todos os remanescentes da Floresta Atlântica no país (PARANÁ d, 1996).

Foram estabelecidas pelos governos estadual e federal a partir da década de 1980, várias unidades de conservação localizadas no Complexo Estuarino-Lagunar de Paranaguá. A primeira foi a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, com uma área de 13.600 ha, buscando preservar permanentemente grande parte dos manguezais da região. Em 1985 foi criada a APA de Guaraqueçaba, com aproximadamente 313.400 ha, abrangendo geograficamente o entorno de várias outras unidades de conservação e compreendendo totalmente o município de Guaraqueçaba e parte dos municípios de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul (PARANÁ d, 1996).

No mesmo ano da criação da APA de Guaraqueçaba, foi estabelecida a Área de Relevante Interesse Especial das ilhas do Pinheiro e do Pinheirinho. Essas ilhas representam ecossistemas especiais, abrigando espécies raras ou ameaçadas de extinção. Em 1989 foi decretado o Parque Nacional de Superagüi, que inclui a totalidade das ilhas das Peças e Superagüi e visa a proteção integral dos ecossistemas e preservação dos recursos naturais, aliadas ao desenvolvimento da educação ambiental e do turismo ecológico (PARANÁ d, 1996).

Como foi visto, a criação das políticas ambientais nos níveis federal e estadual, nas décadas de 1970 e 1980, foram um reflexo do cenário mundial, e resultaram, no litoral do Paraná, na criação de várias áreas de proteção ambiental. Na mesma época, começavam a se desenvolver discussões sobre a presença de populações em unidades de conservação. Essas discussões foram influenciadas pelas idéias do ecodesenvolvimento, as quais incluíam noções de justiça social, e de certa forma também foram incorporadas pela política ambiental do Estado. Data de 1987 o documento “Gestão para o ecodesenvolvimento: notas para revisão das atitudes do governo do estado do Paraná para integração entre conservação e desenvolvimento no litoral” (PARANÁ/SEPL, 1987).

A criação de políticas ambientais no Paraná se deu primeiro através da atribuição a órgãos do ao Governo já constituídos, de funções ligadas à conservação ambiental, como o controle de uso dos recursos naturais. As novas atribuições se sobrepunham às suas funções originais, e nem sempre eram compatíveis. Somente na década de 1990 é que se constituíram no Paraná órgãos ambientais propriamente ditos, ou seja, cujo objetivo exclusivo é a proteção ambiental. Ainda assim, esses órgãos eram providos de poucos recursos humanos e financeiros, e realizavam suas atribuições com dificuldade, tendo que recorrer a instituições ambientais estrangeiras (TEIXEIRA, 2004).

A inserção desses elementos na esfera governamental se deve, em parte, ao fato de muitos ambientalistas, ou simpatizantes desse movimento haverem entrado para o quadro técnico do Governo. De alguma forma, o social estava presente na representação do meio ambiente como um de seus componentes (TEIXEIRA, 2004).

TEIXEIRA (2004) também mostra como o movimento de preservação da região litorânea ocorreu de forma paralela ao da Floresta Atlântica e do estuário Iguape-Cananéia, no sul de São Paulo, que também sofria com a grilagem de terras e com os incentivos fiscais às atividades de exploração dos recursos naturais.

III ANTECEDENTES LOCAIS

3.1 DESCRIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO LITORAL DO PARANÁ

O litoral é uma das regiões mais pobres do estado. Também representa uma das maiores taxas de crescimento populacional (em média 3,39% ao ano, entre 1991 e 2000), principalmente devido ao grande contingente de imigrantes, em sua maioria pessoas pobres, em idade produtiva vindos do interior do estado e da Região Metropolitana de Curitiba, buscando oportunidades de trabalho e moradia (PIERRI, 2003).

Uma das razões que alimentam essa perspectiva de oportunidades de emprego é o grande número de turistas que vão ao litoral durante os meses de verão. Particularmente nos municípios praianos, esse constitui um fenômeno importante durante o ano todo, mas se intensifica nas festas de fim de ano e Carnaval. A afluência em temporada está estimada em 1,5 milhão de pessoas², o que multiplica a população dos municípios praianos 23 vezes. Esse fato, apesar de movimentar a economia local durante o período, acaba limitando as expectativas de ganho somente ao verão, além de implicar um choque periódico, de múltiplas conseqüências ambientais e sociais. Apesar disso, a região continua subdesenvolvida economicamente, apesar dos altos lucros do verão, pois muitas vezes eles devem ser utilizados durante o resto do ano (PIERRI, 2003).

No breve histórico aqui apresentado, a Ilha do Mel esteve, geograficamente, entre o desenvolvimento ocorrido nos balneários da região sul do litoral e o movimento de preservação do litoral norte, tendo sido influenciada por elementos de ambos os lados. Se por um lado, a sua população viveu muito tempo do extrativismo e da agricultura de subsistência, e hoje a maior parte de seu território é destinado à preservação, o turismo esteve presente desde o século XIX, antes mesmo do seu desenvolvimento nos balneários. Apesar de suas particularidades, a situação sócio-econômica da Ilha não foge, como veremos, ao quadro de subdesenvolvimento e pobreza do litoral como um todo (PIERRI, 2003).

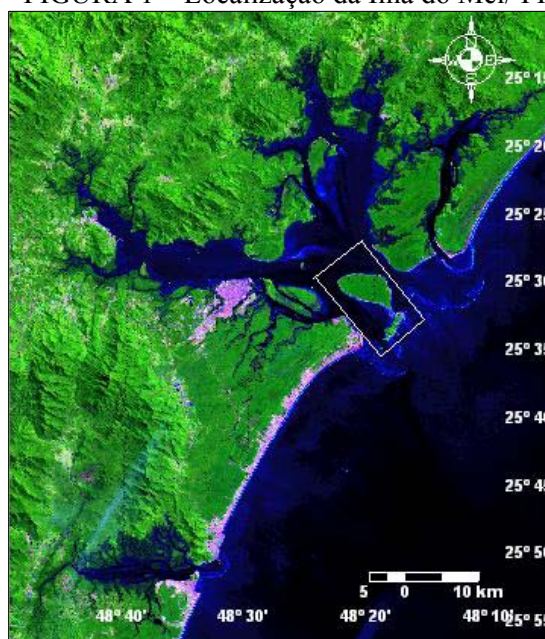
3.2 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A Ilha do Mel (figura 1) situa-se na entrada da Baía de Paranaguá, entre as coordenadas 25°29' S e 48°21'18'' W, com perímetro de aproximadamente 35 km e área

² Segundo a autora, essa é a quantidade mais referida na literatura, mas é uma informação incerta.

aproximada de 2700 ha. O acesso se dá pela rodovia PR 277, que liga Curitiba ao litoral do Estado, até o Balneário Pontal do Sul, ou Paranaguá. A travessia pode ser feita em barcos de linha comercial, em aproximadamente 30 minutos de Pontal do Sul e cerca de uma hora e meia de Paranaguá. Possui uma parte noroeste mais extensa, e uma sudeste menor, ligadas por um istmo. Separa-se ao norte com a Ilha das Peças pelos canais Norte e Sueste, e ao sul com o Balneário Pontal do Sul pelo Canal da Galheta, sendo esse o principal acesso à Ilha (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

FIGURA 1 – Localização da Ilha do Mel/ PR.



Fonte: Laboratório de Oceanografia Costeira e Geoprocessamento – CEM - UFPR

A parte sul é constituída por morros, como o das Conchas, onde está localizado o Farol das Conchas, e a parte norte apresenta-se como uma extensa planície, destacando-se o morro da Baleia, com 80 m e sobre o qual foi construída a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje desativada. Ambos são pontos de visitação turística.

Os povoados são Encantadas, localizada no extremo sul da Ilha, e separada dos restantes pelo Morro do Miguel. Mais ao norte situam-se a Praia Grande, a Vila do Farol, e, fazendo divisa com a Estação Ecológica estão as vilas de Nova Brasília, da Fortaleza e Ponta Oeste (figura 2).

FIGURA 2 – Placa com o mapa das vilas e pontos de referência da Ilha do Mel (PR), próximo ao embarque de Nova Brasília (2004).



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

A Vila de Encantas, antigamente chamada de Prainhas, é a de maior densidade populacional, e na qual estão concentrados a maior parte dos problemas em relação à ocupação humana. Possui um trapiche para o aporte de barcos, e várias pousadas, bares, restaurantes e campings.

A Praia Grande faz parte do Parque Estadual da Ilha do Mel, mas há alguns habitantes, com pousadas e campings, anteriores à criação do Parque, cujos lotes estão regularizados junto ao Serviço de Patrimônio da União (SPU).

A Vila do Farol conta com uma boa estrutura de recepção ao turista, com pousadas e restaurantes de maior qualidade. No Farol situa-se o núcleo administrativo da Ilha, composto pelo escritório do IAP, centro de recepção e orientação ao turista, praça de animação, posto de saúde e um dos postos do Batalhão da Polícia Florestal.

Em Nova Brasília, a maior parte dos moradores são nativos. Conta com algumas pousadas, campings e restaurantes, e vem sofrendo um processo de erosão, que fez com que muitos moradores perdessem suas casas e terrenos, mas diminuiu de intensidade nos últimos anos.

A Vila da Fortaleza é constituída, em sua maioria, por casas de veranistas e algumas pousadas. É bastante tranqüila durante o ano, mas na temporada há muitos visitantes devido a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, uma das atrações turísticas locais.

A Ponta Oeste já foi a vila mais povoada da Ilha do Mel, mas a partir de 1980 os moradores foram deixando o local. Além disso, sua ocupação vem sendo desincentivada pelo Poder Público, por ser limítrofe com a Estação Ecológica. Não houve instalação de infraestrutura social no local, e, devido ao isolamento, atualmente ela é habitada por dez ou doze famílias de pescadores.

3.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E USO

Há várias versões para a origem do nome da Ilha do Mel, que até o final do século XIX era chamada Ilha da Baleia. Entre elas estão o hábito antigo da extração de mel silvestre, principalmente no local onde hoje é a Estação Ecológica, e como uma menção à família do Almirante Mehl, que a freqüentava na época da I Guerra Mundial. Antes da ocupação pelos portugueses, no século XVII, a Ilha era habitada por índios Carijós; devido à miscigenação de carijós com brancos, a população nativa possui em geral tipo étnico mameluco (PARANÁ d, 1996).

No início do século XIX a Ilha era bastante procurada por famílias da classe alta de Curitiba que iam veranear, e pode ser considerada, pela facilidade de acesso na época em relação às outras localidades, o primeiro recanto turístico do litoral do Paraná. O fato de durante a Segunda Guerra Mundial a Ilha passar a ser considerada “Zona de Guerra”, aliada à construção da estrada das praias, em 1926, impediram momentaneamente o desenvolvimento da atividade turística (PARANÁ d, 1996).

Até a década de 1970 a população local vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo. Como mencionado anteriormente, a abertura da estrada de acesso às praias, permitiu o desenvolvimento turístico e o estabelecimento dos balneários, primeiramente os do sul, como Matinhos e Guaratuba, e posteriormente aqueles ao norte, até Pontal do Sul, por onde é feita a travessia para a Ilha.

A partir de então, a Ilha passou a ser freqüentada por pessoas procurando beleza cênica e contato com a natureza, em sua maioria jovens, que acampavam na praia ou nas casas de moradores; assim, o turismo gradativamente ganhou espaço na economia nativa. O início da

década de 1980 marca uma mudança, quando o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e a população passou a conviver mais de perto com a dinâmica social trazida por eles. Em consequência, ocorreram alterações nas práticas sociais, mudando radicalmente o estilo de vida dos nativos (TOMAZ, 1996).

Em 1983 KRAEMER (1985) realizou uma pesquisa em Encantadas com o intuito de detectar possíveis mudanças nas características sociais do povoado, estudado inicialmente em 1978. Segundo essa autora, os pescadores tiveram a possibilidade de vender o pescado diretamente aos turistas e as mulheres passaram a fornecer refeições, pão, salgados e doces a pessoas de fora. Kraemer constatou ainda modificações no mobiliário, alimentação e vestuário dos nativos, com a presença de televisão em várias casas. A convivência com turistas e pessoas de fora fez com que hoje somente as pessoas mais idosas conservem alguns hábitos antigos e lembranças de como era a Ilha no passado (PARANÁ d, 1996).

Durante as décadas de 1980 e 1990, a Ilha recebeu muitos imigrantes, pessoas da classe média alta buscando qualidade de vida, que instalaram comércios, e pessoas com menor poder aquisitivo atrás das oportunidades de emprego geradas por esses estabelecimentos. O desenvolvimento do turismo foi favorecido também pela ligação à rede de luz elétrica do continente, em 1988.

A expansão da atividade turística aumentou a densidade populacional, e conseqüentemente aumentaram também a pressão sobre a ocupação do espaço, de forma desordenada, e o desmatamento. O resultado foi a mobilização dos órgãos responsáveis (SEMA, IAP e BPFlo/PMPR), e a sua intervenção nas áreas de ocupação (TOMAZ, 1996).

3.4 ANTECEDENTES LEGAIS E HISTÓRICO DA GESTÃO

Nesse item, é feita uma breve descrição dos distintos planos elaborados para a Ilha do Mel, e de como influenciaram na sua gestão, tendo sido colocados em prática ou não³. Desde a época em que pertencia à União, houveram várias propostas, tanto de empresas privadas quanto do Governo Estadual, algumas intencionando preservar os atrativos naturais da Ilha, e outras, de caráter desenvolvimentista.

³ A descrição dos planos foi tomada, em parte, do documento “PARANÁ. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. 1996a. **Plano de gestão da Ilha do Mel** – Relatório preliminar. Curitiba, 80 p.” Caso contrário, a fonte é especificada.

A Ilha tem conformação jurídica explícita a partir da Lei Federal nº 9760 de setembro de 1946, quando é considerada bem da União, e são determinados regulamentos a respeito de locação, aforamento, cessão e ocupação dos imóveis, que vigem até hoje.

A partir de 1970 foram propostos vários planos elaborados por escritórios de arquitetura, todos visando um aproveitamento turístico da Ilha em face do potencial paisagístico do lugar, por vezes voltados ao turismo doméstico, e por outras, ao turismo de elite. Porém, nenhum se preocupava centralmente com a população residente no desenvolvimento proposto, e nem levava em consideração os limites do ambiente, gerando, muitas vezes, reações da sociedade e do Poder Público.

A primeira proposta documentada disponível é o *Plano de emergência de turismo do litoral paranaense* (1967), que, temendo o desvio de interesses desse litoral para Santa Catarina, devido à conclusão da BR 101, propunha a criação de infra-estrutura básica na região (asfaltamento de estradas, saneamento, eletrificação), inclusive na Ilha.

O *Plano preliminar turístico e de urbanização da região sul da Ilha do Mel*, elaborado por Mueller Procopiak e Arquitetos em 1970, propõe ações mais ousadas do que o turismo doméstico. É bastante superficial e de baixa sustentação sócio-econômica, e as poucas menções aos habitantes mostram total falta de informações e desprezo por seus interesses.

Em 1972 foi apresentada uma *Proposição para a organização territorial da Ilha do Mel*, de autoria do Escritório de Arquitetura Rubens Meister, o único que prevê levantamentos preliminares ao plano de ocupação, com base nos quais seria feito um zoneamento, que incluía uma área de preservação limitada. Ainda colocava como fundamental a recuperação dos recursos históricos e o apoio material e educativo aos moradores locais. Estabelecia núcleos residenciais A, B e C, divididos de acordo com as classes sociais que os ocupariam, ficando os moradores relegados à classe C. Essa proposta chegou a ser discutida com autoridades do SPU e Paranatur, mas gerou reações contrárias, e a formação de um grupo que defendia a preservação da Ilha por inteiro⁴, que pode ter influenciado favoravelmente ao seu tombamento (PARANÁ a, 1986).

Em 1953 foi sancionada a Lei nº 1.211, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Em 1975 (através do processo nº 56 dessa lei) a Ilha foi inteiramente tombada com a finalidade de “proteger a flora, a fauna e os sambaquis da região”, oportunidade em que o Governo do Estado normatizou as formas de ocupação do solo, do conjunto histórico e arquitetônico e a relação com flora e fauna.

⁴ A fonte não especifica se o grupo era constituído por membros do Poder Público ou da Sociedade Civil.

No mesmo ano é apresentada uma *Proposta para a elaboração do projeto de aproveitamento urbanístico da Ilha do Mel* pelo arquiteto Jaime Lerner, que parte dos mesmos princípios desenvolvimentistas da proposta de Meister.

O Plano de Meister é reapresentado em 1980, mantendo os mesmos princípios básicos, mas prevendo uma redução na densidade populacional e na intensidade de uso. Porém, os moradores locais não são incluídos na proposta, nem mesmo na classificação da área residencial.

A recorrência desse tipo de proposição elaborada por empresas privadas já vinha causando reações contrárias de grupos que intencionavam a preservação da Ilha, e o cúmulo foi a proposta, em 1980, do *Plano diretor – integração turística da Ilha do Mel*, atribuída ao Arquiteto Airton Cornelsen, vinculado a um grupo empresarial português. A proposta é voltada a um turismo de alto nível. Porém, não leva em conta as carências da sociedade local, e tem vários problemas de embasamento, erros de cálculo, e proposições inadequadas, como o plano de um aeroporto na área onde hoje é a Estação Ecológica. Ainda assim, teve um parecer técnico favorável da Paranatur, e chegou a pedir à União o aforamento da Ilha em seu nome.

Face à forte reação contrária, o Governo do Estado pediu que o SPU indeferisse esse aforamento, ao mesmo tempo que requeria a cessão da Ilha de forma mais apropriada. Assim, em 12 de julho de 1980, o Sr. Secretário de Indústria e Comércio, pelo ofício sob n.º 851/80-SEIC, em nome do Governo do Estado do Paraná, formalizou a demonstração de interesse em receber, sob forma jurídica mais adequada, a Ilha do Mel. O Ofício foi endereçado ao delegado do Serviço do Patrimônio da União (PARANÁ a, 1986).

Vislumbrando uma manifestação favorável ao pleito do Estado do Paraná, o Governo da época editou o decreto sob o n.º 2.611, 02/06080, criando a Comissão Especial destinada a estudar e sugerir providências a serem adotadas com vistas à valorização do patrimônio cultural e localidades no litoral paranaense, resultando no Plano de Uso da Ilha do Mel. O Relatório n.º 1 foi o primeiro estudo governamental sistemático e abrangente sobre a Ilha, onde se faz um diagnóstico e proposições, e dá-se ênfase em resolver os problemas relativos à posse e uso desordenado do solo (PARANÁ a, 1986).

Nesse relatório, é descartada a possibilidade da implantação de projetos empresariais turísticos de grande envergadura, entendendo como viável o direcionamento ao turismo doméstico. Mesmo tendendo fortemente à preservação das áreas “intocadas” da Ilha, isto não se apresenta incompatível com o propósito desenvolvimentista, que vê o potencial turístico da Ilha como pouco explorado.

No segundo relatório, são expressos os objetivos de preservar o meio ambiente e elevar a qualidade de vida da população, através da melhoria da infra-estrutura destinada à saúde, educação, segurança e saneamento, intenção mencionada pela primeira vez nos planos descritos. Isso não foi uma ação isolada, mas sim uma mudança de ponto de vista dentro do próprio governo estadual. Segundo TEIXEIRA,

Assim, no que se refere às determinações voltadas ao meio ambiente, a conjuntura estadual refletiu as conjunturas internacional e nacional, mas em direção a uma política ambiental que avançou em termos da reflexão sobre a relação entre a sociedade e o meio natural. As condições específicas do poder público e do movimento ambiental do Paraná incluíram na questão ambiental uma dimensão “social” que a política ambiental nacional tinha dificuldade em fazer (2004, p.132).

Contemplando o relatório anterior, a atividade econômica a ser estimulada é o turismo. Porém, não há propostas efetivas de alternativas de geração de renda para a população residente. Em relação ao turismo, os moradores não possuem capital e nem capacitação suficientes para adequar-se à crescente demanda, de forma que o espaço no mercado seria ocupado por investidores externos. A única proposta do plano para inserir a população permanente nessa atividade é a capacitação dos pescadores e de seus familiares para produzir artesanato, função obviamente secundária.

Em 1982 a Ilha do Mel foi cedida ao Estado do Paraná sob a forma de aforamento, através da Portaria nº 160. Sob domínio da União permaneceram apenas a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas e o Rádio Farol. Ela encontra-se sob o domínio político e administrativo do Município de Paranaguá desde 1983, e sob a jurisdição do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁵ de acordo com o Decreto Estadual nº 5397 de 1983 (PARANÁ a, 1986).

Dando cumprimento ao contrato firmado em 21 de setembro de 1982, o Governo do Estado do Paraná, edita sob nº 5.454, o decreto criando a Estação Ecológica da Ilha do Mel, com 2.240.69 ha (PARANÁ a, 1986). A lei nº 9.985/ 2000 Art. 9º define que uma Estação Ecológica tem como objetivo a proteção da natureza e a realização de pesquisas científicas, e é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico.

Além da Estação Ecológica, o zoneamento do Plano de Uso estabeleceu uma outra área de preservação na parte sul da Ilha, chamada de “Reserva Natural”. Porém, essa categoria

de manejo não está prevista na legislação que trata das unidades de conservação do Brasil, e, portanto, a área não possuía respaldo legal.

No ano de 1986 é apresentado o *Estudo de impacto ambiental e alternativas de uso racional para a Ilha do Mel* pela organização não governamental Instituto Florestal do Paraná. O documento constata os mesmos problemas levantado no diagnóstico anterior, com a diferença de alguns terem sido agravados: a indefinição fundiária, ocupação desordenada, e depredação de certos recursos naturais.

Em 1987, o governador Álvaro Dias institui uma comissão, com fins de elaborar uma proposta conjunta para solucionar as questões não resolvidas. Apesar do diagnóstico ser semelhante, aparecem novas propostas, como a regulamentação fundiária das áreas de preservação, incentivos a outras atividades econômicas que não o turismo, como a reativação da pesca, produção de artesanato, e capacitação de mão-de-obra para exercer diversos tipos de profissão, como carpintaria, pintura e corte e costura, além de uma preocupação com o resgate da cultura da população. Constam ainda propostas das associações locais, principalmente em relação à questão fundiária (PARANÁ a, 1986). Várias das propostas presentes nesse plano são bastante coerentes e exequíveis; porém, cada secretaria deveria conseguir os recursos para colocá-las em prática, e fundamentalmente deveria haver uma vontade política clara para sua instrumentação que, por uma série de indícios, parece não haver existido, ou sim, mas de forma bem limitada.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (SEDU) realizou, em 1989, o *Diagnóstico preliminar da situação atual da Ilha do Mel*, cujo objetivo era tratar do problema da erosão, bastante agravado na época, mas são realizadas entrevistas com moradores, e o documento acaba abordando temas como a saúde, o lixo, a segurança e outras necessidades da população permanente (PARANÁ b, 1989).

No período entre 1989 e 1992 o governo estadual tomou algumas providências de caráter emergencial, mas após 1992 houve um período de total abandono e ausência do Poder Público na Ilha, quando foram realizadas muitas ocupações e vendas irregulares de lotes.

Em 1992 a Secretaria Especial para Assuntos do Meio Ambiente apresenta o termo de referência para um *Plano diretor de uso, ocupação e manejo da Ilha do Mel*, para estabelecer parâmetros, informar consultorias, orientar serviços e definir participações em intervenções na

⁵ No Decreto mencionado, a jurisdição é delegada ao extinto Instituto de Terras, Cartografia e Floresta (ITCF), que viria a se tornar o IAP.

Ilha. Apresenta os mesmos problemas encontrados por outros documentos, alguns de forma mais elaborada.

Em agosto de 1994 o IAP apresentou à chefia do órgão o *Relatório Ilha do Mel*, tratando principalmente do aspecto fundiário e ocupacional, mas há itens, como o intitulado “Abandono”, no qual é descrita a situação resultante da ausência do IAP na Ilha.

Em 1997, o Decreto Estadual nº 3.502 delega ao IAP a fiel execução dos poderes conferidos ao Estado do Paraná e cria o Conselho Gestor da Ilha do Mel. Finalmente, no ano de 2002, o Decreto Estadual 506 de 22 de março criou o Parque Estadual da Ilha do Mel, sobre a área da antiga Reserva Natural.

IV ANTECEDENTES DE PESQUISA

Nesse tópico, revisaremos os trabalhos de pesquisa realizados anteriormente que se aproximam do tema da sustentabilidade na Ilha do Mel. Não há um trabalho que utilize especificamente o conceito de sustentabilidade para definir o foco do seu estudo. Porém, há trabalhos muito próximos, como o Plano de Gestão da Ilha do Mel (PARANÁ c, 1996) ou o Plano de Manejo da EEIM (PARANÁ d, 1996), que por se referirem, no caso do Plano de Gestão, à Ilha como um todo, ou a um aspecto que depende do seu entorno, como o Plano de Manejo, acabam abrangendo os aspectos econômicos, sociais e ambientais do seu objeto de estudo.

Isso ocorre também com outros três trabalhos: ATHAYDE E TOMAZ (1995), que estudam as relações entre homem e ambiente na Ilha; REICHMANN NETO (1999), que, por estudar as relações entre a implantação da energia elétrica e as mudanças provocadas na sociedade local, volta-se para a evolução da atividade turística, de maior importância na Ilha, e causa de mudanças sociais e ambientais que vemos até hoje; e o Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Ilha do Mel (AGUIRRE, 1996), que faz um levantamento semelhante ao do presente trabalho, e constata alguns problemas, mas não é feita uma correlação entre esses problemas e as suas possíveis causas.

Decidimos acrescentar, ainda, os trabalhos de KRAEMER (1978; 1985), por se tratar de um registro histórico do modo de vida dos moradores da Ilha antes do desenvolvimento acelerado do turismo, e o de FRANK *et al.* (1991), que se trata de entrevistas com pessoas do Poder Público e da Sociedade Civil envolvidas com a Ilha do Mel durante a época em que mais aumentou o número de habitantes, e registra muitas intenções que viriam a se concretizar.

Malhas da pobreza – Exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá (KRAEMER, 1978; 1985).

A autora é antropóloga, e seu trabalho foi direcionado à comunidade da parte sul da Ilha (Prainhas). Em 1978, foram feitas entrevistas com moradores, nas quais foram descritos os apetrechos utilizados na pesca, a forma que era feita a comercialização do pescado, a agricultura de subsistência, e outros aspectos relacionados com seu modo de vida. A autora detectou que já na década de 1970 a agricultura era pouco expressiva, a pesca era exercida

com espinhel, redes e tarrafas, através do sistema de quinhão, e o pescado vendido em Paranaguá ou trocado por gêneros alimentícios. Em 1978, a influência do meio urbano ainda era pequena, devida ao isolamento e à falta de comunicação.

A autora retornou à Prainha em 1983, com o intuito de detectar possíveis mudanças nas características sociais da vila. Registrou-se na época um aumento na quantidade de turistas que passaram a freqüentar a Ilha, principalmente no verão. A diminuição do isolamento deu-se com a instalação da empresa para a realização da travessia Pontal do Sul – Ilha do Mel. Segundo a autora, a transferência da administração da Ilha do SPU para o Governo do Estado do Paraná ocasionou modificações no controle da ocupação dos terrenos da Ilha. Várias construções de residências de veraneio foram observadas nesta época.

O crescimento do turismo acarretou várias transformações no estilo de vida dos nativos, principalmente no verão, pois os pescadores vendiam o pescado diretamente aos turistas e as mulheres vendiam pães, salgados e doces na praia. Os turistas estabeleceram uma relação de proximidade com os nativos, compartilhando com eles várias atividades, desde a pesca até a participação nos forrós. Foram constatadas ainda modificações no mobiliário, alimentação e vestuário dos nativos, com a presença de televisão em várias casas.

Ilha do Mel – Terra de Ninguém (FRANK *et al.*, 1991).

O trabalho tem seu enfoque nos “elementos que intensificaram o processo de descaracterização sociológica da comunidade nativa”. Com base nesse tema, foram realizadas várias entrevistas com pessoas do Poder Público, moradores e professores da Universidade Federal do Paraná.

Podemos perceber no discurso dos entrevistados a situação de transição em que se encontrava a Ilha; por um lado, havia uma preocupação com o sustento material do morador nativo. Com a instalação da energia elétrica (em 1988), já havia um grande contingente de imigrantes, e o espaço em que se pensava inserir o nativo era na hospedagem dos turistas; assim, as alternativas mais citadas são cooperativas de campings ou minicampings, pois grande parte dos turistas eram “barraqueiros” (ficavam acampados em barracas). Essa última foi colocada em prática pelo Governo, mas, por diversos problemas, os minicampings acabaram servindo a um número pequeno de moradores, e de forma precária.

Por outro lado, como é colocado no objetivo do documento, existe a preocupação com a “perda da identidade cultural” do nativo e com as transformações em seu modo de vida.

Alguns acham que o nativo deveria voltar a pescar e plantar para a sua subsistência, e outros acham que ele deveria ser totalmente integrado ao desenvolvimento turístico, e que um resgate da sua cultura seria interessante como atrativo para os turistas. Porém, muitos comentam ser necessário, antes de levar qualquer proposta à prática, saber o que o nativo quer. Alguns entrevistados dizem ser necessário um diagnóstico social, pois parece haver dados sócio-econômicos, mas não se sabe a opinião dos nativos sobre os planos propostos para a sua vida.

Várias outras iniciativas citadas pelos entrevistados vieram a se tornar uma realidade, como a criação do terminal de embarque em Pontal do Sul, a limitação do número de turistas, a mudança da “Reserva Natural” para a categoria de Parque Estadual, etc.

Áreas naturais protegidas e comunidades locais da Ilha do Mel – PR – Brasil (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

Os objetivos do trabalho são: 1) Levantar dados sobre a criação, implantação e gerenciamento das áreas protegidas na Ilha, com destaque para a Estação Ecológica; 2) Realizar um diagnóstico sócio-econômico preliminar da comunidade de moradores da parte norte (vilas do Farol, Nova Brasília e Fortaleza), levantando aspectos culturais e históricos da região; 3) Analisar as relações pretéritas e presentes (percepção, uso e opiniões) existentes entre a população e o ambiente, com enfoque para as áreas protegidas do local; 4) Embasar futuras ações gerenciais na Ilha do Mel, identificando linhas prioritárias a serem pesquisadas com relação à maior participação da comunidade na conservação e manejo dos ecossistemas existentes na região.

Para isso, foi realizado um levantamento da infra-estrutura e dos aspectos históricos e sócio-culturais da Ilha do Mel, e uma caracterização dos meios físico e biológico. São revisados os antecedentes de criação das áreas protegidas.

Para as entrevistas, foi estabelecido um mínimo de 25% dos residentes fixos de cada uma das três vilas, e entrevistou-se uma pessoa por casa, com idade mínima de 18 anos. Os entrevistados foram posteriormente categorizados em:

- Moradores nativos com comércio próprio;
- Moradores nativos sem comércio próprio;
- Moradores não nativos com comércio;
- Moradores não nativos sem comércio.

Foram coletados dados sócio-econômicos básicos dos entrevistados, e feitas perguntas abertas e específicas, envolvendo a percepção da realidade local, as relações dos moradores com o ambiente, o registro de possíveis impactos nas áreas protegidas, e levantados o grau de conhecimento e opiniões sobre as áreas protegidas na Ilha, como a sua finalidade, localização, guardas, fiscalização, benefícios e problemas decorrentes da sua existência. Ainda foram entrevistados 3 moradores nativos mais antigos da Ilha, com fins de resgatar dados culturais e de relação pretérita com o ambiente.

As entrevistas refletem uma nítida diferenciação entre o modo de pensar da maioria dos nativos e das pessoas de fora, e uma constante auto-valorização dos ilhéus frente à ocupação do território pelos imigrantes. Consta-se que a pesca permanece uma atividade importante economicamente, principalmente no inverno, e o abandono das atividades agrícolas.

Um dos maiores problemas dos moradores com relação às áreas protegidas foi a necessidade de obtenção de lotes pelos nativos. A limitação do uso dos recursos naturais é um problema principalmente para os antigos ex-moradores da Ponta Oeste, que ainda mantinham uma dependência do seu uso direto.

Conclui-se que seria necessária a revisão da categoria de manejo da Estação Ecológica e de configuração jurídica para a área da Reserva Natural, que não pertence a nenhuma das categorias de manejo das unidades de conservação. É sugerida a categoria de Parque Estadual para ambas.

Sugere-se a criação de um conselho composto por membros do órgão ambiental responsável, líderes das associações de moradores e representantes de outros setores envolvidos no estudo da Ilha (que no caso viria a ser o Conselho Gestor da Ilha do Mel), e a aprovação e coordenação para implementação de um plano de manejo para a Ilha do Mel, que garantisse a efetivação das áreas protegidas, compatibilizada com a existência da comunidade. A relação entre essas não é vista como conflitiva, a não ser pela concessão de uso de lotes.

O maior problema é a falta de informação sobre o destino e importância das áreas protegidas além dos benefícios diretos e indiretos que possam trazer aos moradores.

São ainda sugeridos estudos de caracterização das comunidades e áreas protegidas na parte sul da Ilha, a caracterização do público visitante, inter-relações turista, ambiente e comunidade, capacidade de suporte turístico da Ilha e impactos causados por esta atividade.

Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Ilha do Mel (AGUIRRE, 1996).

A autora busca criar um projeto que viabilize o planejamento ecoturístico na Ilha do Mel, baseado nos seguintes objetivos: promover a conscientização turística e a educação ambiental; envolver a comunidade local no turismo; promover o resgate histórico da cultura; promover formas de combate à sazonalidade; aumentar a permanência do turista e/ou excursionista e adequar a infra-estrutura, equipamentos e serviços.

Entre janeiro e fevereiro de 1996 foram entrevistados 21 pousadas, 12 bares/restaurantes e 4 campings na região da Fortaleza, Nova Brasília e Farol, relatando a origem do proprietário, escolaridade, tipo de pessoa que frequenta o estabelecimento, capacidade e número de funcionários e preços cobrados pelos serviços.

No mesmo período foram aplicados 941 questionários aos visitantes da Fortaleza, e são apresentados os resultados de idade, sexo, escolaridade, renda, procedência, tempo de permanência, tipo de hospedagem, forma de viagem, informações sobre a Estação Ecológica e despesa média diária dos turistas.

Foi diagnosticada uma maior preocupação com a preservação ambiental do que com os problemas sociais na gestão da Ilha, os conflitos entre nativos e “de fora”, a falta de treinamento dos nativos para trabalhar com o turismo, com a predominância de funcionários e proprietários não nativos nos comércios entrevistados, a não ser nos campings, e os muitos problemas ambientais. Ainda se comenta sobre a questão fundiária e a falta de participação dos moradores nos projetos de desenvolvimento local.

Ao final, são feitas proposições, como trabalhos de conscientização turística e ambiental, tanto para moradores quanto para visitantes, o envolvimento da comunidade no turismo, a promoção de um resgate histórico e cultural, assim como formas de combate à sazonalidade, o aumento do tempo de permanência do turista e a adequação da infra-estrutura, equipamentos e serviços.

Plano de Gestão da Ilha do Mel – Relatório Preliminar (PARANÁ c, 1996)

Apesar de se tratar de um documento público, teve-se acesso somente a uma versão preliminar do Plano de Gestão. Foi realizada a coleta e interpretação de dados quantitativos e qualitativos, nos quais são baseadas propostas normativas, administrativas e institucionais para a Ilha do Mel.

Entre novembro de 1995 e fevereiro de 1996, foi aplicado aos moradores um questionário estruturado, semi-aberto, com questões relativas a origem e composição da família, ocupação econômica, habilidades profissionais, renda, atividades econômicas potenciais, acesso aos bens de consumo, infra-estrutura de saúde e ensino, comunicação, segurança, conflitos, associativismo, lazer, posse da terra, condições de habitação e opiniões sobre o turismo e a Estação Ecológica Ilha do Mel. Os autores consideram a amostra representativa da população, mas não é colocado o universo ou o tamanho da amostra. Ainda foi aplicado um questionário aberto a uma amostra da população.

No documento constam caracterizações histórica e geográfica, com números de habitantes, edificações e infra-estrutura social, e um histórico das políticas e das propostas de ação para a Ilha do Mel, com os planos do Poder Público e de empresas particulares. Descreve-se o contexto sócio-econômico regional e local, dividindo os moradores entre nativos, comerciantes e donos de pousadas (inclusive nativos e imigrantes) e veranistas com residência na Ilha.

É feita uma caracterização da população baseada nos questionários, dividida entre nativos e residentes não-nativos, e através da comparação, constata-se grandes diferenças entre os dois grupos sociais, como o tamanho da família, maior entre os nativos, o tipo de atividade econômica a que se dedica, as habilidades profissionais e os planos para a família.

Caracteriza-se os aspectos fundiários, classificando os lotes, e chega-se a um total de 85% de lotes com alguma irregularidade, sendo observada a situação fundiária mais complicada na Vila de Encantadas. No item de caracterização ambiental são descritos os problemas ambientais relacionados com o uso feito pelo homem dos recursos, como a demanda por água potável, dejetos humanos e águas servidas, resíduos sólidos e energia.

É estabelecida uma capacidade de suporte para a Ilha do Mel, definida como “o grau de exploração que os recursos naturais podem suportar, acrescido da infra-estrutura disponível, de modo a não afetar o ambiente e proporcionar um mínimo de conforto a moradores e visitantes.”

São considerados:

- Oferta de água potável;
- Manejo de dejetos humanos, águas servidas e lixo;
- Disponibilidade de energia elétrica;
- Capacidade de alojamento.

Conclui-se que a capacidade está em cerca de 4000 visitantes por dia, mais os moradores fixos.

No final, são apresentadas propostas para a solução de problemas como a ineficiência políticas públicas, ordenamento fundiário, degradação ambiental, saneamento básico, entre outras. Assumindo-se que se trata de um Plano de Gestão, elaborado pelo Governo, é esperado que as propostas viáveis passem da teoria à prática; porém, das 35 propostas, verificou-se que ao menos a metade não foi colocada em prática, ou não se vê a resposta esperada.

Plano de Manejo da Estação Ecológica da Ilha do Mel (PARANÁ d, 1996)

A Estação Ecológica foi decretada em 1982, e o seu plano de manejo foi realizado somente em 1996, mais de dez anos depois, sob a coordenação da bióloga Simone Ferreira de Athayde. No documento, é feita uma revisão da história e geografia do local, e descrito o contexto conservacionista da região norte do Litoral do Paraná, no qual a unidade de conservação está inserida.

É apresentada a síntese e a análise de informações primárias e secundárias dos fatores abióticos (clima, hidrografia, geologia, geomorfologia e solos), bióticos (vegetação, fungos e fauna) e antrópicos. São descritos também os aspectos institucionais relacionados com a Estação Ecológica, como os planos e programas setoriais de interesse regional. É previsto o aumento do fluxo de turistas, e conseqüentemente um aumento da pressão sobre os recursos naturais da Ilha. Descreve-se a situação legal e fundiária da EEIM, em cuja área já são detectadas seis ocupações irregulares.

Ao final do capítulo II é feita uma declaração de relevância, que justifica a criação da Unidade de Conservação baseada na presença de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção e da importância da manutenção da cobertura vegetal para deter o processo erosivo. Cita-se o contexto conservacionista no qual ela está inserida, a presença de sítios arqueológicos e históricos e a beleza paisagística do local.

São apresentadas as ações de manejo necessárias à consolidação da EEIM, o zoneamento e a proposta da criação de um Parque Estadual na área da “Reserva Natural”. Finalmente, são propostos quatro Programas de Manejo, e descritas as estruturas, infra-estruturas, materiais e equipamentos necessários aos sub-programas. Os dois primeiros programas se referem a estrutura necessária e a administração a serem implantadas, e à

proteção dos recursos naturais, enquanto os dois últimos dizem respeito ao uso público e à relação com o entorno. Os subprogramas incluem atividades de educação ambiental com visitantes e moradores, além de palestras e outras atividades, com o objetivo, que se mostra imprescindível, de integrar a área ao entorno.

O cronograma previa a implantação da EEIM no prazo de 5 anos. Infelizmente, a maior parte do Plano de Manejo não foi colocado em prática. A unidade de conservação não conta, até hoje, nem mesmo com um corpo administrativo. Segundo o coordenador do IAP na Ilha do Mel, mesmo sem o manejo necessário a Estação Ecológica cumpre a sua função principal, que é a preservação ambiental, visto que não há uso direto dos recursos naturais.

As inter-relações da energia elétrica com aspectos de conforto e modernidade em pequenas comunidades: um estudo de caso na Ilha do Mel (REICHMANN NETO, 1999).

Nesse trabalho, buscou-se identificar as transformações sócio-econômicas e ambientais ocorridas com a disponibilização da energia elétrica em larga escala na Ilha do Mel. O autor dividiu os moradores em três grupos: nativo, migrante e veranista. Foram realizadas entrevistas durante o primeiro semestre de 1997, e foram adotadas técnicas da *história oral*, privilegiando “entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo”. Buscou-se registrar dados de 1988, quando foi instalado o sistema de geração e distribuição de energia elétrica, de 1992, quando assumiu-se que o período de adaptação ao uso da energia elétrica foi superado, e de 1997, ano da realização da pesquisa de campo.

A unidade amostral adotada foi o consumidor de energia elétrica. O número de questionários preenchidos (398) não corresponde ao número de contas pesquisadas, uma vez que muitas delas atendiam mais de um imóvel (tabela 1). Aconteceu também de um entrevistado responder mais de um questionário, como comercial e como residencial.

TABELA 1 – Consumidores de energia elétrica e entrevistas realizadas (1997).

Número	Encantadas	Brasília	Farol	Fortaleza	Total
Consumidores	225	196	141	73	635
Questionários respondidos	163	82	109	44	398
Pessoas entrevistadas	117	56	88	28	289
Residências	130	64	85	34	313
Domicílios comerciais	55	36	34	15	140
Rabichos	23	4	4	0	31

Fonte: Reichmann Neto, 1999.

Como mencionado acima, os dados coletados se referem ao período entre 1988 e 1997, e trata-se de acompanhar a evolução dos números de: eletrodomésticos, padrão de acabamento dos imóveis (piso, cobertura, número de quartos), abastecimento de água, destino dos dejetos, estabelecimentos comerciais, capacidade de atendimento e geração de emprego.

Como todos os dados são comparados entre os grupos de moradores, a evidência é de que sempre os migrantes estão em vantagem em relação aos nativos, seja em relação ao número de eletrodomésticos, às ligações de água ou à predominância nos tipos de comércio mais lucrativos. A conclusão é que os migrantes são o grupo dominante, resultado tanto da condição financeira superior quanto à vivência dentro dos valores da sociedade capitalista e urbana. O nativo, apesar de ter preferência ante o Poder Público em questões como nas ligações da rede de abastecimento de água, ou a concessão de lotes na ilha, não tem capital, e nem cultura empreendedora, fatos que levam-no a ceder seu espaço territorial e econômico para o migrante.

4.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO

Através dos elementos descritos anteriormente pode-se analisar a situação atual da Ilha observando a interação relativamente contraditória entre o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

A Ilha do Mel é dotada de particular beleza cênica, possuindo uma diversidade de ambientes. Como o Poder Público por muito tempo não tomou iniciativas claras, seja no sentido de preservá-la, ou de explorar economicamente seus potenciais (apesar de haver um direcionamento nesse sentido no documento de 1967), com a definição da vocação turística para o litoral, iniciada nos anos 70, se abriu espaço para propostas de grupos privados interessados na exploração dessa atividade. A proposta de Cornelsen, em 1980, acabou chamando a atenção para a situação de abandono e ausência do Poder Público em que o local se encontrava, e obrigou o governo estadual a se posicionar de alguma forma.

No Relatório nº1 de 1981, são colocadas como opções dois extremos: preservar a totalidade da Ilha ou liberar a ocupação e o desenvolvimento do turismo, e a opção feita parece ser o meio termo, estabelecendo áreas de preservação e de ocupação. Mas a forma em que isto foi instrumentado não parece garantir nem a preservação nem a qualidade de vida dos

moradores por diversos fatores, entre eles a falta de fiscalização rigorosa nas áreas de preservação. Dessa forma, Havendo pressões no sentido de um desenvolvimento econômico que não seria sustentável em relação ao ambiente e à população residente, expressos nos planos de empresas privadas, o governo toma uma posição no sentido da preservação ambiental, em um primeiro momento, em grande parte decorrente de que o corpo técnico do governo era constituído por ambientalistas ou simpatizantes (quadro 2).

QUADRO 2 – Planos propostos para a Ilha do Mel, de 1967 a 1996.

Ano	Título	Proponente		Aspecto enfatizado			Caráter	
		Privado	Público	Econômico	Ecológico	Social	Desenvolvimentista	Preservacionista
1967	Plano de Emergência de Turismo do Litoral Paranaense		X	X			X	
1970	Plano Preliminar Turístico e de Urbanização da Região Sul da Ilha do Mel	X		X			X	
1972	Proposição Para a Organização Territorial da Ilha do Mel	X		X			X	
1975	Proposta Para a Elaboração do Projeto de Aproveitamento Urbanístico da Ilha do Mel	X		X			X	
1980	Proposição Para a Organização Territorial da Ilha do Mel	X		X			X	
1980	Plano Diretor – Integração Turística da Ilha do Mel	X		X			X	
1981	Relatórios 1 e 2 – Plano de Uso		X		X	X		X
1987	Diagnóstico da Comissão Executiva para Assuntos da Ilha do Mel		X	X	X	X	X	
1996	Plano de Gestão da Ilha do Mel		X	X	X	X	X	

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados de PARANÁ c (1996).

As áreas de preservação foram criadas, mas demorou muito tempo até que fosse feito ao menos um plano de manejo (quatorze anos no caso da Estação Ecológica, e uma indefinição legal, no caso da Reserva Natural, até 2002).

Nos dois últimos planos parece haver a intenção da conciliação entre os três componentes (quadro 2). Porém, a aplicação prática desses planos depende da continuidade entre as gestões do Governo Estadual e da vontade política em cada gestão.

Com a cessão da Ilha para o Governo Estadual, começa também a haver interesse pela população residente, que não era ao menos mencionada em alguns dos projetos de desenvolvimento anteriores, e tinha papel secundário em outros. Como foi descrito no item 2.3, estava se formando, nessa época, uma intenção, dentro do governo, de realizar a conservação incluindo a comunidade. Essa visão pode ter influenciado a preocupação com as carências da população e com a perda da identidade cultural que transparece em alguns documentos (FRANK *et al.*, 1991). Porém, as primeiras intervenções são emergenciais e assistencialistas, que resolvem os problemas em curto prazo, e não dão alternativa ao nativo de aprender a se adequar ao turismo ou a qualquer outra atividade que gere renda. É possível perceber que, mesmo tendo uma certa proteção do Poder Público, como a preferência na cessão de lotes e de ligações com a rede de abastecimento de água, o morador nativo não tem capital, tampouco cultura empreendedora, fatos que levam-no a ceder seu espaço territorial e econômico para o imigrante (REICHMANN NETO, 1999).

Como as soluções são emergenciais, elas resolvem os problemas por pouco tempo; esses voltam a aparecer, e por isso todos os diagnósticos sempre constatarem os mesmos problemas. Analisando numa perspectiva de longo prazo, a medida que o tempo passa, os diagnósticos vão se tornando mais elaborados, passando a entender melhor os porquês dos problemas, e até as propostas tornam-se mais adequadas a eles. Mas por outro lado, a descontinuidade dos governos, a falta de recursos humanos e financeiros dos órgãos ambientais, e mesmo a falta de vontade política impedem que eles sejam solucionados.

Quanto à proteção ambiental, a criação das unidades de conservação assegurou a preservação de grande área de vegetação nativa, mas restringiu bastante as possibilidades de expansão urbana, o que acarretou certos problemas de moradia para os nativos, cuja população é crescente, gerando reivindicações no sentido da liberação de loteamentos nas áreas de preservação. Isso é agravado pelo fato de muitos nativos venderem seus terrenos aos imigrantes.

Como o turismo na Ilha tem uma característica sazonal, há picos de visitação nos meses de dezembro a fevereiro, e nessas ocasiões ocorrem uma série de impactos ambientais, como o acúmulo do lixo e a contaminação da água, devido à precariedade dos serviços de saneamento e falta de planejamento (ATHAYDE & TOMAZ, 1995).

Na tentativa de conciliar preservação e turismo, foi estabelecida uma capacidade de carga, ou seja, um número limite de visitantes por dia. O controle da entrada de turistas é feito a partir do terminal de Pontal do Sul, principal via de entrada para a Ilha, mas não a única, pois é possível embarcar em Paranaguá ou utilizar lanchas e voadeiras, próprias ou das pousadas, sendo que essas duas formas de acesso não são controladas. Quando o número de registros no terminal de Pontal do Sul atinge 5000 pessoas, o acesso passa a ser proibido.

Essa estratégia, que visa diminuir o impacto dos turistas tem uma série de limites que questionam a sua eficiência e adequação. Em primeiro lugar, um limite de pessoas como quantidade fixa seria válido somente por um período curto de tempo, pois sua determinação se baseia em fatores que estão em constante alteração, como é o caso do número de leitos, e dos sistemas de coleta e tratamento dos dejetos. Devido ao aumento do número de leitos, e ao fato de que muitos visitantes vão apenas passar o dia na Ilha, mas não pernoitam (e também são contabilizados no embarque de Pontal do Sul) quando é proibida a entrada de novos turistas, muitas pousadas e campings acabam ficando vazios, e os comerciantes se sentem prejudicados.

O que poderia minimizar o impacto causado pelo número de visitantes seria a implantação de um sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos e esgoto. Porém, o governo atual não vê a iniciativa (que demandaria um bom investimento financeiro) com bons olhos, pois essa medida aumentaria a capacidade de carga da Ilha.

Centrar uma política que pretende compatibilizar conservação e desenvolvimento no estabelecimento da capacidade de carga tem problemas, pois aparentemente, no lugar de tentar regular todos os processos que poderiam causar um impacto negativo no ambiente, propõe-se somente limitar o número de pessoas, como se a medida sozinha resolvesse essa incompatibilidade.

De acordo com DIAS (2003), a capacidade de carga pode ser estabelecida em função dos objetivos do planejamento e técnicas de gerenciamento, e, em última instância, do tipo de desenvolvimento escolhido para o local. Assim, a limitação do número de visitantes parece ser uma medida técnica, mas na realidade é política, na medida em que visa uma certa preservação do ambiente, mas permite o uso turístico, e não disciplina esse uso a não ser pela imposição de regras para a ocupação. Portanto, como política, esse instrumento isolado, sem o apoio de um plano que procure realmente conciliar esses elementos relativamente opostos, se mostra insuficiente.

Observando esses elementos, torna-se possível perceber que, desde a intervenção do Governo Estadual na Ilha, há uma clara indefinição entre a vocação para o turismo ou para a preservação, que tende ora para um lado, ora para outro, dependendo da posição tomada pela gestão do Governo, e, de forma secundária, das pressões exercidas pelos atores sociais envolvidos na questão. Conseqüentemente, essa indefinição está refletida no modelo de desenvolvimento atual da Ilha do Mel, que será descrito e analisado nos capítulos seguintes, no que resulta pertinente aos objetivos deste trabalho.

V OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Os trabalhos anteriores sobre a Ilha do Mel apresentam vários aspectos da sociedade e do ambiente. Porém, não há um trabalho que coloque como objetivo específico a avaliação da sustentabilidade. Além do mais, poucas vezes se procura estabelecer relações causais entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Da mesma forma, foi colocada na definição do problema de estudo (item 3.5) a insuficiência das políticas públicas aplicadas na Ilha, pois apesar de haverem planos com propostas que procuram conciliar esses aspectos, poucas são aplicadas. Atualmente está sendo elaborado pelo Governo do Estado um novo plano de gestão, intitulado *Plano de sustentabilidade da Ilha do Mel*, que ainda não foi divulgado, e poderá estabelecer um modelo de desenvolvimento para a Ilha.

O objetivo geral do presente trabalho é, com base na avaliação da sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento da Ilha do Mel, servir de subsídio à discussão que existe na sociedade sobre tal lugar.

E os objetivos específicos são:

- **Resgatar o histórico** de articulação entre os processos reais e os planos de gestão da Ilha a fim de saber como foi estabelecido o modelo de desenvolvimento atual e os problemas decorrentes.
- **Avaliar o modelo de desenvolvimento atual.** Para isso, ter-se-á como referência um conceito de sustentabilidade focado na qualidade de vida da população residente. O estudo será baseado em análises da sustentabilidade ecológica, econômica e social e sua relação. Avaliaremos a sustentabilidade de cada componente com base em indicadores e descritores da situação atual da Ilha, buscando fazer uma análise holística, que leve em conta a complexidade da situação.
- Como o trabalho é voltado à gestão, procuraremos, com base nas análises, **propor orientações gerais para as políticas públicas**, e o resultado será colocado a disposição da população, buscando contribuir para o desenvolvimento da cidadania através do subsídio e estímulo à discussão das políticas que, em última instância, influenciarão em vários aspectos da sua qualidade de vida.

VI ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

6.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A elaboração de indicadores de sustentabilidade data da década de 1980. A Agenda 21, documento final da Rio-92, em seu capítulo 40, enfatiza a necessidade do desenvolvimento de indicadores por parte de cada país, em função de sua realidade (MARZALL, 1999).

Segundo MARZALL (1999), indicadores são dados que informam diretamente sobre algum aspecto da realidade, e podem ser quantitativos ou qualitativos. Mas é difícil que um indicador esgote o que é necessário saber para a maior parte das questões que ocupam a ciência, de forma que normalmente é necessário um conjunto de indicadores para dar conta destes. A seguinte questão é que os elementos desse conjunto normalmente estão inter-relacionados. Assim, é importante ressaltar a necessidade geral do enfoque sistêmico. Isto é particularmente importante nas questões ambientais, pois tal enfoque permite uma adequação maior à sua complexidade intrínseca, não apenas à idéia de sustentabilidade, mas a da realidade propriamente dita.

Um indicador, sob um enfoque sistêmico, como a questão ambiental demanda deve: ser significativo para a avaliação do sistema; ter validade, objetividade e consistência; ter coerência e ser sensível a mudanças no tempo e no sistema; permitir um enfoque integrador, ou seja, fornecer informações condensadas sobre vários aspectos do sistema; ser de fácil mensuração, baseado em informações facilmente disponíveis; permitir a relação com outros indicadores, facilitando a interação entre eles (DEPONTI; ECKERT; AZAMBUJA, 2002).

O dado passará a ter significado apenas se referido a *parâmetros*, que necessariamente não são universais, estáticos e imutáveis. Pelo contrário, em geral, os parâmetros refletem os níveis de exigência de cada sociedade, quando se colocam como normas a serem cumpridas, ou os critérios (técnicos e políticos) concretos do avaliador, naquele momento histórico.

O interesse em desenvolver indicadores para avaliar a sustentabilidade de um sistema está em que esses forneceriam informações, que servem como subsídio à tomada de decisões em direção a mudanças consistentes na tentativa de solucionar os inúmeros problemas ambientais e sociais levantados (MARZALL, 1999).

6.2 CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE E DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

Um indicador deve inicialmente referir-se aos elementos relativos à sustentabilidade de um sistema. Isso significa também que é fundamental que haja uma clara definição do que a organização, instituição de pesquisa, grupo ou indivíduo entende por sustentabilidade. Esta definição irá determinar o processo de interpretação dos resultados da leitura dos indicadores. Além disso, a ênfase (social, econômica ou ambiental) que a idéia-conceito de sustentabilidade apresenta deverá se refletir no conjunto dos indicadores (MARZALL, 1999). Para estabelecer os indicadores de sustentabilidade para a Ilha do Mel, nos baseamos na definição de desenvolvimento sustentável de Brundtland:

“Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991)

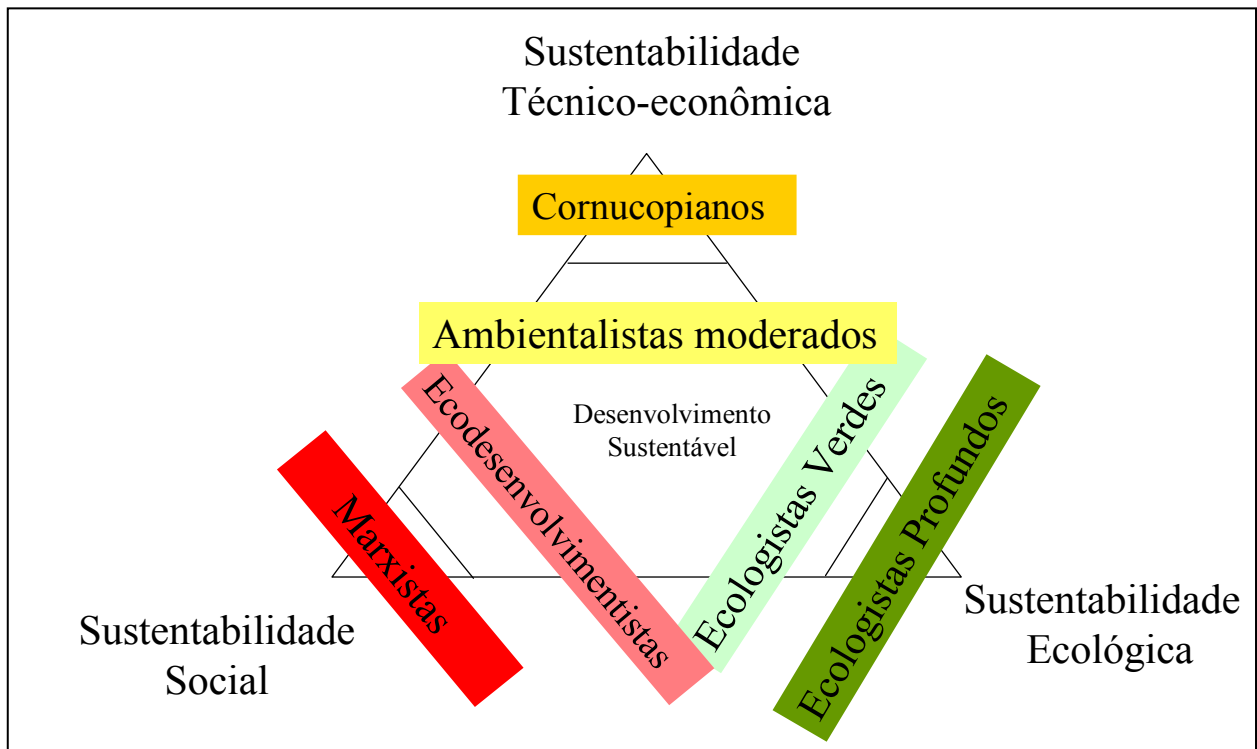
É fato que não há um consenso em torno do termo, pois ele é bastante genérico, aberto às interpretações e aos interesses de quem o utilize. Sendo assim, procurou-se analisar como cada corrente do ambientalismo interpreta o desenvolvimento sustentável, de modo a especificar-se o conceito geral de sustentabilidade a ser utilizado no caso da Ilha do Mel, os conceitos implícitos nesse e os indicadores que foram definidos, baseados nessas definições.

É consenso que a sustentabilidade pode ser dividida em três dimensões: a ecológica, a econômica e a social. Assim, podemos pensar que as correntes do ambientalismo anteriormente descritas (capítulo 2), quando defendem seus interesses, acabam por privilegiar um desses aspectos (PIERRI, 2004).

Além disso, o presente trabalho trata da análise de um modelo de desenvolvimento, e qualquer modelo é constituído da interação entre essas dimensões. Dependendo dos interesses de quem o elabore, também dará prioridade a alguns aspectos em detrimento aos outros (ver tópico seguinte – *trade-offs*).

PIERRI & CHANG (2004) mostram que deve-se levar em conta que, mesmo dentro das três grandes correntes do pensamento ambientalista, há posições mais extremas, e que por isso sua discussão está mais afastada do centro da discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Nelas se baseiam as posições que, por não considerarem imprescindíveis soluções que requeiram mudanças extremas no sistema vigente, estão no palco do debate da questão, sendo aplicáveis a nossa realidade no curto e médio prazo (figura 3).

FIGURA 3 – As correntes do pensamento ambientalista em relação aos aspectos da questão ambiental e à construção do desenvolvimento sustentável.



Fonte: PIERRI & CHANG, 2004

O pensamento cornucopiano dá total prioridade à livre economia de mercado, sem interferência estatal. Para os pensadores dessa vertente, a crise ambiental não existe, e os problemas vindos da escassez de recursos naturais podem (ou poderão) ser resolvidos através do desenvolvimento tecnológico. A outra corrente que dá prioridade à sustentabilidade econômica é o ambientalismo moderado, que baseia-se na economia ambiental, nada mais que uma adaptação da teoria neoclássica levando em conta a limitação dos recursos naturais. A valoração do ambiente e a sua inclusão no mercado resolveriam os problemas ambientais. Também é vista como necessária a diminuição da pobreza, visto que esta causa danos ao ambiente. Enfim, aceita-se certos cuidados ambientais e a diminuição da pobreza, para que esses não prejudiquem o mercado (PIERRI & CHANG, 2004).

Entre as correntes que privilegiam o aspecto ecológico, a ecologia profunda não admite conciliação com os outros aspectos, pois sua prioridade é a preservação da natureza, mesmo que para isso seja preciso a diminuição da população mundial, e a detenção do crescimento industrial e urbano, causadores da atual crise ambiental de acordo com esse ponto de vista. A corrente dos “ecologistas verdes” também toma como danoso à natureza o crescimento populacional e econômico, os quais devem ser detidos (tese do crescimento

zero). Isso se daria através da diminuição dos padrões de produção e consumo, e da utilização de tecnologias limpas e de pequena escala.

Tomando como base uma visão crítica do sistema econômico atual e a defesa da equidade social estão as correntes do antropocentrismo crítico. O marxismo entende que a crise ambiental é fruto da exploração vinda das relações sociais de produção, que além de se estender à natureza, pois supõe produção ilimitada, tem como premissa básica o desemprego. A solução seria a mudança das relações sociais de produção para outras, que ao invés do lucro máximo, tivessem como objetivo a satisfação das necessidades da maioria. Por implicar em uma mudança radical no sistema vigente, ela se encontra mais afastada da construção atual do desenvolvimento sustentável.

Também dando relativamente mais importância para o aspecto social estão o eco-desenvolvimento e a ecologia social. Os primeiros vêm como a origem do problema ambiental o modelo de produção e consumo imposto culturalmente pelos países hegemônicos, que utiliza tecnologias inapropriadas. A solução seria um desenvolvimento endógeno, que utilize recursos, conhecimentos e tecnologias locais. Essa seria a vertente mais apta a participar ativamente de um projeto concreto de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma a ecologia social, que possui um viés anarquista, intervêm diretamente na discussão através da criação de projetos comunitários. No seu ponto de vista, seria necessário acabar com as relações de dominação entre os homens, e desses para com a natureza. Também se baseia na produção de pequena escala e auto-gerenciada.

6.3 ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE E *TRADE-OFFS*

Primeiramente, devemos levar em conta que a sustentabilidade diz respeito tanto às necessidades dos indivíduos (sustentabilidade social), que podem ser supridas através do desenvolvimento econômico (sustentabilidade econômica), mas pensando em manter os recursos para que, tanto esta geração, como as futuras satisfaçam as suas (sustentabilidade ecológica). A seguir apresenta-se a síntese desses conceitos gerais:

Sustentabilidade ecológica - Manutenção dos processos ecológicos que permitem um ecossistema saudável, assim como da diversidade das espécies da fauna e da flora (cobertura vegetal). Esses elementos também são considerados como base de recursos naturais e fontes de bem-estar e qualidade de vida para os seres humanos.

Sustentabilidade econômica - Para que uma sociedade seja sustentável economicamente, no contexto de economias de mercado, deve desenvolver atividades econômicas que possuam uma rentabilidade suficiente para permitir sua continuidade. Isso supõe competitividade produtiva, demanda estável ou crescente, e não destruir a base de recursos sobre a qual se apóia.

Sustentabilidade social - Consideramos em condições de sustentabilidade social uma sociedade onde a população tenha acesso à qualidade de vida digna, que garanta ao menos a satisfação das necessidades básicas, em um contexto de homogeneidade social e liberdades democráticas (SACHS, 2002). Isso está condicionado ao acesso a um trabalho justo, entendendo por tal aquele que ofereça um salário digno, segurança nas relações de trabalho, descanso remunerado, possibilidade de crescimento profissional, e acesso aos serviços de saúde, previdência e transporte. A qualidade de vida também inclui direitos de informação, educação e auto-realização, ao lazer, acesso à cultura, e participação nas decisões com implicações diretas e indiretas sobre a nossa vida (LEROY *et al.*, 2002).

De acordo com MÜLLER (1996), esses três eixos da sustentabilidade estão intrinsecamente ligados, sendo interdependentes e ao mesmo tempo contraditórios. Não será possível chegar à sustentabilidade maximizando as três metas ao mesmo tempo, existindo *trade-offs* que supõem que até certo momento o avanço num aspecto afeta os outros.

Os *trade-offs* dependem do grau de conflito entre os três diferentes objetivos nos diversos horizontes temporais e espaciais, isto é, a quanta qualidade ambiental, equidade social ou eficiência econômica essa sociedade terá que renunciar no curto, médio e longo prazos; e das preferências em relação a estes três objetivos, isto é, a quanta qualidade ambiental ou eficiência econômica estão dispostos a renunciar com o propósito de atingir certos objetivos sociais e vice-versa.

Entendemos que cada sociedade deve, munida de argumentos, decidir a que tipo e grau de sustentabilidade deseja chegar. Assim, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como o produto desejado (pela sociedade) dos *trade-offs* entre eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ecológica.

6.4 DEFINIÇÃO TEÓRICA DA SUSTENTABILIDADE LOCAL, DIMENSÕES E INDICADORES

Quando se recorre, no presente trabalho, ao conceito de sustentabilidade para pensar a situação existente na Ilha do Mel, a inquietação não se limita à sustentabilidade biofísica de seus ecossistemas, que estaria colocando o centro da questão na natureza, e não na vida humana. A preocupação aqui colocada é com relação às condições de reprodução social da comunidade humana atual. A partir daí é que se propõe avaliar se o modelo de desenvolvimento vigente permite atingir níveis de qualidade de vida satisfatórios, dando condições de mantê-los ou até melhorá-los para a geração atual e as futuras, e conciliando, o máximo possível, as atividades econômicas que ali se desenvolvem com a base de recursos naturais existentes. Partindo dessa concepção, passamos a pensar cada dimensão da sustentabilidade à luz das particularidades da Ilha aos efeitos de escolher os indicadores mais expressivos e estabelecer alguns critérios para sua avaliação.

Sustentabilidade ecológica na Ilha do Mel: é necessário levar em conta o fato de tratar-se de um local onde coexistem uma Estação Ecológica, um Parque Estadual, que juntos, representam 95% da área total da Ilha, onde a área de ocupação humana fica limitada ao restante 5%. Daí que o aspecto ecológico tem um peso relativamente maior que numa situação onde não houvesse unidades de conservação ou até onde estas fossem menores em tamanho ou menos restritivas. Assim, a manutenção das áreas de preservação se torna prioritária, e condiciona e subordina os outros aspectos, de forma que opera como uma restrição maior que a habitual para as atividades exercidas na zona de ocupação. Sendo a atividade econômica central o turismo, se coloca uma contradição entre a necessidade de cuidar dos atrativos naturais e da qualidade ambiental.

Considerando o anterior, os aspectos e indicadores propostos para avaliar esta dimensão da sustentabilidade seriam os colocados no quadro 3.

QUADRO 3 – Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade ecológica na Ilha do Mel (PR) 2004.

Aspecto	Indicadores
Disponibilidade da água potável	- Quantidade de domicílios que recebem água tratada da rede de abastecimento (CAGEPAR) Fonte: IBGE (2000). - Proporção de comércios que recebem água tratada e respostas quanto à falta de água. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Destino do esgoto	- Tipo de esgotamento sanitário nas residências da Ilha. Fonte: Censo 2000 (IBGE). - Tipo de esgotamento sanitário nos comércios. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Qualidade da água potável	- Rede de abastecimento e fontes freáticas: coliformes fecais e totais; demanda bioquímica de oxigênio (DBO ₅); Ph; e surfactantes. Todas as Vilas. Fonte: ESTEVES (2002; 2003). - Rede de drenagem superficial da Vila de Encantadas: coliformes fecais e totais; demanda bioquímica de oxigênio (DBO ₅) e surfactantes. Fonte: ESTEVES (2002; 2003). - Ocorrências de verminose, diarreias e outros problemas de saúde relacionados com a qualidade da água potável. Fonte: ESTEVES (2002) e pesquisa de campo (2004).
Qualidade da água do mar	- Balneabilidade. Coletas semanais, temporadas 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004. Fonte: IAP/SEMA (2004).
Destino dos resíduos sólidos (orgânicos e inorgânicos)	- Destino do lixo dos domicílios particulares da população permanente. Fonte: IBGE (2000) - Destino do lixo orgânico gerado pelos comércios, e frequência de coleta, durante a temporada de verão e fora. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Opinião sobre o serviço de coleta de resíduos. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Áreas protegidas	- Animais e plantas raras e em extinção. Fonte: PARANÁ d (1996) - Superfície sem cobertura vegetal. Fonte: mapa criado com o programa SPANS. - Ocorrências de crimes ambientais. Fonte: pesquisa de campo (2004).

Fonte: Elaboração própria.

A sustentabilidade econômica, no caso da Ilha do Mel, passa fundamentalmente pela sustentabilidade do setor turístico, visto ser o mais importante em termos locais. Daí que se analisará a dinâmica do setor através da rentabilidade, nível de investimento, estabilidade, e demanda, e se ela afeta a base de recursos naturais sobre a qual se apóia.

Os indicadores para avaliar a sustentabilidade econômica na Ilha do Mel são aqueles colocados no quadro 4.

QUADRO 4 – Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade econômica na Ilha do Mel (PR) 2004.

Aspecto	Indicadores
Demanda	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo mensal de turistas ao longo do ano (2002 e 2003). Fonte: ECOPARANÁ (2003). - Período de funcionamento dos comércios. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Proporção demandada da oferta dos diferentes tipos de comércios instalados, ao longo do ano. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Perfil do turista: nível socioeconômico e preferências de consumo. Fonte: NIEFER (2002).
Atração de investidores	<ul style="list-style-type: none"> - Série temporal de quantidade de comércios instalados. Fonte: REICHMANN NETO (1999). - Quantidade de comerciantes não residentes e imigrantes. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Percentagem da renda familiar anual dos comerciantes não residentes proveniente do comércio na Ilha do Mel. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Declaração dos comerciantes quanto à existência de rentabilidade. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Lucro médio mensal dos comércios instalados. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Renda mensal familiar média dos comerciantes. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Tempo do comércio estabelecido. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Re-investimentos em ampliação e melhoras no comércio. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Renovação do arrendamento. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Modo de uso dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento dos dejetos, destino dos resíduos sólidos e fonte da água dos comércios. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Estrutura local para manter a atividade turística	<ul style="list-style-type: none"> - Infra-estrutura dos serviços sociais disponíveis ao turista, como saúde e segurança. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Problemas relacionados à atividade turística mencionados pelos comerciantes e turistas. Fonte: NIEFER (2002) e pesquisa de campo (2004).

Fonte: Elaboração própria.

A sustentabilidade social que se concebe necessária tem como foco que a maioria da população atinja uma qualidade de vida digna, se reproduza mantendo sua identidade cultural e que tenha capacidade de participar na definição das decisões que definem o rumo da comunidade. Neste caso essa maioria está constituída por pessoas nascidas na Ilha (nativos) que dependem, primeiramente, do acesso ao território e aos benefícios da atividade turística.

Os indicadores propostos para a avaliação da sustentabilidade social na Ilha do Mel estão apresentados no quadro 5.

QUADRO 5 – Aspectos e indicadores utilizados na avaliação de sustentabilidade social na Ilha do Mel (PR) 2004.

Aspecto	Indicadores
Acesso ao território	- Situação fundiária. Histórico e situação atual. Fonte: pesquisa bibliográfica.
Acesso aos benefícios da atividade turística	- Quantidade de estabelecimentos comerciais em cada categoria de qualidade e relação com a procedência do proprietário. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Relação da qualidade do comércio com a opinião sobre a restrição do número de turistas. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Número de empregos em estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel: 1988-1997 e 2004. Fonte: REICHMANN NETO (1999) e pesquisa de campo (2004). - Quantidade de empregos temporários e fixos. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Qualificação ofertada e demandada de trabalhadores. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Escolaridade dos comerciantes. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Procedência de trabalhadores demandados. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Nível dos salários. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Nível de homogeneidade social	- Rendimento nominal mensal dos chefes de domicílios particulares permanentes. Fonte: Censo 2000 (IBGE).
Acesso à saúde	- Quantidade de postos. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Infra-estrutura e disponibilidade de medicamentos. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Médicos disponíveis/especialidades. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Periodicidade do atendimento, Fonte: pesquisa de campo (2004). - Tipos de atendimento. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Segurança	- Quantidade de postos. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Contingente na temporada e fora da temporada. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Tipos de ocorrências (temporada e fora). Fonte: pesquisa de campo (2004).
Disponibilidade de oferta educação	- Quantidade de escolas, e séries oferecidas. Fonte: pesquisa de campo(2004) - Professores disponíveis e qualificação. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Acesso a informação e cultura	- Disponibilidade de radio e tv, jornais, internet, e acesso dos moradores a esses meios de comunicação. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Disponibilidade de bibliotecas, cinema, teatro, música, palestras, exposições culturais. Fonte: pesquisa de campo (2004).
Lazer	- Diversidade e qualidade dos lazeres. Descrição das festas, eventos esportivos, e de quem participa (morador/ turista). Fonte: pesquisa de campo (2004).
Manutenção da cultura própria	- Manifestações da cultura local: comidas, música, dança, artesanato, valores e costumes. Fonte: pesquisa bibliográfica e de campo (2004).
Participação social/política	- Número/tipo de associações. Fonte: pesquisa de campo (2004). - % dos comerciantes que participam de associações. Fonte: pesquisa de campo (2004). - Representatividade das associações: periodicidade das reuniões e das eleições nas associações, número de participantes nas reuniões. Fonte: pesquisa de campo (2004). -Forma da associação defender os interesses dos associados. Fonte: pesquisa de campo (2004).

Fonte: Elaboração própria.

VII METODOLOGIA

O presente trabalho teve as seguintes fases:

- Levantamento bibliográfico e de dados secundários: procurou-se obter o maior número de referências a respeito da área de estudo, sobre as referências teórico-metodológicas e de dados que pudessem servir como indicadores dos descritores eleitos;
- Desenho de instrumentos de pesquisa. Enquete e entrevistas;
- Levantamento de campo;
- Processamento de dados e análise dos resultados;
- Elaboração do informe final.

7.1 ENTREVISTAS AOS COMERCIANTES

Os trabalhos de campo foram realizadas entre os meses de janeiro e junho de 2004; durante esse período, foram entrevistados 106 comércios⁶ no total, em todas as vilas da Ilha do Mel. Não houve um delineamento amostral específico, visto que não se conhecia o universo amostral (o número total de comércios) ou a sua distribuição espacial até o final do trabalho de campo.

Foram aplicados questionários distintos para os moradores da Ilha e para pessoas que possuem algum estabelecimento mas não residem o ano todo lá (Anexos I e II). As atividades comerciais foram divididas em “pousadas”, “campings”, “bares ou restaurantes” e “outros”, inclusos nessa categoria barracas de lona, lojas de artesanatos, artigos de praia, roupas, mercearias, acesso a internet, casa de sucos e distribuidora de bebidas.

Como cada estabelecimento poderia realizar mais de um tipo de atividade comercial (e.g. pousada e restaurante no mesmo local), a soma dos resultados de todas as atividades é maior do que o número de questionários aplicados.

Para ter-se uma idéia do número total de comércios (o tamanho do universo de dados) foi utilizado um levantamento realizado pelo IAP em 2001, no qual constam as pousadas e campings das vilas da parte norte (Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Praia Grande), e, separadamente, as da Vila de Encantadas. Como o levantamento foi realizado três anos antes

⁶ No presente trabalho, o termo “comércios” refere-se a unidades empresariais que realizam as atividades econômicas na Ilha, seja ofertando produtos ou serviços, assim como os comércios propriamente ditos.

da pesquisa de campo, algumas das pousadas e campings não existem mais, e outros novos foram criados. Na tabela 2 encontram-se os números de pousadas e campings levantados pelo IAP e de entrevistas realizadas nesse tipo de comércio.

TABELA 2 – Número total de pousadas e campings em 2001 e número de entrevistados em 2004.

	Vilas Norte	Encantadas	Total
Pousadas total *	50	45	95
Pousadas entrevistadas	38	27	65
% de pousadas entrevistadas**	76 %	60 %	68,5 %
Campings total *	46	31	77
Campings entrevistados	22	13	35
% de campings entrevistados**	48 %	42 %	45,5 %

Fonte: IAP (2001). Pesquisa de campo (2004).

Notas: * Soma do levantamento realizado pelo IAP (2001) e das pousadas entrevistadas que não constavam em tal levantamento.

** Estabelecimentos entrevistados / total.

Além desses, foram entrevistados 39 bares ou restaurantes, e 17 estabelecimentos classificados como “outro”.

Para a tabulação dos resultados, foi elaborada uma base de dados (Microsoft Access 2000). As diferentes respostas obtidas nas perguntas abertas foram agrupadas em classes e apresentadas resumidamente em quadros, buscando-se a maior fidelidade possível.

Quando necessário, foi adotada uma análise estratificada entre três grupos sociais, adaptados de REICHMANN NETO (1999):

Nativos - descendentes de famílias estabelecidas na ilha há várias gerações, predominantemente representados por pessoas simples e pouco letradas;

Imigrantes - moradores estabelecidos na ilha no mínimo há mais de um ano, procedentes de diversas regiões brasileiras, sendo a maioria paranaense;

Não residente - proprietários de comércio que não residem na Ilha do Mel, freqüentando-a sazonal ou esporadicamente.

7.2 ENTREVISTAS A INFORMANTES PRIVILEGIADOS

Foram realizadas nos dias 15 e 16 de abril de 2004 entrevistas aos funcionários das unidades de saúde Nova Brasília e Ana das Neves, na Vila de Encantadas, das escolas Rural Municipal Nova Brasília e Colégio Estadual Luciana Melo e Silva, na Vila de Nova Brasília,

e da Escola Rural Municipal Teodoro Valentim, na Vila de Encantadas. Foram entrevistados representantes das seguintes associações:

- Associação dos Nativos da Ilha do Mel (da Praia Grande a Ponta Oeste)
- Associação dos Comerciantes da Praia Grande a Ponta Oeste
- Associação dos Moradores de Encantadas
- EMILHA (Encontro de Mulheres da Ilha)
- Representante da Associação dos Moradores de Encantadas no Conselho Gestor.

Também foi entrevistado o coordenador do IAP na Ilha do Mel, Reginato Joaquim G. Bueno, no dia 21 de maio de 2004. As entrevistas aos informantes tiveram o objetivo de gerar informações sobre a situação atual da comunidade da Ilha, e obter dados para os indicadores (Anexo III).

Participou-se de uma reunião do Conselho Gestor da Ilha do Mel no dia 03 de junho de 2004, e da reunião do Conselho do Litoral, no dia 11 de maio na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, na qual foi apresentada uma versão prévia do *Plano de Sustentabilidade da Ilha do Mel*. Tendo consciência da importância de tal plano para o presente trabalho, já que se trata da proposta de um modelo de desenvolvimento para o local, procurou-se ter acesso ao diagnóstico e ao plano.

Com esse propósito, houve uma reunião com o arquiteto Luiz Henrique FRAGOMENI, coordenador da equipe que elaborou o Plano, e entrou-se em contato com FORTE NETTO, superintendente do Paraná Cidade. Porém, não foi permitido o acesso a tal documento, pois o Governador do Estado do Paraná ainda não o havia liberado para a publicação, e não o fez até a finalização do presente estudo (setembro de 2004).

7.3 MAPA DE COBERTURA VEGETAL

Foi utilizada uma imagem de satélite Ikonos com resolução de 4 metros. Sobre essa imagem foi criada uma camada (*layer*) de linhas no programa SPANS, onde delimitamos as áreas desmatadas e as que ainda possuem cobertura vegetal. Essas áreas foram transformadas em polígonos, dos quais verificamos a área em km². Não foi considerada a faixa de areia das praias, e as trilhas do Parque Estadual e da Estação Ecológica foram consideradas como área vegetada. Já os morros sem cobertura vegetal foram considerados área desmatada.

VIII RESULTADOS E DISCUSSÃO

8.1 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA

Considerou-se que os problemas ambientais, gerados pelo homem, que mais tem relação com a qualidade de vida dos moradores da Ilha do Mel são a disponibilidade de água potável, a contaminação da água, o destino dos resíduos sólidos e, por se tratar de uma área de preservação ambiental, o desmatamento. No presente item, serão apresentados primeiramente indicadores referentes à disponibilidade de água potável, por ser indispensável para a sobrevivência humana.

Como não existe na Ilha sistema público de coleta e tratamento dos esgotos, é comum a construção de fossas. Se essas fossas são feitas de forma inadequada, ou o esgoto é despejado diretamente nos cursos d'água, as águas do lençol freático (água subterrânea), dos cursos d'água e do mar podem ser contaminadas. Dessa forma, os indicadores da qualidade da água estão relacionados ao destino do esgoto gerado, à potabilidade da água e à balneabilidade da água do mar.

Os dados mais recentes a respeito da potabilidade da água da rede de abastecimento e de fontes freáticas foram encontrados em ESTEVES (2003), e se referem a todas as vilas da Ilha, em um período de baixo fluxo de turistas. Com fins de analisar os efeitos do turismo sobre os recursos hídricos superficiais, ESTEVES (2002) realizou coletas de água em um período de baixo e um de alto fluxo de turistas na Vila de Encantadas. Outro indicador da qualidade da água potável utilizado por esse autor é a incidência de doenças relacionadas com água contaminada e com a falta de cuidados com a água utilizada para consumo ou higienização de alimentos.

Como na Ilha do Mel algumas das formas de lazer e recreação, tanto dos moradores quanto dos turistas, são o banho de mar e esportes como o surf e o mergulho, e considerando que a saúde e o bem-estar humano podem ser afetados pelas condições de balneabilidade, é importante manter a qualidade das águas do mar em níveis aceitáveis. Dessa forma, serão relatados os resultados da balneabilidade da água do mar (IAP, 2004) na Ilha do Mel para as três últimas temporadas.

Os resíduos sólidos podem ser outra fonte de contaminação do ambiente. Os dados apresentados, coletados em campo, referem-se ao seu destino, à eficiência do serviço de

coleta de lixo e qual seria o melhor destino para o lixo orgânico na opinião dos comerciantes da Ilha do Mel.

Por fim, se tratando de áreas de preservação, serão acrescentados dados ligados a alguns fatores que possam representar ameaça à biodiversidade, como a captura de animais selvagens e o desmatamento.

8.1.1 Disponibilidade de água potável

A responsabilidade quanto ao abastecimento público de água na Ilha do Mel é da Companhia de Águas e Esgotos de Paranaguá (CAGEPAR). Segundo PARANÁ c (1996), a água tem origem nas fontes freáticas das vilas de Encantadas e Nova Brasília, e o aquífero da Ilha é considerado insuficiente e inadequado para consumo humano. A água captada é tratada a base de filtração e aplicação de hipoclorito de sódio. Atualmente, 126 dos 206 domicílios particulares permanentes da Ilha é servida por água tratada (IBGE, 2000). Porém, como no verão a Ilha recebe muitos visitantes, o abastecimento fica comprometido. Na pesquisa de campo, dos 106 entrevistados, 26% utilizam somente água da rede de abastecimento, 40% afirmaram utilizar água da rede em conjunto com água de origem freática e 27% afirmaram utilizar somente água do poço (tabela 3).

TABELA 3 – Fonte de abastecimento de água dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.

Abastecimento de água	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não utilizam água	6	6%
Poço ou nascente	29	27%
1% a 49% da Cagepar	10	10%
50%a 99% da Cagepar	33	31%
100% Cagepar	28	26%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Dos que possuem ligação com a rede pública, 15% afirmaram ser freqüente a falta de água, 65% que falta água nos períodos em que a quantidade de visitantes na Ilha é muito alta, e 20% dizem não faltar água da rede em suas residências (tabela 4).

TABELA 4 – Respostas quanto à falta de água dos comércios usuários da Cagepar – Ilha do Mel (PR) 2004.

Falta de água	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Não falta	14	20%
Nos picos de movimento	46	65%
Sempre	11	15%
Total	71	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Percentuais relativos ao total de usuários da Cagepar.

Esta situação é preocupante, pois nem todas as pessoas podem comprar água mineral, ou não possuem informação a respeito da qualidade da água, consumindo água de poços que podem ter a qualidade comprometida.

8.1.2 Destino do esgoto

Quanto aos tipos de esgotamento sanitário presentes na Ilha do Mel, foram utilizados dados dos Censos de 1991 e 2000 (IBGE) (tabela 5). Segundo o IBGE, o tipo de esgotamento sanitário foi classificado como:

- Fossa séptica: quando a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um tratamento ou decantação, sendo, ou não, a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área.

- Fossa rudimentar: quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc).

Lembramos que a fossa séptica apenas separa o material sólido do líquido, mas nenhum dos dois métodos purifica o efluente, e quando esse é lançado ao ambiente, contamina o corpo d'água receptor.

Podemos perceber que o número de domicílios particulares permanentes com e sem banheiro permaneceram com a mesma proporção no intervalo de tempo, mas houve, entre os dois censos, uma clara alteração do sistema mais utilizado, da fossa rudimentar para o de fossa séptica.

Enquanto em 1991, 92% dos banheiros possuíam fossas rudimentares, em 2000 esse tipo de esgotamento era utilizado por somente 5% da população, 89% tinham fossas sépticas (tabela 5).

TABELA 5 – Tipo de esgotamento nos domicílios particulares permanentes da Ilha do Mel (PR) 1991 e 2000.

Tipo de esgotamento sanitário	1991	2000
Total de domicílios particulares permanentes	141 100%	206 100%
Com banheiro ou sanitário*	132 94%	194 94%
Sem banheiro*	9 6%	12 6%
Com banheiro e fossa rudimentar*	130 92%	10 5,5%
Com banheiro e fossa séptica*	2 1%	183 89%
Com banheiro, e deságua em rio, lago ou mar*	0 0%	1 0,5%

Fonte: IBGE (1991, 2000).

Nota: *Percentuais relativos ao total de domicílios particulares permanentes.

O problema da contaminação do lençol freático da vila de Encantadas é antigo e se relaciona com a construção de fossas inadequadas ao solo arenoso e extremamente permeável da região, e ao nível do lençol freático que é superficial (PARANÁ c, 1996). Portanto, os dejetos das fossas penetram no subsolo atingindo o lençol freático. ESTEVES (2002), em um estudo relacionando a degradação da água com a atividade turística em Encantadas, aplicou um questionário nos domicílios comerciais e residenciais da vila, abrangendo cerca de 70% dos domicílios da localidade.

Quanto ao destino dos esgotos, 71% entrevistados declararam destinar os esgotos a fossas, 20% nos córregos e 9% não tinham banheiros ou não souberam responder. Em campo, o autor detectou 61 pontos de lançamento de esgotos diretamente nos córregos, o que leva a crer que existiu omissão de informação por parte dos entrevistados, pois somente 36 declararam destinar os efluentes aos córregos.

No presente trabalho, foi levantado o tipo de esgotamento sanitário dos comércios entrevistados, e a proporção de entrevistados que declararam possuir fossas rudimentares (21%) foi maior do que a obtida no censo do IBGE. Além disso, 5% dos comércios (pousadas e restaurantes) afirmaram ter algum tipo de tratamento dos dejetos (tabela 6).

Em 1999 o projeto PARANASAN propôs um plano de saneamento básico para todo o litoral do Paraná, inclusive a Ilha do Mel. Porém, até o presente momento não houve uma decisão clara do Governo Estadual em relação à implantação desse plano, e dois dos motivos alegados são o preço do empreendimento, que seria muito alto, e o fato de que aumentaria a

capacidade de carga, trazendo outros danos ambientais à Ilha devido ao maior número de visitantes.

TABELA 6 – Destino dos esgotos dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.

Destino	Frequência absoluta	Frequência relativa
Fossa séptica	74	70 %
Fossa rudimentar	23	21 %
Tratamento biológico	5	5 %
Não utilizam água no estabelecimento	4	4 %
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2004).

8.1.3 Qualidade da água potável

ESTEVES (2003) realizou, no dia 26 de junho de 2003, período considerado de menor fluxo de turistas na Ilha, coletas de amostras de águas superficiais (rios, lagos e córregos), água de poço (lençol freático) e da rede pública de abastecimento em residências de moradores, nas vilas de Encantadas, Praia Grande, Farol, Nova Brasília e Fortaleza. Foram analisados os valores de coliformes totais e fecais, que podem indicar contaminação por esgoto e a presença de agentes patogênicos, surfactantes, relacionados com a presença de sabões ou detergentes, DBO₅, indicando a quantidade de matéria orgânica, que pode ser proveniente do esgoto ou de folhas e outras matérias orgânicas em decomposição, e o Ph ou acidez da água. Esses valores foram comparados, no caso das águas superficiais e subterrâneas, com aqueles estabelecidos na resolução 20/86 do CONAMA, e a da rede pública e subterrânea, com a resolução 1469/00 do Ministério da Saúde, que estabelece a “Norma da Qualidade da Água para Consumo Humano” como indicador da condição de potabilidade.

Na Vila de Encantadas, a água tratada satisfaz os critérios de potabilidade, mas a água de poço apresentou coliformes fecais, podendo indicar a infiltração de fossas na água subterrânea (quadro 6).

Na Praia Grande, não foi coletada a amostra de água da rede de abastecimento, que não está disponível no local. A amostra de água subterrânea satisfaz os padrões de potabilidade.

Na Vila do Farol, densamente ocupada, coletou-se água da Lagoa do Farol, onde foi detectada a presença de coliformes fecais, provavelmente oriundos dos esgotos despejados nos córregos que deságuam na Lagoa. A água tratada foi considerada potável, e a água de

poço não apresentou coliformes fecais, porém o pH foi considerado ácido, não sendo recomendado o consumo dessa água.

Em Nova Brasília, a amostra coletada representando o sistema de abastecimento de água tratada apresentou coliformes fecais, demonstrando vestígios de fezes, o que a torna imprópria para o consumo. Já a água de poço não apresentou a presença de matéria fecal, mas o pH acusou acidez acima do recomendado para o consumo.

Na Vila da Fortaleza, de ocupação menos densa, tanto a água tratada quanto a subterrânea acusaram a presença de coliformes fecais, relacionada a dejetos provenientes de esgoto doméstico.

Esses resultados mostram a existência de áreas onde o lençol freático está contaminado, provavelmente por fezes vindas do esgoto doméstico, que não são eliminadas nos processos de tratamento.

QUADRO 6 – Qualidade das águas da rede de abastecimento e de poço nas vilas da Ilha do Mel (PR) 2003.

Fonte	Encantadas	Praia Grande	Farol	Nova Brasília	Fortaleza
Rede de abastecimento	Potável	-	Potável	Coliformes fecais	Coliformes fecais
Água de poço	Coliformes fecais	Potável	pH ácido	PH ácido	Coliformes fecais

Fonte: Adaptado de Esteves (2003).

Também foi realizada uma coleta em um córrego e na água subterrânea da área da Estação Ecológica da Ilha do Mel. Em uma área de preservação de uso restrito, se espera a ausência de coliformes e surfactantes. Porém, no rio da E.E.I.M foram detectados a presença de coliformes fecais e totais, apresentando incompatibilidade com o uso estabelecido em lei.

Vale ressaltar que os resultados são referentes a um período de baixo fluxo de turistas, quando espera-se que a contaminação seja menor que durante a temporada de verão.

O mesmo autor procurou analisar os efeitos do turismo sobre os recursos hídricos superficiais na Vila de Encantadas (ESTEVES, 2002). Para isso, foram realizadas duas coletas de água, em quatro diferentes pontos da rede de drenagem, em 12/02/2002 (terça-feira de carnaval, período de grande fluxo de turistas) e 19 de março de 2002 (pequeno fluxo de turistas). Os parâmetros escolhidos para análise laboratorial foram: coliformes fecais e totais; demanda bioquímica de oxigênio (DBO₅) e surfactantes. Também percorreu-se toda a extensão dos cursos d'água, onde foram levantados alguns parâmetros não mensuráveis, como

a presença de lixo, indícios de erosão, lançamento de esgotos e odor. Os resultados dos exames laboratoriais foram analisados de acordo com a Resolução 20/86 do CONAMA.

Na área próxima ao Rio da Ponte e aos seus afluentes, existe a maior concentração de comércio em Encantadas. No curso d'água situado ao norte da Prainha de Encantadas, também é grande a concentração de pousadas, campings e restaurantes. Em ambos os locais, foi evidente o aumento da degradação da qualidade da água quando ocorre intenso fluxo de turistas, havendo redução, na data de 19/03/2002, nos índices de todos os parâmetros analisados (tabela 7). Porém, mesmo nas épocas de pequeno fluxo de turistas, os valores dos parâmetros de qualidade da água dos cursos d'água superficiais ficaram acima do limite exigido na Resolução 20/86 do CONAMA, exceto em relação à presença de matéria orgânica.

Durante o carnaval, o autor relatou forte mau cheiro nos quatro cursos d'água em estudo. Fora da temporada foi observada a presença de odor nos cursos sul e central da Prainha de Encantadas. A explicação para o mau cheiro pode ser compreendida a partir dos resultados das análises químicas das coletas da água, onde é indicada a presença abundante de matéria orgânica.

TABELA 7 - Análises microbiológica e química do curso d'água conhecido como Rio da Ponte e do curso d'água localizado ao norte da Prainha - fevereiro e março de 2002.

PARÂMETROS	Rio da Ponte		Norte da Prainha	
	12/02/2002	19/03/2002	12/02/2002	19/03/2002
Coliformes fecais – NMP/100 ml	14.000.000	2.000	710.000	5.200
Coliformes totais – NMP/100 ml	24.000.000	770.000	19.000.000	430.000
DBO ₅ – mg O ₂	15,75	2,80	7,01	1,13

FONTE: Adaptado de Esteves (2002).

Quanto à presença de lixo na margens e dentro dos cursos da água, foi observado grande diversidade de dejetos orgânicos e sólidos. Durante a observação realizada no carnaval se notou maior presença de latas e plásticos (garrafas de refrigerante, aguardente de cana e outros).

A contaminação da água acima descrita resulta na incidência de doenças, como verminoses e diarreias, ocasionadas pelo contato da água consumida com fezes provenientes do esgoto doméstico. Porém, não são todas as pessoas que têm consciência dessa contaminação, e não tomam precauções quanto à água ingerida (seja ela da rede de abastecimento ou de fonte subterrânea) e com a água utilizada na lavagem de alimentos.

Segundo dados levantados por ESTEVES (2002) na Vila de Encantadas, cerca de 71% dos entrevistados declarou não tomar nenhuma precaução no tocante a água utilizada para

lavar alimentos. Também foi constatado que em 14 dos 24 dos restaurantes, bares e lanchonetes entrevistados não existem cuidados especiais com a lavagem de alimentos.

Na Vila de Encantadas, apesar da constatação a respeito do grau de contaminação da água, o levantamento de campo realizado por ESTEVES (2002), verificou que aproximadamente 47% da população entrevistada afirmou nunca ter havido problemas de saúde relacionados com a água.

Dos entrevistados que declararam haver contraído alguma doença, com possível relação com a água, a mais comum é a diarreia, acompanhada por problemas dermatológicos e verminoses. Chama atenção o fato de três pessoas terem declarado contrair hepatite, que pode ser considerada uma doença grave.

Essa situação confirma as entrevistas realizadas em 2004 às responsáveis pelos postos de saúde nas vilas do Farol e Encantadas, onde as verminoses e diarreias foram consideradas entre as doenças mais registradas, tanto na temporada quanto no resto do ano.

8.1.4 Qualidade da Água do Mar

O IAP fornece, durante a temporada de verão, boletins de balneabilidade das praias do Paraná. Os dados disponíveis na página da internet⁷ são referentes às temporadas dos anos 2001-2002, 2002-2003 e 2003-2004, e os pontos de coleta de água são classificados conforme a Resolução N° 274 do CONAMA, de 29 de novembro de 2000⁸.

Os indicadores seguem a classificação da qualificação anual do CETESB/93, e são os seguintes:

- Ótima - Praia classificada como EXCELENTE em 100% do tempo;
- Boa - Praia PRÓPRIA em 100% do tempo, exceto as classificadas como excelente em 100% do tempo;
- Regular - Praia classificada como IMPRÓPRIA em porcentagem inferior a 50%;
- Má - Praia classificada como IMPRÓPRIA em porcentagem de tempo igual ou superior a 50%.

Durante a temporada de 2001-2002, foram emitidos 12 boletins, entre 28/10/2001 e 13/02/2002, e na Ilha do Mel a água do mar foi coletada em dois pontos: na Praia das Encantadas, próximo ao Trapiche e na Praia do Farol. O primeiro ponto teve a qualidade da

⁷ <http://www.iap.gov.pr.br>

água classificada como regular até o período entre os dias 02/12/2001 a 01/01/2002, e após essa data, quando o fluxo de turistas é maior, todos os boletins indicaram má qualidade da água. No ponto da Praia do Farol, a qualidade da água do mar foi considerada de ótima a regular até o nono período amostrado, tendo sido classificada como má a partir do período entre 01/01/2002 e 27/01/2002 (figura 4).

Durante a temporada de 2002-2003, foram emitidos também 12 boletins, entre o dia 01/12/2002 ao dia 05/03/2003, havendo sido medidos os dois mesmos pontos da temporada anterior. O ponto na Praia de Encantadas teve a qualidade da água do mar classificada como imprópria para banho em todo o período amostrado após o dia 10/12/2002. Já o ponto da Praia do Farol mostrou classificação boa ou ótima durante todo o período amostrado (figura 5).

Na temporada 2003-2004, o critério de classificação permaneceu o mesmo, mas a nomenclatura foi alterada (figura 6). O número de pontos amostrados passaram a ser sete: um na Praia da Fortaleza, um na Praia do Farol, e na Vila de Encantadas, sendo quatro na Prainha e um no Mar de Fora. O ponto da Praia da Fortaleza apresentou qualidade excelente durante todo o período amostrado, a não ser na amostragem do dia 28/12/2003, quando esta foi considerada imprópria. Na Praia do Farol, a qualidade foi classificada como excelente ou muito boa em todo o período, menos na amostragem do dia 28/12/2003, quando, assim como na Praia da Fortaleza, esteve imprópria para o banho.

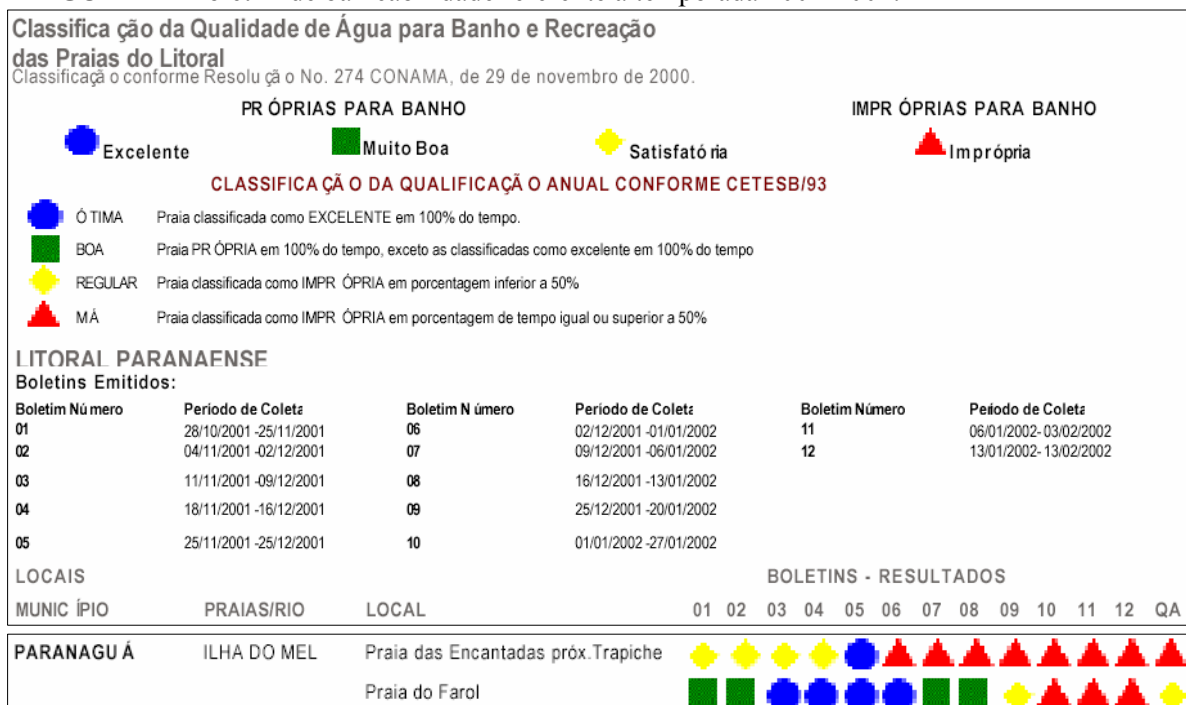
Na Prainha, os pontos foram classificados como impróprios na maior parte do período amostrado, principalmente nos dois pontos mais próximos ao trapiche. O ponto do Mar de Fora apresentou qualidade excelente ou muito boa em todas as amostragens, por se tratar de uma praia de circulação aberta, ao contrário da Prainha.

Assim como o Mar de Fora, os pontos amostrados nas vilas do Farol e Fortaleza encontram-se em áreas de maior circulação de água. Portanto, mesmo estando relativamente próximas à desembocadura de rios, os resultados de balneabilidade da água do mar indicaram água própria para banho na maior parte das análises.

Já na Prainha de Encantadas, a maioria dos resultados, principalmente em períodos de maior fluxo de turistas, indicaram água imprópria para banho, pois a circulação de água nessa praia é mais restrita, e lá desembocam os cursos da água que formam a rede de drenagem superficial da Vila de Encantadas, nos quais são despejados esgotos domésticos. Foram

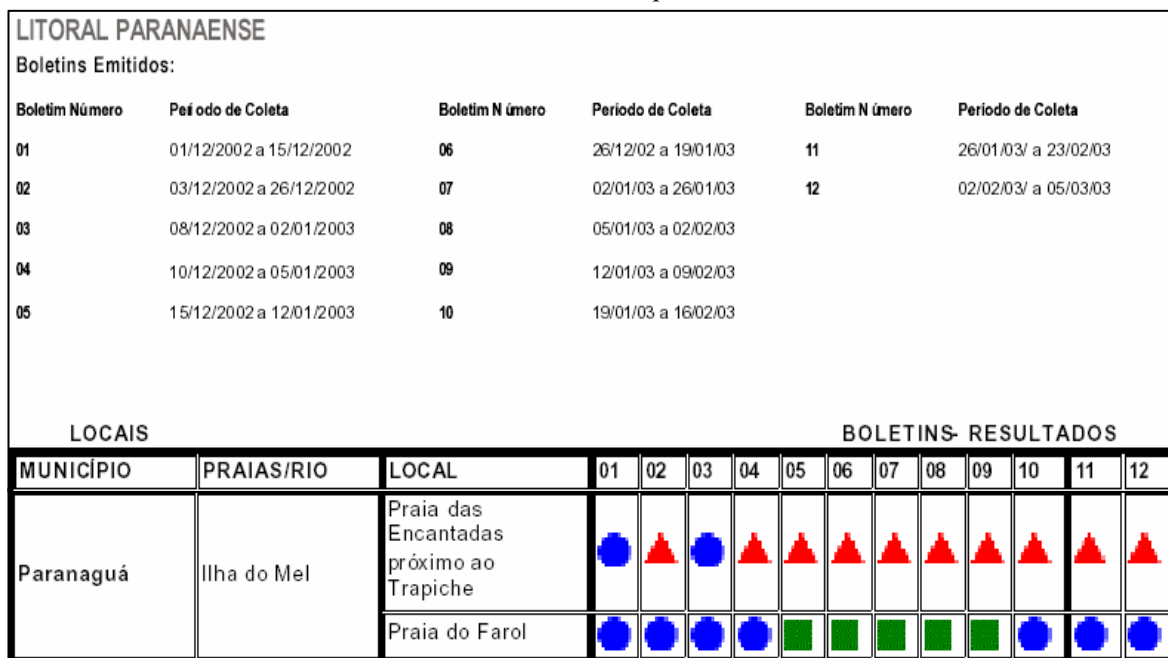
⁸ parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 274 do CONAMA. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res00/res27400.html> Acesso em: 08 ago. 2004

FIGURA 4 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2001-2002.



Fonte: Iap, 2004.

FIGURA 5 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2002-2003.



Fonte: IAP, 2004.

FIGURA 6 - Boletim de balneabilidade referente à temporada 2003-2004.

		● Excelente		■ Muito Boa		◆ Satisfatória		▲ Imprópria						
Mapa do Litoral														
MUNICÍPIO	PRAIA/RIO	LOCAL	dez/03			jan/04			fev/04					
			14	21	28	04	11	18	25	01	08	15	24	29
Paranaguá (Ilha do Mel)	4 - Fortaleza	Dir. do Rio (30m)	●	●	▲	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	5 - Farol	Esq. do Rio (30m)	●	●	▲	●	●	●	●	■	■	■	●	
	6 - Encantadas	Esq. do Trapiche (130m)		■	▲	▲	▲	◆	◆	▲	▲	▲	▲	▲
		Dir. do Trapiche (180m)		▲	▲	▲	▲	▲	■	▲	●	▲	▲	▲
		Dir. do Trapiche (250m)		■	▲	▲	▲	▲	◆	▲	◆	■	▲	▲
		Esq. Rio Pontinha (30m)		●	▲	◆	◆	■	▲	▲	▲	▲	▲	▲
	Mar de Fora								■	■	■	●	●	

Fonte: IAP, 2004

ouvidas em campo muitas reclamações dos comerciantes de Encantadas a respeito da divulgação dos boletins de balneabilidade, que, a seu ver, seria “propaganda negativa do governo”, e faria com que menos turistas visitassem a vila. Aparentemente as reclamações tiveram resultado, pois foi incluído um ponto no Mar de Fora em 25/01/2004, praia em Encantadas, de circulação aberta e cujos resultados mostram balneabilidade aceitável.

8.1.5 Destino dos resíduos sólidos

Antigamente, o lixo gerado na Ilha do Mel era enterrado ou queimado pelos moradores. Porém, ele acabou sendo desenterrado pela ação do mar em algumas regiões, e em outras o volume tornou-se tão grande que faltava espaço para enterrá-lo. Essa prática, se realizada com muita frequência no mesmo local, e envolvendo grande quantidade de lixo pode gerar chorume, contaminando o lençol freático (CERDEIRA, 1994).

Com o aumento do número de moradores e da utilização de produtos industrializados, nem sempre biodegradáveis, tornou-se necessário dar uma destinação aos resíduos sólidos. Realizando um cálculo simples, se imaginarmos que cada pessoa produza 500g de lixo por dia, e contando que a visitação pode facilmente ultrapassar 30.000 pessoas em um mês na temporada (ECOPARANÁ, 2003), chegamos a mais de 15.000 Kg mensais.

Devido ao grande volume de lixo gerado, em 1989 foi proposto um projeto de para a execução dos trabalhos de limpeza, coleta e triagem do lixo na Ilha do Mel (CERDEIRA, 1989). Esse projeto tratava somente do lixo reciclável, o qual era vendido para pessoas do continente, e a recomendação para o lixo orgânico era enterrá-lo. Hoje em dia a coleta supostamente se estendeu ao lixo orgânico, mas muitos moradores continuam enterrando-o, e alguns entrevistados declararam que ele não é recolhido, sendo que os restaurantes, devido à grande quantidade gerada, precisam levá-lo ao depósito.

Atualmente os resíduos são transportados de barco até Paranaguá, mas por ter um custo alto, esse procedimento é realizado no máximo duas vezes por semana durante o inverno, frequência considerada insuficiente pelo coordenador do IAP na Ilha do Mel. Durante a temporada de verão a situação melhora, apesar de o volume de lixo aumentar muito, pois o Governo do Estado contrata uma empresa, o que torna o serviço mais eficiente, e a frequência de retirada é maior. Porém, o número de lixeiras ainda é insuficiente, e elas somente são encontradas nos lugares centrais (figura 7).

A coleta é realizada com carrinhos de mão, cuja passagem é dificultada quando a areia está muito fofa, ou em dias de chuva, quando a areia está molhada e há várias poças de água no caminho. Quanto a isso, existe um projeto para substituir os carrinhos por um veículo motorizado, movido a diesel.

FIGURA 7 – Lixeira transbordando durante um período de alto fluxo de turistas na Ilha do Mel (PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Durante a entrevista ao coordenador do IAP, esse disse acreditar que o principal problema ambiental da Ilha são os resíduos sólidos, pois além da poluição visual, eles causam a proliferação de ratos e moscas (pesquisa de campo, 2004). Os locais de transbordo (onde se armazena o lixo) ficam na beira da praia, podendo contaminar o lençol freático e piorar as condições de balneabilidade. Além disso, o lixo que sai da Baía de Paranaguá chega nas praias da Ilha, principalmente na área da Estação Ecológica e da Ponta Oeste.

O entrevistado do IAP afirma que muitas pessoas não separam o lixo orgânico e inorgânico em suas residências, mas parte do lixo inorgânico (latas, papelão e plástico) é coletado no depósito e vendido por alguns moradores.

TABELA 8 – Destino do lixo orgânico dos comércios da Ilha do Mel (PR) 2004.

Destino do lixo orgânico	Frequência absoluta	Frequência relativa
Enterra	47	44%
Coleta	25	24%
Compostagem ou adubo	15	14%
Coleta seletiva	12	11%
Compostagem e outro	4	4%
Não geram lixo orgânico	3	3%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Segundo o coordenador do IAP, o ideal seria a formulação e execução de um projeto que comece pela produção do lixo, com a separação do lixo orgânico e inorgânico pelos moradores, passando pela coleta, sendo sempre nos mesmos horários (pontualmente), e com uma pré-separação dos resíduos na própria Ilha, onde o material reciclável seria prensado, e ambos enviados para o continente.

TABELA 9 – Eficiência do serviço de coleta de lixo na opinião dos comerciantes da Ilha do Mel (PR) 2004.

Eficiência da coleta de lixo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Considera eficiente	69	65%
Não considera eficiente	34	32%
Não utiliza o serviço	3	3%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nos resultados do censo realizado pelo IBGE em 2000, 202 moradores afirmaram ter seu lixo coletado, mas provavelmente eles se referem somente ao lixo inorgânico, posto que na pesquisa de campo, 44% dos entrevistados afirmaram enterrar seu lixo orgânico, e 14%

fazem compostagem ou o utilizam como adubo (tabela 8). Dos 35% que entregam seu lixo orgânico para o serviço de coleta, apenas 11% disseram separá-lo do lixo inorgânico.

TABELA 10 – Motivo de considerar o serviço de coleta de lixo ineficiente na Ilha do Mel (PR) 2004.

Eficiência da coleta de lixo	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Sem motivo especial	15	44%
Somente na temporada	7	21%
Frequência	12	35%
Total	34	100%

Fonte: Pesquisa de campo(2004).

Nota: *Percentual em relação aos entrevistados que não consideraram o serviço de coleta de lixo eficiente.

A maioria dos entrevistados (65%) declarou estar satisfeito com o serviço de coleta (tabela 9), e entre os 38% que não o consideraram eficiente, 35% disseram ser devido à baixa frequência da coleta, resultando em um acúmulo dos resíduos, e 21% acham que o serviço é eficiente somente na temporada (tabela 10).

TABELA 11 – Melhor destino para o lixo orgânico na opinião dos comerciantes da Ilha do Mel (PR) 2004.

Melhor destino	Frequência absoluta	Frequência relativa
Coleta	35	33%
Compostagem ou adubo	20	19%
Coleta seletiva	12	11%
Enterrar	11	10%
Outros	5	5%
Não sabe / não respondeu	23	22%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Foi perguntado aos comerciantes qual seria o melhor destino para o lixo orgânico na Ilha do Mel. Para 33% é a coleta, e 11% especificaram a coleta seletiva (tabela 11). Dezenove por cento consideram a compostagem ou a utilização como adubo a melhor solução; alguns se referiram a processos de compostagem caseira, e outros falaram em realizá-la em larga escala, sugerindo uma composteira comunitária. Na opinião do coordenador do IAP na Ilha do Mel, esse seria um processo difícil de ser implantado, pois seria necessária a conscientização da população, ensinando-os a separar corretamente os resíduos, e como a agricultura feita é incipiente, não haveria demanda para o húmus produzido.

Cerca de 11% dos entrevistados acham conveniente continuar enterrando o lixo orgânico, e 5% mencionaram outras soluções, como utilizar os restos de comida para a alimentação de animais, como porcos, ou minhocários.

8.1.6 Áreas Protegidas

Na Ilha do Mel há duas unidades de conservação: uma Estação Ecológica e um Parque Estadual. As duas são limítrofes com as áreas de ocupação. Para a Estação Ecológica foi feito um plano de manejo em 1996, mas segundo o coordenador do IAP na Ilha do Mel (pesquisa de campo, 2004), até hoje ela não tem ao menos uma administração, e não há previsão de implantação dessa ou dos programas de manejo previstos no plano. Ao seu ver, a Estação Ecológica está cumprindo sua principal função, que seria a preservação da natureza.

O Parque Estadual foi oficialmente decretado em 2002 e ainda não possui um plano de manejo. De acordo com o coordenador do IAP, essa área sofre alguns impactos diretos do turismo, pois nela se encontram morros, nos quais são abertas trilhas para a prática de esportes, como parapente e asadelta.

Para o presente trabalho, serão analisados dois dos fatores que poderiam afetar a sustentabilidade ecológica das áreas de preservação: o desmatamento e o uso direto dos recursos naturais.

O desmatamento é uma das causas da extinção de espécies da flora, e tem como consequência a diminuição de habitat para muitas espécies da fauna. Onze das espécies de fauna encontradas pelo diagnóstico para o Plano de Manejo da Estação Ecológica estavam em perigo de extinção, sendo três de mamíferos, sete aves e um réptil. Quanto à flora foram encontradas duas espécies de plantas consideradas raras e uma em perigo de extinção (PARANÁ *et al.*, 1996).

Dessa forma, o desmatamento pode prejudicar tanto a qualidade de vida dos moradores quanto a atividade da qual eles vivem, posto que um dos atrativos da Ilha do Mel são suas belezas naturais.

A expansão das áreas de ocupação tem se dado muito rapidamente. TELLES (2004) sobrepostas imagens da Vila de Encantadas dos anos de 1953, 1980 e 2003, e, utilizando o programa ArcView, acompanhou a evolução da ocupação. Entre 1953 e 1980 a área representada pela vila cresceu cerca de 150%, de 5 para 15 hectares. No segundo intervalo de tempo, o crescimento da área ocupada foi superior a 100%. Segundo o autor, a época de maior

expansão foi entre as décadas de 1980 e 1990, coincidindo com o aumento da atividade turística e com a cessão da Ilha para o Governo Estadual.

O autor observou ainda conflitos de uso entre a área de ocupação e o Parque Estadual, posto que há casas e comércios na área delimitada para o Parque. Essa área está definida como área de preservação desde o Plano de Uso, datado de 1981. De acordo com o coordenador do IAP na Ilha do Mel, ocupações irregulares também ocorrem na área da Estação Ecológica.

No presente trabalho, procuramos estimar a área desmatada da Ilha do Mel; para isso, utilizamos uma imagem IKONOS, com resolução de 4 metros. Foi realizada uma classificação simples, considerando áreas vegetadas, como a Estação Ecológica e a área recentemente vegetada, na Praia do Farol; áreas ocupadas, que são as vilas; e áreas desmatadas como alguns morros dos quais foi retirada a cobertura vegetal e o cemitério, por exemplo.

Área desmatada (sem cobertura vegetal)

Foram delimitadas ao todo nove áreas sem cobertura vegetal, incluindo as vilas, a parte sem cobertura vegetal dos morros do Sabão, do Joaquim e do Farol, o cemitério, próximo à Fortaleza e uma área descampada próxima à Ponta Oeste. Os valores de área desmatada foram:

- Encantadas: 0,14 m².
- Praia Grande e Farol: 0,46 km².
- Nova Brasília: 0,08 km².
- Fortaleza: 0,17 km².
- Ponta Oeste: 0,05 km².
- Área desmatada total: 1,22 km².
- Perímetro: 25,3 Km

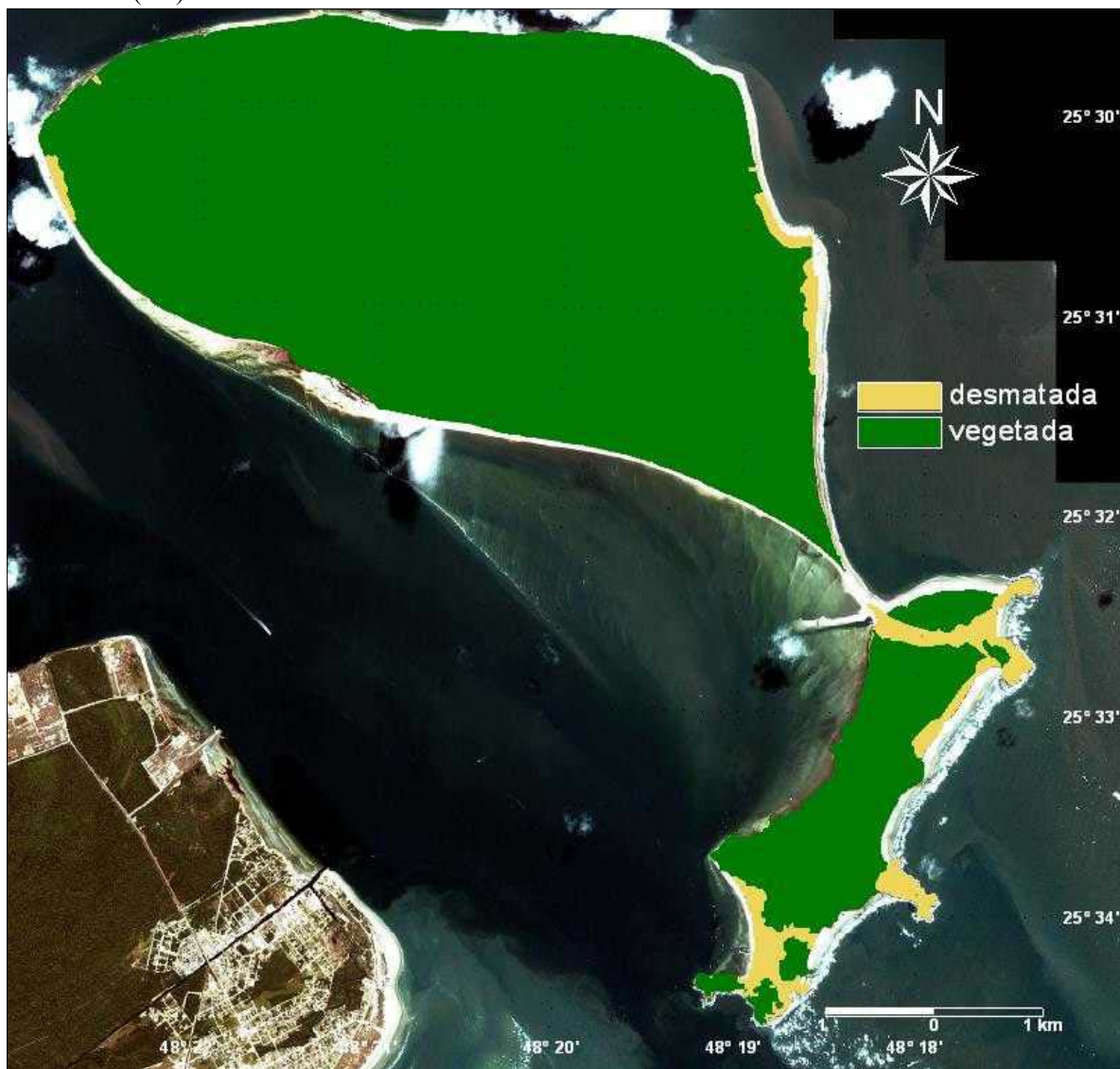
Área com cobertura vegetal

Foram consideradas áreas com cobertura vegetal parte dos morros, a área central do Parque Estadual, a área de acresção da Praia do Farol e a Estação Ecológica. Os valores de área com cobertura vegetal foram:

- Área central do Parque Estadual: 2,57 km².
- Área de acresção marinha da Praia do Farol: 0,25 km².

- Estação Ecológica: 22,09 km².
- Área com cobertura vegetal total: 25,16 km².
- Perímetro: 38,54 km².
- Área total da Ilha: 26,38 km².

FIGURA 8 – Mapa com a delimitação das áreas desmatadas e com cobertura vegetal da Ilha do Mel (PR) 2004.



Fonte: Elaboração própria, 2004.

Chegamos a um valor aproximado de 4,6% de área desmatada em relação à área total da Ilha (figura 8). Ainda assim, a presença de vegetação não significa que não haja impacto algum; procuramos obter com o Batalhão de Polícia Florestal e com o IAP dados sobre a ocorrência de crimes ambientais, os quais poderiam estar ameaçando a biodiversidade dos organismos.

Como foi mencionado, não é mais costume local exercer atividades como agricultura e extração de recursos naturais como base para sustento do grupo (TOMAZ, 1996). Os entrevistados do BPFlo disseram haver raros registros de crimes ambientais na região da EEIM, como caça e apreensão de animais silvestres, e sempre de pessoas de fora da Ilha. As ocorrências mais freqüentes são notificações de construções irregulares. Há também casos de pesca ilegal, como o registrado pelo jornal Paraná Online (07/08/2004), quando foi apreendida meia tonelada de camarão na Ilha do Mel, capturada por pescadores de Guaratuba.

Na Ilha, a pesca é realizada em sua maior parte para o consumo, e fora da temporada. Em uma caracterização dos sistemas de produção pesqueira do litoral do Paraná, ANDRIGUETTO (1999) classificou as vilas de pesca da Ilha do Mel como extintas ou com menos de cinco domicílios.

8.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Existem várias formas, diretas e indiretas de verificar a sustentabilidade de uma atividade econômica. No caso da Ilha do Mel essas atividades estão ligadas ao turismo, que possui uma característica sazonal muito forte.

Nesse item, serão apresentados primeiro dados referentes à demanda da atividade turística: o fluxo de turistas e a capacidade dos comércios ao longo do ano, além de uma breve caracterização do turista. Então, como um indicador da existência e no aumento dessa demanda, verificaremos a atratividade de investidores externos.

Com relação à rentabilidade proveniente da atividade turística, apresentaremos os dados obtidos em campo, que dizem respeito à existência de rentabilidade, ao lucro médio mensal dos comércios durante a temporada, à renda mensal familiar durante e fora da temporada, à renda mensal familiar média, e ao tempo do comércio estabelecido. Outros indicadores indiretos são as ampliações e melhorias realizadas pelos proprietários dos comércios e a intenção dos arrendatários de renovar o arrendamento de seus estabelecimentos.

Esses fatores podem resultar em investimentos que aumentem a qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Para verificar qual o nível relativo de qualidade dos comércios, foi realizada uma classificação desses em campo. Muitos dados foram associados com a procedência do proprietário, com fins de subsidiar a discussão a respeito da sustentabilidade social.

Para que uma atividade seja sustentável, ela não pode destruir os recursos sobre os quais se baseia. Dessa forma, foram mencionados dados a respeito do destino do esgoto e dos resíduos sólidos gerados no comércio, e da fonte de água utilizada, que constam no item 8.1.

Além da estrutura dos próprios comércios, devem haver serviços básicos que subsidiem a atividade turística, como atendimento médico, saneamento básico e segurança, por exemplo. Para saber se essa estrutura é satisfatória, analisamos as opiniões dos turistas e dos proprietários dos comércios sobre o que pode prejudicar a atividade turística na Ilha do Mel.

8.2.1 Demanda

8.2.1.1 Caracterização do turista

De acordo com dados da ECOPARANÁ, empresa vinculada ao Governo do Estado que atualmente administra o terminal de embarque para a Ilha do Mel em Pontal do Sul, o fluxo de visitantes no ano de 2002 foi de 141.537 pessoas. Se considerarmos somente os meses de janeiro, fevereiro e março, esse número fica em 70.473 pessoas, tendo sido registradas mais de 80.000 pessoas no mesmo período (SILVEIRA, 1999). Esses números mostram o quão grande é a procura dos visitantes pela Ilha do Mel, sendo considerada o segundo destino turístico mais procurado no Paraná.

Um levantamento realizado por NIEFER (2002) procurou caracterizar os visitantes das ilhas de Superagüí e da Ilha do Mel. Para isso, foram entrevistadas na Ilha do Mel 392 pessoas, entre abril e junho de 2000.

O público da Ilha do Mel foi significativamente mais jovem do que o de Superagüí. A predominância desse público pode ser um indicador importante para o planejamento de atividades turísticas.

A idade influenciou em outras variáveis. Uma delas foi o estado civil (72% solteiros). A situação empregatícia também foi influenciada pela faixa etária, sendo que a maioria era estudante ou estudava e trabalhava.

A renda mensal familiar dos entrevistados se encontra acima da média nacional, visto que 78,6% dos brasileiros possuíam uma renda familiar mensal de até R\$ 1360 (IBGE, 1999). A renda média dos entrevistados foi de R\$ 2974,5, estando mesmo acima da declarada pelos proprietários dos comércios (tabela 12).

TABELA 12 – Renda familiar mensal dos visitantes da Ilha do Mel (2000).

Renda familiar mensal	Frequência Relativa
Até R\$ 1000	9,2%
De R\$ 1001 a R\$ 2000	16,3 %
De R\$ 2001 a R\$ 3000	21,7%
De R\$ 3001 a R\$ 4000	22,5%
Mais de R\$ 4000	29,3%

Fonte: Niefer, 2002.

Os maiores percentuais de gastos dos visitantes foram com o transporte (14%), seguidos pela alimentação (13%), devido ao preço alto dos alimentos. Os gastos com lembranças chegaram a 3,3%, mas poderiam ser maiores caso os artesanatos fossem produzidos na Ilha, representando realmente uma “lembrança”, por haver um vínculo com o local. Infelizmente, os artigos vendidos atualmente são industrializados, com poucos ou nenhum elemento da cultura local (figura 9). O item “outros”, que inclui passeios, foi relativamente baixo na Ilha do Mel, e poderia ser incrementado através da implantação de novos roteiros. Há lugares com o potencial turístico pouco explorado e próximos da Ilha, como pontos de mergulho. Para esse tipo de atividade poderiam ser treinados guias mirins e/ou monitores ambientais.

FIGURA 9 – Barracas de lona com venda de “lembranças” da Ilha do Mel (PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

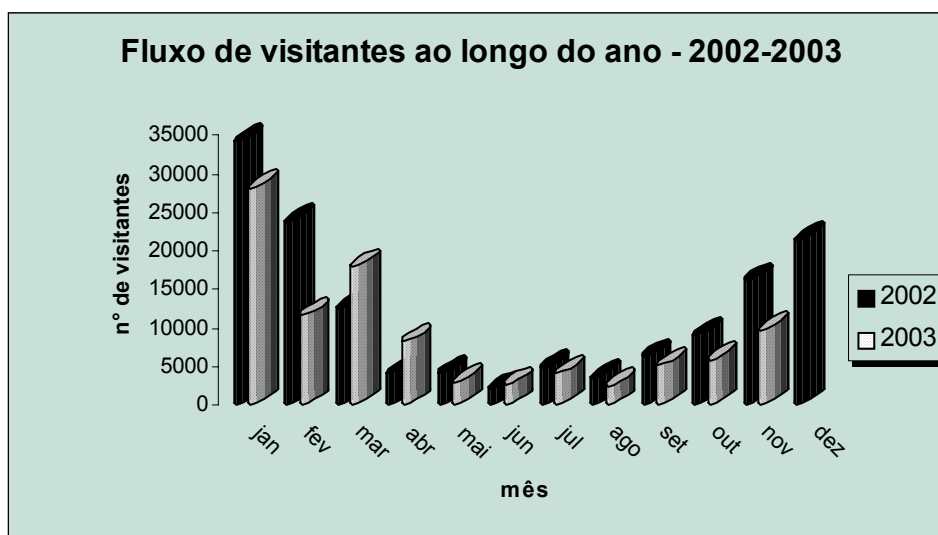
Foi perguntado ao visitante se ele escolheria uma empresa que utilizasse técnicas ambientalmente corretas (tratamento dos dejetos, reciclagem do lixo, fontes de energia alternativas), e se pagaria mais por esse tipo de serviço. Houve grande aceitação a esse tipo de empreendimento, e disposição a remunerar esse esforço.

A autora cogita os possíveis motivos para não se querer pagar mais, como o fato de as empresas trabalharem em uma unidade de conservação, e conseqüentemente terem a obrigação de cuidar do ambiente; além disso, os investimentos necessários não são tão altos que justifiquem um preço alto. Porém, os visitantes não mencionaram esses motivos, simplesmente não pagariam mais.

8.2.1.2 Capacidade Demandada ao Longo do Ano

Dados da ECOPARANÁ (2003), relativos ao número de visitantes por mês na Ilha do Mel, evidenciam a sazonalidade da demanda para a atividade turística; o maior fluxo de pessoas está concentrada nos meses de novembro a março, mas principalmente nos feriados de ano novo e carnaval (gráfico 1).

GRÁFICO 1 – Fluxo de visitantes ao longo dos anos de 2002 e 2003.



Fonte: ECOPARANÁ, 2003

Nota: Não se encontravam disponíveis os dados referentes a dezembro de 2003.

A tabela 13 mostra a capacidade demandada ao longo do ano nos estabelecimentos comerciais entrevistados, ou seja, quantos leitos (no caso de pousadas), mesas (no caso de restaurantes) ou barracas (no caso de campings) são ocupados com relação à capacidade total

do estabelecimento. Nos feriados de ano novo e carnaval, a grande maioria dos comércios está lotado. Durante os meses de janeiro e fevereiro há uma certa constância de movimento, tendo a maioria dos entrevistados respondido que a demanda está acima de 25%. Em outros feriados, como a Independência do Brasil, dia sete de setembro, a demanda aumenta. Porém, no inverno 54% dos entrevistados afirmaram ter menos de 25% da sua capacidade total demandada. Nesse período, 32% não tem demanda alguma ou não funcionam.

TABELA 13 - Capacidade dos comércios demandada ao longo do ano na Ilha do Mel (2004).

PERÍODO	CAPACIDADE DEMANDADA COM RELAÇÃO À CAPACIDADE TOTAL DO ESTABELECIMENTO						
	Não funciona	Zero	Até 25%	De 26% a 50%	De 51% a 75%	De 75% a 99%	100%
Ano Novo e Carnaval	-	-	-	1	3	-	102
	-	-	-	1%	3%	-	97%
Janeiro	-	-	8	24	23	25	26
	-	-	7%	23%	22%	24%	24%
Fevereiro	-	-	12	23	30	25	16
	-	-	11%	22%	28%	24%	15%
Outros feriados	1	-	2	9	8	19	67
	1%	-	2%	8%	8%	18%	63%
Inverno	15	18	57	12	3	-	1
	14%	17%	54%	11%	3%	-	1%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

8.2.2 Atração de investidores

Quando uma atividade econômica possui um potencial a ser explorado, ela torna-se atrativa economicamente para investidores, tanto da comunidade local quanto vindos de fora. O crescimento do número de estabelecimentos comerciais é um reflexo desse potencial a ser explorado, e pode ter impactos na sustentabilidade econômica da atividade, pois um certo aumento da concorrência implica em uma melhora nos serviços, mas a saturação do mercado pode ser prejudicial ao conjunto de empreendimentos. Essa atratividade também pode causar impactos sociais, na medida em que investidores externos passam a concorrer com investidores locais, como será visto na situação estudada.

No caso da Ilha do Mel, seus atrativos paisagísticos e culturais atraíram muitos investidores, principalmente a partir da década de 1980. No levantamento que realizou, REICHMANN NETO (1999), com base no ano de instalação dos comércios entrevistados, montou um quadro da evolução dos estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1997 (tabela 14), constatando o crescimento da participação do imigrante na economia local.

Em 1988, a maior parte dos comércios (45%) pertenciam aos nativos. Em 1992 essa situação já havia sido invertida, sendo que 35% dos comércios pertenciam aos nativos, 47% a pessoas que se instalaram na Ilha, e 18% a pessoas que não moravam lá. Nos dois intervalos de tempo considerados pelo autor, a taxa de crescimento do número de comércios foi proporcional – 196% de 1988 a 1992, e 195% de 1992 a 1997. Porém, o número de investidores extrenos aumentou: em 1997, dos 93 empresários/empregadores da Ilha do mel, 34% eram nativos e 66% eram imigrantes.

TABELA 14 - Evolução do número de estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1997.

ANO	NATIVO			IMIGRANTE			VERANISTA		
	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING
1988	7	1	5	5	6	0	1	3	1
	54%	10%	83%	38%	60%	0%	8%	30%	17%
1992	9	3	8	9	17	1	1	8	1
	47%	11%	80%	47%	61%	10%	5%	29%	10%
1997	15	10	10	22	36	4	4	9	1
	37%	18%	67%	54%	65%	27%	10%	16%	7%

Fonte: REICHMANN NETO, 1999.

É importante salientar também que o autor entrevistou, além dos domicílios comerciais, outros somente residenciais. De um total de 193 imigrantes pesquisados, 32% eram empresários/empregadores, enquanto que entre os nativos, somente 10% de um total de 322 pesquisados.

TABELA 15 – Procedência dos proprietários e arrendatários divididas entre os tipos de comércios entrevistados na Ilha do Mel (2004).

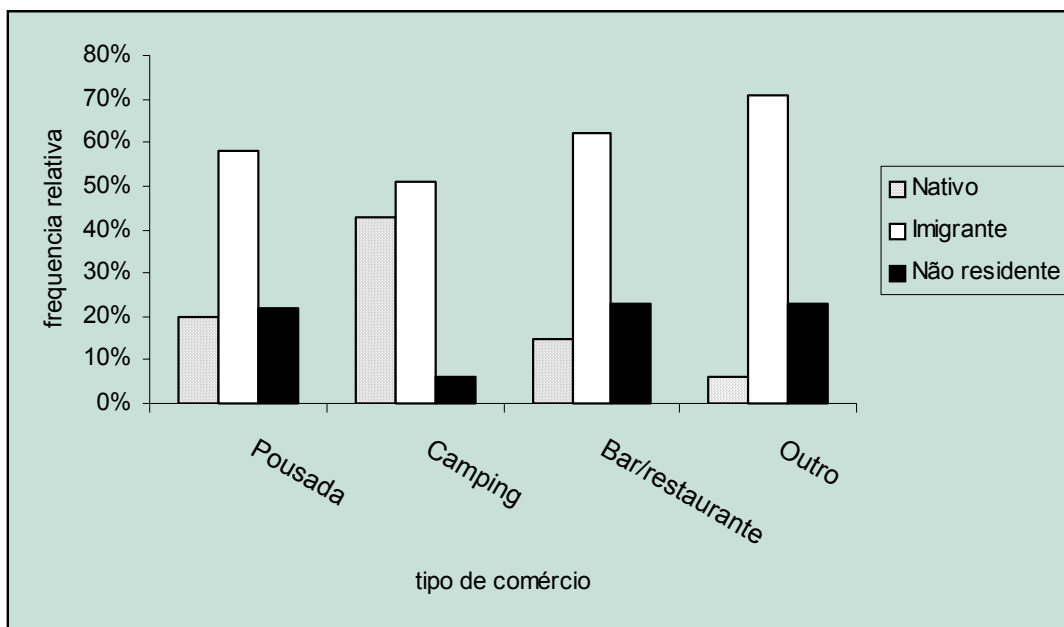
Tipo de comércio	Nativo	Imigrante	Não residente	Total
Pousada	13	38	14	65
	20%	58%	22%	100%
Camping	15	18	2	35
	43%	51%	6%	100%
Bar/restaurante	6	24	9	39
	15%	62%	23%	100%
Outro	1	12	4	17
	6%	71%	23%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Em 2001 o IAP realizou um levantamento dos campings e pousadas, da Ilha do Mel, e chegou a um total de 70 pousadas e 80 campings. Para o presente trabalho, levou-se em conta também os restaurantes, bares, mercearias e lojas. Do total de 106 questionários respondidos, 25% eram nativos, 58% imigrantes e 17% não residentes (tabela 15). Os imigrantes

representaram o maior percentual de proprietários de todos os tipos de comércio, e os nativos, o menor, a não ser com relação aos campings.

GRÁFICO 2 - % dos proprietários dos tipos de comércio segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Outro fato relevante é a instalação de comerciantes que não moram na Ilha o ano todo. A maior parte deles passa na Ilha a temporada de verão e os finais de semana, ou mais tempo. Entre os 18 entrevistados que não residem permanentemente na Ilha, 33% afirmaram haver escolhido a Ilha do Mel por pensarem ser um bom investimento financeiro, 39% por motivos relacionados com a qualidade de vida (por gostar do mar, ou unir o útil ao agradável) e 28% por outros motivos (aposentou-se, estudou hotelaria e pretende trabalhar no ramo, etc.) (tabela 16). Entre os não residentes, 78% afirmaram possuir outra fonte de renda (tabela 17).

TABELA 16 – Motivos alegados por não residentes para alocar um estabelecimento comercial na Ilha do Mel (2004).

Por que trabalhar na Ilha	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Investimento financeiro	6	33%
Qualidade de vida	7	39%
Outros	5	28%
Total	18	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Percentual referente ao total de não residentes entrevistados.

Cerca de 39% dos comerciantes não residentes afirmaram que entre 50% e 80% de sua renda familiar anual vêm do comércio da Ilha, 11% têm sua renda exclusivamente do comércio da Ilha, e 6% dizem que esse investimento não é significativo em sua renda anual (tabela 17).

Sendo assim, podemos constatar a atratividade da Ilha do Mel para investidores externos, que por um lado, eleva a qualidade dos serviços prestados, mas por outro, relega aos nativos atividades secundárias, como os campings, que demandam menor investimento em infra-estrutura e menos mão-de-obra a ser empregada.

TABELA 17 – % que o comércio na Ilha do Mel representa da renda familiar anual dos comerciantes não residentes (2004).

% da renda familiar anual	Frequência absoluta	Frequência relativa*
10 a 30	6	33%
50 a 80	7	39%
100	2	11%
Zero	1	6%
Ns / nr	2	11%
Total	18	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Percentual referente ao total de não residentes entrevistados.

Isso se dá devido à maior experiência e conhecimento dos migrantes no ramo empresarial, aliada à condição financeira mais avantajada, propiciando vantagens sobre os nativos no ramo do comércio, e inserindo na ilha relações e elementos da sociedade capitalista e urbana. Já o nativo, apesar de ter preferência ante o Poder Público na concessão de lotes na ilha, não tem capital, tampouco cultura empreendedora. Diante disso, as atividades menos atrativas financeiramente foram sendo destinadas ao nativo (REICHMANN NETO, 1999).

8.2.3 Rentabilidade

Quanto à rentabilidade, foi questionado se essa justifica o investimento e esforço do proprietário aplicados no estabelecimento. Entre os 106 entrevistados, 44% consideram que há um retorno financeiro que compensa o investimento. Cerca de 30% não consideram a rentabilidade satisfatória, e 9% afirmaram que apesar de a rentabilidade estar aquém da desejada, ela é compensada pela qualidade de vida vinda de poder morar na Ilha (tabela 18). Nenhum entrevistado citou a ausência de rentabilidade, e dois deles afirmaram desejar trocar de ramo, mas continuar na Ilha.

TABELA 18 – Satisfação quanto à rentabilidade dos comerciantes da Ilha do Mel (2004).

Rentabilidade satisfatória	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	47	44%
Mais ou menos	10	9%
Pouco	7	7%
Não	31	30%
Qualidade de vida	10	9%
Não respondeu	1	1%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Foi declarado por muitos entrevistados que uma forma de resistir à sazonalidade da demanda é tentar obter o maior lucro possível durante a temporada, e distribuir esse lucro durante os meses de pouco movimento. Assim, foi questionado aos entrevistados o lucro médio mensal líquido durante uma temporada boa, sem contar as despesas com água, luz e com os insumos necessários para o comércio.

TABELA 19 – Lucro médio mensal do comércio durante uma boa temporada – Ilha do Mel (PR) 2004.

Lucro médio mensal durante uma temporada boa	Frequência absoluta	Frequência relativa
Menos de R\$ 1000	3	3%
De R\$ 1000 a 2500	14	13%
De R\$ 3000 a 5000	20	19%
De R\$ 6000 a 10000	13	12%
De R\$ 14000 a 20000	5	5%
Não sabe / Não respondeu	51	48%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Quase metade dos entrevistados (48%) não sabia ou não quis responder a essa pergunta, afirmando não realizar balanço mensal ou não preocupar-se com o lucro (tabela 19). A maior parte das respostas obtidas detectou entre R\$ 3000 e R\$ 5000 de lucro líquido. Se considerarmos a temporada como durando cerca de três meses, esses proprietários teriam uma renda anual entre R\$ 9000 e R\$ 15000, sem contar o lucro do resto do ano, inclusive os feriados, ou entre R\$ 750 e R\$ 1250 por mês.

A segunda faixa de lucro mais respondida foi R\$ 1000 (7 ocorrências), o que corresponde a R\$ 250 por mês.

TABELA 20 – Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo época do ano e procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.

Faixa de renda mensal	Durante a temporada		Fora da temporada	
	Nativos*	Imigrantes**	Nativos*	Imigrantes**
Até R\$ 250	1	-	10	8
	4%	-	38%	17%
De R\$ 251 a R\$ 1000	10	9	9	18
	38%	19%	35%	38%
De R\$ 1001 a R\$ 3000	7	9	2	6
	27%	19%	8%	12%
De R\$ 3001 a R\$ 5000	2	5	1	3
	8%	10%	4%	6%
De R\$ 5001 a R\$ 10000	1	7	1	1
	4%	15%	4%	2%
De R\$ 10001 a R\$ 20000	1	5	-	-
	4%	10%	-	-
Mais de R\$ 20000	1	2	-	-
	4%	4%	-	-
Não sabe / Não respondeu	3	11	3	12
	11%	23%	11%	25%
Total	26	48	26	48
	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo.

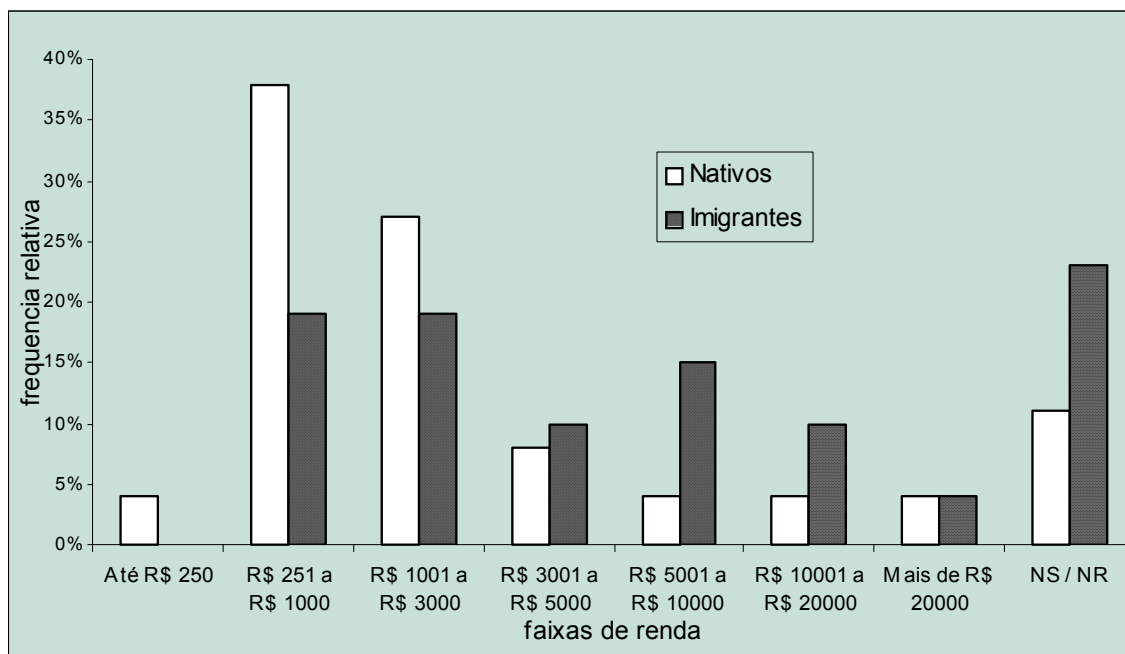
Nota: *Percentual relativo ao total de nativos entrevistados.

** Percentual relativo ao total de migrantes que responderam por estação.

Foi perguntado aos comerciantes da Ilha do Mel em qual faixa de renda média mensal familiar eles se situariam, durante a temporada e no resto do ano. Para os comerciantes que não residem na Ilha foi perguntada apenas a faixa de renda média mensal familiar. Como além deles, alguns migrantes responderam uma média entre a temporada e o resto do ano, os resultados foram divididos em duas tabelas.

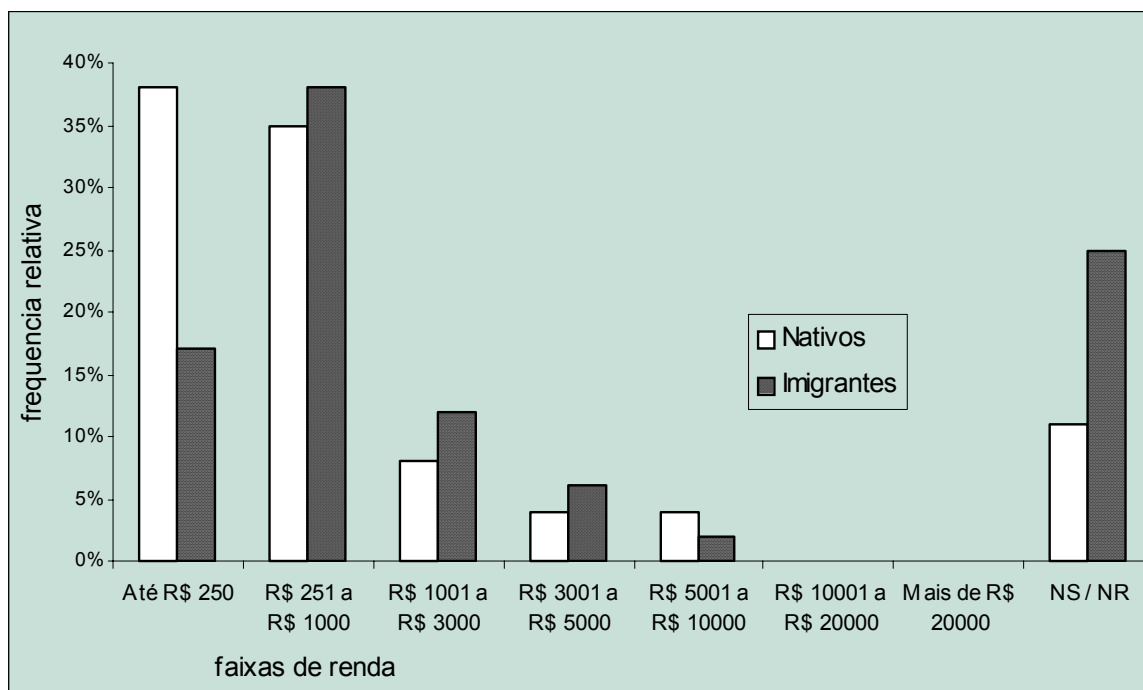
Durante a temporada, a faixa de renda mais citada, tanto pelos nativos quanto por migrantes foi a que vai de R\$ 251 a R\$ 1000 (tabela 20), mas podemos perceber, entre os nativos, uma concentração nas faixas de menor renda, enquanto as respostas dos imigrantes estão melhor distribuídas nas faixas medianas a altas (gráfico 3). Fora da temporada, a faixa de renda mensal familiar citada pela maioria dos nativos foi a mais baixa de todas, enquanto a dos migrantes foi a mesma da temporada. Como era esperado, observa-se uma queda na renda geral fora da temporada (gráfico 4).

GRÁFICO 3 - Renda média mensal familiar dos comerciantes na temporada segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

GRÁFICO 4 - Renda média mensal familiar dos comerciantes fora da temporada segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

TABELA 21 - Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.

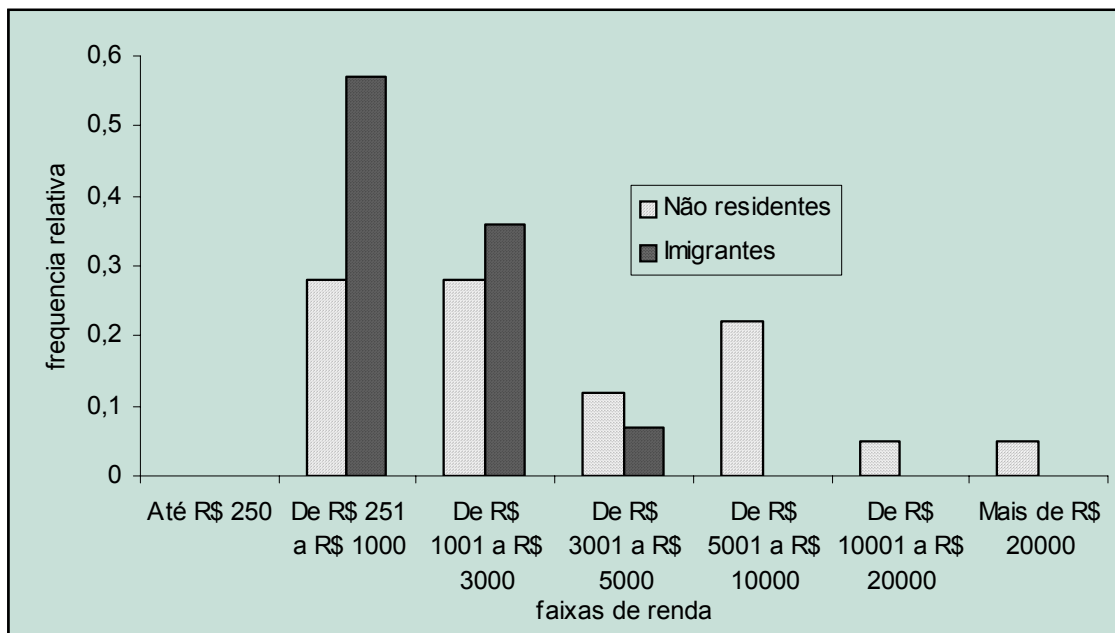
Faixa de renda mensal média	Não residentes*	Migrantes**
Até R\$ 250	-	-
De R\$ 251 a R\$ 1000	5 28%	8 57%
De R\$ 1001 a R\$ 3000	5 28%	5 36%
De R\$ 3001 a R\$ 5000	2 12%	1 7%
De R\$ 5001 a R\$ 10000	4 22%	- -
De R\$ 10001 a R\$ 20000	1 5%	- -
Mais de R\$ 20000	1 5%	- -
Não sabe / Não respondeu	- -	- -
Total	18 100%	14 100%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota:*Percentual relativo ao total de não residentes entrevistados.

** Percentual relativo ao total de migrantes que responderam por média anual.

GRÁFICO 5 - Renda média mensal familiar dos comerciantes segundo a procedência (Ilha do Mel, PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

De acordo com o cálculo de divisão do lucro médio da temporadas por todos os meses do ano (na faixa de lucro mais citada), obteve-se uma média mensal entre R\$ 750 e R\$ 1250, o que condiz com as respostas da maioria dos migrantes que estabeleceram uma média entre os meses de temporada e o resto do ano (tabela 21). A faixa entre R\$ 251 e R\$ 1000 também foi a mais citada pelos comerciantes não residentes, mas essa pareceu ser a “classe” que tem a renda média mensal mais elevada, talvez por grande parte possuir outra fonte de renda, como será visto no item “atração de investidores” (gráfico 4).

Como medida da resistência à sazonalidade, foi levantado o tempo que os comércios estavam estabelecidos; a resposta que obteve maior frequência foi de 4 anos de propriedade do estabelecimento (15 respostas), seguida por 10 anos (14 respostas). Já a maioria dos estabelecimentos arrendados é recente, com menos de um ano de arrendamento. De acordo com a tabela 22, podemos constatar que mais da metade dos estabelecimentos comerciais foi instalado em um período entre quatro e dez anos atrás, mostrando resistência à forte sazonalidade da demanda.

TABELA 22 – Tempo do comércio estabelecido na Ilha do Mel (PR) 2004.

Tempo do comércio estabelecido	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 1 ano	11	11%
De 1 a 3 anos	17	16%
De 4 a 6 anos	28	26%
De 7 a 10 anos	28	26%
De 11 a 20 anos	18	17%
Mais de 20 anos	4	4%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Os entrevistados foram divididos em proprietários e arrendatários. Para os primeiros, foi perguntado se já haviam sido realizadas **melhorias ou ampliações** na capacidade dos comércios, considerando que a realização dessas melhorias só é possível caso o proprietário espere haver um retorno financeiro que compense as ampliações. Seguindo o mesmo raciocínio, perguntou-se se haveriam planos de futuras ampliações e melhorias. Cerca de 49% dos entrevistados declararam já ter realizado esse tipo de investimento, enquanto 51% ainda não as fizeram.

Quanto aos planos de futuras ampliações e melhorias, daqueles que não ampliaram, a maioria (23% do total de proprietários) não pretende realizá-las (tabela 23). Entre os que já

realizaram, as respostas afirmativas e negativas tiveram a mesma proporção, e uma parcela semelhante de ambas as classes (15% do total de proprietários) afirmaram depender da autorização do IAP, ou por já haver atingido o limite de área construída, ou por que toda a obra realizada necessita dessa autorização.

TABELA 23 - Ampliações e reformas realizadas pelos proprietários de comércios na Ilha do Mel (2004).

Ampliações e melhorias	Já ampliaram	Não ampliaram	Total
Realizou Melhorias?	46	47	93
	49%	51%	100%
Pretende realizar	19	17	36
	21%	18%	39%
Não pretende	19	21	40
	20%	23%	43%
Depende da autorização do IAP	8	7	15
	9%	7%	16%
Não sabe	-	2	2
		2%	2%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: Percentuais relativos ao total de proprietários de comércios.

Com o mesmo propósito, de saber se o comércio está proporcionando retorno financeiro, e conseqüentemente se é sustentável economicamente, perguntamos aos arrendatários se havia interesse em renovar o arrendamento. Entre os doze arrendatários entrevistados, nove responderam ter interesse em renová-lo, dois não pretendem, e um não renovará no mesmo local, mas pretende abrir o mesmo negócio em outro imóvel (tabela 24).

TABELA 24 - Intenção de renovar o arrendamento do comércio da Ilha do Mel (2004).

Renovação do arrendamento	Frequência absoluta	Frequência relativa
Pretende renovar	9	75%
Não pretende	2	17%
Outro imóvel	1	8%
Total	12	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: Percentuais relativos ao total de arrendatários de comércios.

8.2.4 Modo de uso dos recursos

A atração de investidores, e um possível aumento descontrolado do número de empreendimentos também pode afetar a sustentabilidade ecológica de uma atividade; esse

impacto será proporcional à forma de uso dos recursos, ou seja, se as atividades possuem formas de apropriação intensivas dos recursos e não tratam os dejetos produzidos, quanto maior o número de empreendimentos, menor a sustentabilidade da atividade. Conseqüentemente, impactos negativos na base de recursos sobre a qual a atividade se apóia, refletem em impactos econômicos.

Já foi visto que a disponibilidade e a qualidade de água podem ser fatores limitantes à sustentabilidade na Ilha do Mel. A falta de água, no contexto econômico, pode prejudicar muito a imagem da Ilha para seus visitantes, tendo sido considerada entre os três problemas mais graves enfrentados pelos visitantes entrevistados por NIEFER (2002).

A qualidade da água também é de grande importância para os estabelecimentos, dada a constatação, já mencionada, de que em 14 dos 24 dos restaurantes, bares e lanchonetes entrevistadas por ESTEVES (2002), não existem cuidados especiais com a lavagem de alimentos. Como é grande o fluxo de turistas nestes estabelecimentos a própria água, desde que não fervida ou desinfetada, pode ocasionar doenças nas pessoas que consumam os alimentos.

O destino do esgoto também é relevante, devido à possibilidade de contaminar a água consumida, ainda mais tendo visto que cerca de 67% dos estabelecimentos utilizam água de poço, sujeita à contaminação pela instalação inadequada das fossas (tabela 3). Por não existir sistema de coleta e tratamento de esgoto, e os sistemas de tratamento locais requererem certo investimento financeiro, apenas 5% dos comércios entrevistados afirmaram tratar seus dejetos, e 22% possuem fossas rudimentares, nas quais não há tratamento algum dos dejetos, sendo apenas depositados em um poço (tabela 6).

As fossas inadequadas também contribuem para a contaminação da água do mar, prejudicando a imagem da Ilha para os turistas. A divulgação dos boletins de balneabilidade foi entendida por 4% dos entrevistados como propaganda negativa da Ilha do Mel pelo Governo Estadual, pois a ele caberia a implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto, e além de não fazê-lo, divulga os resultados que acusam a contaminação da água do mar.

Além do esgoto, o destino dos resíduos sólidos pode levar à contaminação do ambiente, visto que se uma grande quantidade de resíduos orgânicos são enterrados de forma inadequada, e podem contaminar o lençol freático. A maioria dos comércios entrevistados afirmou enterrar o lixo orgânico (tabela 8), inclusive alguns restaurantes, que geram uma

quantidade maior desse tipo de resíduo, alegando que o serviço de coleta não recolhe seu lixo orgânico, e se torna necessário levá-lo ao depósito, ou enterrá-lo.

Apesar de o impacto sobre a qualidade da água na Ilha do Mel ser devido à atividade turística, principalmente pelo destino inadequado dos resíduos gerados, apenas uma parcela da culpa é realmente dos comércios, posto que seria responsabilidade do Poder Público prover o local de saneamento básico, especificamente de um abastecimento de água dentro dos padrões de qualidade estabelecidos, e de sistemas eficientes de coleta tratamento dos resíduos sólidos e de esgoto.

8.2.5 Serviços e estrutura local para manter a atividade turística

Parte da infra-estrutura social da Ilha está descrita nos itens 8.3.5 e 8.3.6 dos indicadores de sustentabilidade social. Alguns desses serviços são imprescindíveis para suportar a atividade turística, como, por exemplo, a disponibilidade de água potável, atendimento médico e segurança. No presente item, abordaremos a questão da estrutura e das deficiências da Ilha com relação à atividade turística, do ponto de vista do turista e dos proprietários de comércios.

Nas entrevistas aos visitantes da Ilha do Mel, realizadas por NIEFER (2002), apresentou-se aos respondentes uma lista de problemas possíveis de acontecer durante sua estadia, e perguntou-se se realmente foram observados, e como era avaliada a sua gravidade. Os três problemas considerados mais graves foram a falta de atendimento médico, as instalações sanitárias precárias e a falta de água, essa citada por 31% dos entrevistados (tabela 25). Já as que foram citadas com maior frequência foram a falta de lixeiras, a limpeza do lugar em geral e a falta de banheiros públicos.

Foi visto anteriormente que a disponibilidade de água potável realmente é um problema, principalmente durante os períodos de maior movimento (note-se que a pesquisa com os visitantes foi realizado em um período de menor afluência de turistas, quando o problema não é tão grave, e ainda assim foi considerado de alta gravidade). Quanto à falta de atendimento médico, essa é agravada pela ausência de transporte para o continente em casos de emergência, e pela inexistência de uma única farmácia na Ilha.

TABELA 25 – Classificação média de problemas encontrados pelos turistas durante a visita e frequência de ocorrência (2000).

Problema	Média*	Frequência Relativa
Falta de atendimento médico	3,31	30,10
Instalações sanitárias precárias	3,26	54,08
Falta de água	3,17	31,38
Falta de lixeiras	3,15	57,65
Falta de banheiros públicos	3,11	58,93
Superlotação	3,08	25,77
Limpeza do lugar em geral	3,07	58,16
Vandalismo	3,05	29,34
Segurança no local	3,03	22,70

Fonte: NIEFER, 2002.

Nota: *Escala usada: 4 = problema grave; 3 = problema; 2 = aconteceu, mas não incomodou; 0 = não houve problema.

Para o presente trabalho, foi perguntado aos comerciantes quais eles consideravam os problemas que os turistas encontravam na Ilha do Mel, ou quais fatores prejudicam a atividade turística. Trinta e cinco por cento dos comerciantes considerou o saneamento básico uma prioridade (tabela 26). Cerca de 19% citou os preços altos e/ou as taxas pagas no embarque para a Ilha.

TABELA 26 – Problemas que podem prejudicar a atividade turística na Ilha do Mel citados pelos comerciantes (2004).

Problemas para o turismo	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Saneamento básico	37	35%
Preços altos / taxas	20	19%
Falta de informações	19	18%
Proibições do IAP	18	17%
Mau atendimento / falta de capacitação	12	11%
Faltam boas acomodações	5	5%
Saúde	5	5%
Drogas	4	4%
Propaganda negativa do Poder Público	4	4%
Outros	15	14%
Total	139	-

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *A soma das categorias é maior que 100% porque os entrevistados poderiam citar mais de uma resposta.

Para 17% dos comerciantes, as restrições do IAP quanto às reformas prejudicam tanto comerciantes quanto turista, pois não permitem que os proprietários melhorem a qualidade de seus comércios. Muitos entrevistados afirmaram ter problemas com a vigilância sanitária por não poderem reformar suas cozinhas, por exemplo.

Também foram citados a falta de informações, o mau atendimento ou a falta de capacitação das pessoas que trabalham nos comércios, assim como a falta de boas acomodações. Somente 5% comentaram a falta de atendimento médico, e 4% a questão das drogas. Alguns entrevistados da Vila de Encantadas consideraram, como foi mencionado anteriormente, a divulgação dos boletins de balneabilidade como propaganda negativa do Poder Público.

Na categoria “outros” estão o prejuízo de nativos por pessoas de fora, a falta de controle da vinda de novos moradores, a segurança, a educação, o limite no volume do som, a veiculação de propagandas enganosas de pousadas, o assoreamento dos rios, a erosão, problemas de prostituição, e o excesso de cachorros.

Foi questionado o que deveria ser feito para resolver os problemas relacionados à atividade turística; 28% afirmaram ser imprescindível a implantação do saneamento básico, e 20% a construção de banheiros públicos (tabela 27). Para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, 17% dos entrevistados disseram ser necessária a liberação, ou maior flexibilidade para a aprovação de reformas e melhorias nos comércios, e 14% a capacitação dos comerciantes para exercer tal atividade. Com relação a essa questão, 4% disseram ser importante a criação de linhas de crédito para que os comerciantes pudessem realizar as reformas necessárias, e 4% achariam melhor que se diminuísse o número de estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel.

TABELA 27 – O que deveria ser feito para melhorar o turismo na Ilha do Mel na opinião dos comerciantes (2004).

O que deveria ser feito	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Implantar saneamento básico	30	28%
Banheiros públicos	21	20%
IAP liberar as benfeitorias	15	17%
Baratear o custo os produtos e serviços	15	14%
Capacitação dos moradores para o turismo	18	14%
Aplicar a taxa de visitação na Ilha	12	11%
Assumir vocação para o turismo	6	6%
Ação do Poder Público em prol do turismo	10	9%
Diminuir o número de comércios	4	4%
Linhas de crédito	4	4%
Outros	12	11%
Não sabe/ não respondeu	16	15%
Total	163	-

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *A soma das categorias é maior que 100% porque os entrevistados poderiam citar mais de uma resposta.

Cerca de 15% dos comerciantes colocaram como desejável a diminuição dos preços na Ilha, inclusive para a sua própria subsistência, ou a extinção das taxas de embarque para aumentar a afluência de turistas. Já 11% acham que esse valor não é aplicado na Ilha, e que deveria o ser.

Com relação à gestão da Ilha, 6% declararam que deveria ser assumida a vocação turística da Ilha, e não ser tão privilegiada a preservação ambiental. Desses, alguns afirmaram que a gerência do local deveria ser assumida pela Secretaria Estadual do Turismo. Cerca de 9% esperam alguma iniciativa exclusiva do Poder Público (como a divulgação dos atrativos locais, investimento em infra-estrutura, apoiar os nativos, ou fazer um plano diretor), e 15% não sabem o que poderia ser feito.

Na categoria “outros”, estão a capacitação de guias mirins, pessoas que falem outras línguas, a categorização de pousadas, liberar o som alto até mais tarde, etc.

8.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

No presente item serão descritos os elementos que podem influenciar na sustentabilidade social da Ilha do Mel. O acesso da população ao território é determinante para a situação atual; essa questão gera polêmica desde que a Ilha era patrimônio da União, e reflete em todas as relações sociais, desde as políticas de preservação ambiental, até a disputa dos grupos sociais pelo espaço.

Atualmente, a primeira condição para ter acesso a produtos e serviços de qualidade, é uma fonte de renda que supra essas necessidades. Assim, serão apresentados dados sobre o acesso da população aos benefícios gerados pela atividade turística. Primeiro em relação aos comércios, será vista a relação entre a procedência do entrevistado e a classe de qualidade do seu comércio, além da relação entre a classe do estabelecimento comercial e a opinião de seu proprietário sobre restrição do número de turistas, o que está ligado à uma possível diminuição do tipo de demanda que tem tal estabelecimento.

Serão também apresentados dados relacionados à situação do emprego gerado pelo turismo, como a evolução do número de empregos, a geração de empregos fixos e temporários e o nível dos salários.

Será descrita a oferta de capacitação para o mercado de trabalho na Ilha, incluindo a educação formal e cursos de formação profissional. Um reflexo do resultado dos indicadores da diferenciação entre os comércios, de emprego e da capacitação seria o nível de

homogeneidade social, aqui representada pelo rendimento nominal mensal dos chefes de domicílios particulares permanentes, comparado com outros municípios do litoral.

Em seguida, descreveremos a situação atual da saúde, da oferta de educação e da segurança na Ilha do Mel, com as informações obtidas em campo. Pela afinidade entre os temas, agrupamos o acesso à informação e manifestações culturais, as opções de lazer e manifestações da cultura própria.

Por último, mas não menos importante, está a participação política e social, descrita com base nas entrevistas às associações da Ilha do Mel, a membros do Conselho Gestor e aos comerciantes.

8.3.1 Acesso ao território

A comunidade da Ilha do Mel sofreu um processo comum a muitas outras pequenas comunidades no litoral do Brasil, frente à especulação imobiliária gerada pelo interesse turístico. Com o aumento do fluxo de visitantes, e do interesse por terrenos na Ilha, o que ocorreu não foi a expulsão dos nativos por grandes empresas do ramo, como em muitas outras praias; o processo se deu de uma forma mais sutil, mas não menos danosa aos moradores tradicionais.

Antigamente, a população fixa era muito pequena em relação ao território; segundo um censo realizado em 1950, haviam 513 moradores (PARANÁ c, 1996). Como a pressão sobre o espaço era pequena, não havia demarcação de lotes, fato comum nas áreas habitadas por populações caiçaras (BRITO, 2003). Quando os filhos de uma família casavam, construía uma casa próxima à dos pais, ou então abriam outro pedaço de mato para morar.

A Ilha foi Patrimônio da União até 1982, quando haviam sido emitidas 160 concessões de uso pelo SPU de caráter precário, mesma época em que o censo registrou um número, bem superior, de 294 casas (IBGE, 1980). O Relatório nº 1 da Comissão Especial para Estudos de Ilhas do Litoral Paranaense, de 1981, apresenta uma situação fundiária caótica, com ausência de fiscalização, casas sendo construídas sem autorização e lotes com a taxa de ocupação totalmente aleatória.

O Relatório nº 2 da mesma comissão propôs que as novas edificações seriam permitidas apenas a moradores permanentes, o que não foi respeitado. Quando houve a cessão da Ilha para o Estado, os nativos precisaram regularizar seus lotes, e foi estabelecido um

limite de 500 m² para cada família. Dessa forma, aqueles que possuíam uma área maior, subdividiram-na e venderam, ocupando o resto (FRANK *et al.*, 1991).

A venda das concessões de uso dos nativos era permitida somente se esses se mudassem da Ilha, o que levou muitos veranistas a comprar os lotes de nativos (TOMAZ, 1996). Quando entrou em contato com a sociedade capitalista, o nativo, que não possuía a real noção do valor do dinheiro, pois sempre viveu do extrativismo, começou a vender seu terreno por preços irrisórios, pensando que poderiam conseguir facilmente outro, e dando-se conta de seu prejuízo tarde demais (FRANK *et al.*, 1991).

Muitos nativos perderam assim o direito sobre o lugar onde moravam. Outros quiseram aproveitar-se do grande interesse por terrenos na Ilha, e não foi apenas um que vendeu sua concessão para duas pessoas ao mesmo tempo, ou que a vendia e voltava atrás depois do novo proprietário haver construído sobre o terreno (FRANK *et al.*, 1991).

Se por um lado os antigos moradores são pressionados pela especulação imobiliária, do outro estão as áreas de preservação, que restringem muito as possibilidades de expansão urbana. Na verdade, o objetivo da sua criação foi realmente a proteção da fauna e da flora da devastação imposta pela especulação imobiliária.

Atualmente, a concessão de novos lotes para os nativos continua a ser uma questão delicada. Como mencionado acima, os filhos de nativos que casavam tinham a liberdade de construir outras casas, e esse é hoje o maior argumento a favor das concessões, baseado nos direitos históricos adquiridos pelos nativos sobre o território. Porém, a área de ocupação é limitada, e os órgãos gestores não consideram possível a cessão de lotes a todos os nativos que casam.

Parece haver um encorajamento para que esses nativos deixem a Ilha: um dos motivos que dificultam a implantação de uma escola de 5^a a 8^a série, segundo o coordenador do IAP na Ilha, é que a criança passa mais tempo na Ilha, ao invés de conhecer outros lugares, com realidades diferentes, e para onde poderia ir morar.

Outro problema gerado durante a cessão da Ilha para o Governo do Estado foi a permanência de alguns lotes administrados pelo SPU. De acordo com FRANK *et al.* (1991), as regras para a ocupação dos lotes administrados pelos dois órgãos são diferentes. Assim, um grande número de turistas que não conseguiam lotes com o IAP o conseguiam com o SPU.

Entre 1994 e 1995 o escritório do IAP na Ilha do Mel esteve temporariamente fechado, e durante esse período a Associação de Nativos tomou a iniciativa de realizar reassentamentos de moradores nas áreas de camping da Nova Brasília (PARANÁ *c.*, 1996). Nos anos de 1995 e

1996 a SEMA realizou o levantamento topográfico e cadastral das zonas de ocupação. Os lotes foram classificados de acordo com a situação dominial em:

1. Lotes demarcados, com documento de concessão (IAP ou SPU) (até 500 m2).
2. Lotes com documento de concessão, e ocupação superior a 500 m2.
3. Lotes demarcados, sem documento de concessão.
4. Lotes sem demarcação (áreas invadidas ou sem acordo com o IAP em relação ao tamanho/limites do lote).
5. Lotes demarcados, com documento de concessão, que sofreram subdivisão (por venda ou não).
6. Lotes demarcados, sem ocupação.

TABELA 28 - Situação dominial das zonas de ocupação da Ilha do Mel (1996).

Classe de Situação Dominial	Nova Brasília	Farol	Fortaleza	Encantadas	Total
1	19	26	16	09	70
2	07	37	22	32	98
3	13	28	08	09	58
4	30	35	19	138	222
5	05	-	-	03	08
6	04	21	03	30	58
Total	78	147	68	221	514

Fonte: PARANÁ c, 1996.

De acordo com a tabela 30, apenas 37% dos lotes são legalizados (categorias 1 e 2), e *somente 15% em relação ao tamanho do lote*. A situação mais complicada era a de Encantadas, com 81% dos lotes irregulares.

Durante os últimos dois anos o IAP fez um levantamento dos lotes irregulares da Ilha do Mel. Uma reportagem do jornal Gazeta do Meio Ambiente⁹, mostra que, das 678 moradias existentes na Ilha do Mel, 296 estão irregulares (cerca de 43% do total), em desacordo com as regras em relação à taxa de ocupação do terreno, altura e local das construções, estabelecidas no Plano de Uso de 1982. As irregularidades mais comuns são de invasão de área, construção em área de preservação permanente, casas em alvenaria ou acima dos parâmetros permitidos.

Na mesma reportagem, é mencionado que durante a gestão anterior do Governo Estadual o número de moradias, que era de 532 há oito anos, aumentou 21,5%, e nesse período foram construídas 146 obras irregulares. Para impedir o crescimento do número de ocupações, o IAP baixou uma portaria em outubro de 2003 proibindo novas construções. Há

dezenas de casas fora dos padrões estabelecidos pelo Plano de Uso que devem ser demolidas, e cinco delas estão com sentenças demolitórias expedidas, com notificação em andamento pelo Ministério Público, apenas aguardando a finalização das fases processuais. Algumas demolições deverão ser totais, e outras, parciais.

Medidas extremas têm sido tomadas pelo Governo Estadual: enquanto não saem as ordens de demolição, o IAP pediu à Cagepar e à Copel que suspendesse os fornecimentos de água e luz aos imóveis irregulares, o que gerou reações dos proprietários, que entraram com um mandato de segurança para garantir que não haja o corte (A Gazeta do Povo, 16/07/2004).

Até hoje a lentidão dos trâmites legais para o processo de embargo e demolição das construções irregulares, e a possibilidade de recorrer das decisões judiciais permite que hajam tantas construções irregulares. Além disso, foram relatados por entrevistados casos de permissões para construir e reformar imóveis para pessoas de alto poder aquisitivo, caso comum em muitas instâncias de fiscalização no país, mas que mostram que não é suficiente passar uma imagem de preservação da natureza se a prática não corresponde a essa imagem.

8.3.2 Acesso aos benefícios da atividade turística

Para estimar se o acesso aos direitos básicos estão sendo supridos pela renda dos moradores, deve-se definir quais seriam os itens necessários à sobrevivência com um mínimo de dignidade. De acordo com BUARQUE & AGUIAR (1995), estabelecer quais seriam os componentes desse mínimo de dignidade não é fácil, pois envolve questões subjetivas e culturais. A definição dada pela Constituição de 1988 (Art. 7º, inciso IV), estabelece o salário mínimo como sendo o valor “... capaz de atender as necessidades vitais e básicas (do trabalhador) e as de sua família, alimentação, saúde, recreação, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.

Outra dificuldade está em estabelecer qual é a renda que um trabalhador deve ter para suprir essas necessidades básicas. Partindo de um cálculo que abrange a soma dos fatores acima descritos, chegamos a um valor de aproximadamente R\$ 720,00, ou três salários mínimos para que uma família de quatro pessoas tenha acesso aos bens acima descritos.

⁹ Jornal Gazeta do Meio Ambiente, Ano III, edição nº14, 2004.

8.3.2.1 Comércios

Durante as entrevistas, os comércios foram classificados quanto à qualidade dos serviços oferecidos (alta, média ou baixa); para isso, levou-se em conta a estrutura declarada (número de quartos, banheiros coletivos ou individuais, cozinha coletiva, tipo de comida oferecida, etc.) e a aparência do comércio.

Procurou-se estabelecer uma relação entre a procedência do entrevistado e a categoria de qualidade do comércio (tabela 29). Podemos perceber que a maior parte dos comércios classificados como de alta qualidade pertencem a imigrantes, mas se considerarmos que o número de migrantes entrevistados foi maior, os não residentes estariam proporcionalmente melhor representados nos comércios de alta categoria, pois metade do seu grupo possui comércio de classe alta. Seguindo esse critério, a maior parte dos imigrantes possui comércios de categoria média, e os nativos, de baixa (figuras 10, 11 e 12).

TABELA 29 – Classificação dos comércios entrevistados e relação com a procedência do proprietário (Ilha do Mel – PR) 2004.

Procedência	Classe	Alta	Média	Baixa	Total
Nativos		2	11	13	26
		2%	11%	12%	25%
Migrantes		17	34	11	62
		16%	32%	11%	58%
Não residente		6	12	-	18
		5%	11%	-	17%
Total		25	57	24	106
		23%	54%	23%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Verificamos em campo uma relação entre a categoria de comércio e a opinião quanto à restrição do número de turistas: a maioria dos comerciantes da categoria alta concordam com a restrição, e alguns declararam até que gostariam que esse número fosse menor ainda, ou que as taxas incluídas no transporte de barco para a Ilha, que são cobradas por se tratar de uma área de preservação fossem mais altas, elitizando o acesso à Ilha (tabela 30). Já para os proprietários de comércios da categoria “baixa”, o limite e as taxas os prejudicam, impedindo o acesso de um maior número de pessoas de baixa renda, seus clientes em potencial.

FIGURA 10 – Comércio cujo proprietário é imigrante (Ilha do Mel – PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

FIGURA 11 – Comércio cujo proprietário é nativo (Ilha do Mel – PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

FIGURA 12 – Comércio cujo proprietário é não residente (Ilha do Mel – PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

TABELA 30 – Relação entre a opinião do proprietário sobre o limite do número de turistas e a classe do comércio da Ilha do Mel (PR) 2004.

Opinião	Classe	Alta	Média	Baixa	Total
Concorda restrição		17	30	9	56
		16%	28%	8%	53%
Discorda restrição		8	27	15	50
		8%	25%	14%	47%
Total		25	57	24	106
		23%	54%	23%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

8.3.2.2 Emprego

Na Ilha do Mel, a oferta de empregos é influenciada pela sazonalidade da atividade turística. PARANÁ c (1996) descreve a distinção entre os tipos de trabalho exercidos por nativos e imigrantes.

O grupo dos nativos é mais diversificado em ocupações econômicas, pois trabalham como barqueiros, fazem carretos, serviços gerais de reparos e manutenção de residências, jardinagem, e um número significativo de mulheres prepara e vende pão, doces e salgados.

Algumas lavam roupas e trabalham como empregadas. No comércio, exercem funções como atendentes, faxineiros e cozinheiros. Em menor número estão os proprietários de comércios, como bares, campings e pousadas. A pesca é uma atividade de menor importância econômica, sendo mais freqüente durante os meses de inverno, quando diminui a demanda por outros serviços (PARANÁ c, 1996).

Os imigrantes possuem restaurantes e pousadas mais bem equipados, com serviços razoáveis, atendendo a um fluxo maior de turistas, e em sua maioria com renda para remunerar bons produtos e serviços (PARANÁ c, 1996).

Hoje em dia, devido à afluência de imigrantes com expectativa de melhorar de vida, mas sem capital financeiro suficiente para investir, essa polarização tem diminuído, mas ainda é muito forte, e devida não à ascensão social do nativo, e sim à entrada de concorrentes pelo seu nicho.

Podemos ver claramente essa situação no resultado obtido do levantamento realizado por REICHMANN NETO (1999). Em 1997, o autor entrevistou 140 domicílios comerciais, e com base no ano de instalação de cada comércio, montou um quadro da evolução dos empregos gerados pelos estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1997 (tabela 31).

TABELA 31 - Evolução dos números absolutos e relativos de empregos em estabelecimentos comerciais na Ilha do Mel entre 1988 e 1998.

ANO	NATIVO			IMIGRANTE			VERANISTA		
	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING	BAR/RTE	POUSADA	CAMPING
1988	12	0	0	2	7	0	0	3	4
	86%	0%	0%	14%	70%	0%	0%	30%	100%
1992	12	1	0	11	28	1	0	11	4
	52%	3%	0%	48%	70%	20%	0%	28%	80%
1997	28	7	0	30	60	4	2	15	4
	47%	9%	0%	50%	73%	50%	3%	18%	50%

Fonte: REICHMANN NETO (1999).

Segundo o autor, o imigrante foi o maior gerador de empregos no período estudado, criando uma média de 6 novos empregos ao ano nas pousadas e praticamente 2 novos empregos ao ano nos bares e restaurantes. Tem-se o costume de sempre ressaltar a geração de renda como um impacto positivo para a população local, tratando-se de qualquer empreendimento ou iniciativa, mas no presente caso, devemos ter em mente que apenas uma parte desses empregos gerados beneficiam os nativos, e esse, ao transferir suas posses ao migrante, foi gradualmente perdendo seu espaço na Ilha (tanto no território quanto no mercado).

Na pesquisa de campo, foi perguntado aos comerciantes o número de empregos fixos e temporários gerados pelo comércio. Não foram considerados como empregos gerados aqueles cargos ocupados por pessoas da família, fixos ou temporários.

TABELA 32 – Geração de empregos fixos pelos comerciantes entrevistados na Ilha do Mel – PR (2004).

Geração de empregos fixos	Frequência absoluta	Frequência relativa*
1 funcionário fixo	14	13%
2 funcionários fixos	9	8%
3 funcionários fixos	6	6%
4 funcionários fixos	4	4%
Mais de 4 funcionários fixos	4	4%
Total de funcionários fixos	110	-

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Percentual referente ao total de comércios entrevistados.

Quarenta e cinco entrevistados não contratam nenhum funcionário, fixo ou temporário. Cerca de 35% dos entrevistados possui ao menos um funcionário fixo, e chegamos a um total de 110 empregos fixos gerados pelos comércios entrevistados, muitos dos quais são pessoas de fora da Ilha que lá se estabeleceram em função do trabalho (tabela 32). A maioria dos comércios possui apenas um funcionário fixo.

TABELA 33 – Geração de empregos temporários pelos comerciantes entrevistados na Ilha do Mel - PR (2004).

Geração de empregos temporários	Frequência absoluta	Frequência relativa
Contrata 1 funcionário na temporada	20	19%
Contrata 2 funcionários na temporada	16	15%
Contrata 3 funcionários na temporada	2	2%
Contrata 4 funcionários na temporada	3	3%
Contrata mais de 4 funcionários na temporada	9	9%
Total de funcionários fixos	166	-

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Os empregos temporários têm duração média de três meses, mas algumas pessoas são contratadas por dia, quando há maior movimento no comércio, ou quando se trata de serviços gerais, como limpeza ou jardinagem. Entre os comerciantes, 47% contrata funcionários temporários, e 27% não possui funcionários fixos, mas contrata temporários. O total de funcionários contratados na temporada foi de 166 pessoas (tabela 33). Porém, 34% dos entrevistados declararam ter preferência por pessoas de fora da Ilha, alegando que os moradores cobram muito caro pelos serviços prestados, e não possuem capacitação e nem disciplina suficiente, porque faltam muito ou chegam atrasados. Assim, desses 166 empregados temporários, apenas 49 podem ser moradores.

O nível dos salários esteve entre R\$ 240 e R\$ 800 (tabela 34), e o valor mais citado foi o equivalente a um salário mínimo na época das entrevistas (R\$ 240), por 13 entrevistados.

TABELA 34 - Salário pago aos funcionários dos comércios na Ilha do Mel - PR (2004).

Nível dos salários	Frequência absoluta	Frequência relativa*
De R\$ 240 a R\$ 300	22	39%
De R\$ 301 a R\$ 450	18	32%
De R\$ 451 a R\$ 600	14	25%
De R\$ 601 a R\$ 800	2	4%
Total	56	100%

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: *Percentual relativo ao total de empregadores que pagavam salário mensal aos funcionários

Como mencionado anteriormente, a renda necessária para uma família de quatro pessoas ter acesso aos bens e serviços necessários a uma sobrevivência com um mínimo de dignidade seria de aproximadamente R\$ 720,00. Dessa forma, caso precisassem sustentar uma família de quatro pessoas, apenas 4% dos empregados pelos entrevistados estariam aptos a fazê-lo somente com essa fonte de renda.

No Plano de Gestão da Ilha do Mel (PARANÁ c, 1996), 53% dos nativos entrevistados possuíam uma família de 3 a 6 pessoas. Devemos levar em conta que geralmente há outras fontes de renda nessas famílias além do salário do chefe de família, como outros pequenos serviços remunerados e outros membros da família que exercem algum trabalho. Mesmo assim, esses serviços são incertos, e o fato é que a grande maioria dos comércios paga um salário insuficiente para seus funcionários.

Muitos dos entrevistados (42%) não possuem empregados ou têm o auxílio de familiares próximos, como na maioria dos campings. Esse é um tipo de comércio que exige pouca infra-estrutura, e, portanto, baixo investimento (apenas banheiros e cozinha coletiva, que muitas vezes são parte da estrutura da própria residência), e na maioria das vezes não gera empregos. Praticamente todos os campings que contratam funcionários são também pousadas.

Muitas vezes, os campings servem como fonte de renda alternativa, e não principal dos proprietários, pois em quase 77 % dos campings entrevistados, alguém da família ou o proprietário possuem outra fonte de renda principal, índice muito maior do que nos outros tipos de comércios, e sendo geralmente empregos de baixa renda, como pesca, entregador de jornal, empregada doméstica, coletor de lixo ou vendedor ambulante. Na tabela 31 podemos

perceber que o camping é o tipo de comércio que gera menos empregos, e é dominado pelos moradores nativos.

Como foi colocado anteriormente, o emprego deve gerar renda suficiente para suprir o acesso aos serviços sociais básicos, e devem ser garantidos os direitos do trabalhador, como previdência, férias remuneradas e possibilidade de ascensão. Não sabemos se os empregos fixos proviam o trabalhador de seus direitos, mas podemos afirmar que os empregos temporários gerados pelos comércios suprem as necessidades de uma parte pequena da população residente, não garantem os direitos trabalhistas e o salário pago não assegura a sobrevivência das famílias com um mínimo de dignidade.

A situação observada é de que, apesar de haver geração de empregos pelo comércio, grande parte é informal, e a demanda é suprida por pessoas de fora, relegando a muitos moradores subempregos. Essa situação alimenta a hostilidade contra as pessoas de fora, tanto empregados quanto empregadores, que os nativos dizem estar tomando seu espaço. Porém, esse espaço não pode ser ocupado pelos próprios nativos, desde que o grupo possui baixa mobilidade social, tem pouca instrução formal, e apenas uma pequena parte se adequa às demandas do mercado. Esse estado reflete a situação de grande desigualdade social do país, mas que poderia ser evitado através de várias iniciativas, que passam pela capacitação dos moradores para trabalhar com o turismo, o incentivo a outras atividades geradoras de renda e pela criação de linhas de crédito que as tornassem viáveis.

8.3.2.3 Capacitação Para o Mercado de Trabalho

A capacitação para o mercado de trabalho passa tanto pela educação formal quanto por cursos específicos, de formação e aprimoramento, para exercer alguma função. A educação formal disponível na Ilha do Mel esteve limitada, até 2003, à 4ª série do ensino fundamental, e para cursar as séries posteriores as crianças tinham que se deslocar até Pontal do Sul. Atualmente, o ensino está sendo gradualmente ampliado até a 8ª série do ensino fundamental, mas, como será visto no item referente à oferta de educação, há dificuldades para a conclusão do ensino médio pelos moradores da Ilha.

Em entrevistas realizadas nas escolas, foi perguntado se a oferta educativa presente conseguia capacitar os jovens para trabalhar na Ilha, e se haviam perspectivas concretas de melhoras. Na opinião de uma das professoras, o ensino formal oferecido capacita os alunos, pois para os cargos disponíveis na Ilha não exige-se mais do que o ensino médio. Porém, não

há cursos profissionalizantes ligados à atividade turística, e muito menos formação superior nessa área, sendo o mais próximo em Curitiba, inviável para a grande maioria dos moradores.

FIGURA 13 – Jovem nativo trabalhando como carregador (Ilha do Mel – PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Atualmente é ministrado um curso de espanhol na Vila de Encantadas, e um de inglês na Vila do Farol, que, segundo visitantes e comerciantes, vem suprimir uma deficiência, já que é considerável o fluxo de turistas estrangeiros.

Foram mencionados cursos relâmpago, ministrados esporadicamente pelo SENAC e SENAÉ, e voltados para preparação de alimentos e atendimento ao público. Porém, esse tipo de curso capacita as pessoas para trabalhar em cargos subalternos (como garçons, cozinheiros e atendentes); geralmente são freqüentados por pessoas que já estão empregadas, para aprimorar suas funções, e não provêm uma qualificação melhor, que os permitiria procurar melhores empregos. Para a professora, o interessante seriam cursos profissionalizantes de maior duração e que permitissem maior grau de qualificação.

Quanto às perspectivas presentes e futuras, as professoras não têm conhecimento de qualquer iniciativa que melhore a capacitação para o mercado de trabalho dos moradores locais (figura 13).

Um indicador do resultado da deficiência do ensino formal na Ilha é o grau de escolaridade dos entrevistados. Entre os comerciantes, há uma clara diferença com relação à procedência. No grupo de nativos, 53% só estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, e 23% completaram o ensino fundamental. Apenas um comerciante nativo terminou o ensino médio, e nenhum estudou mais que isso (tabela 35).

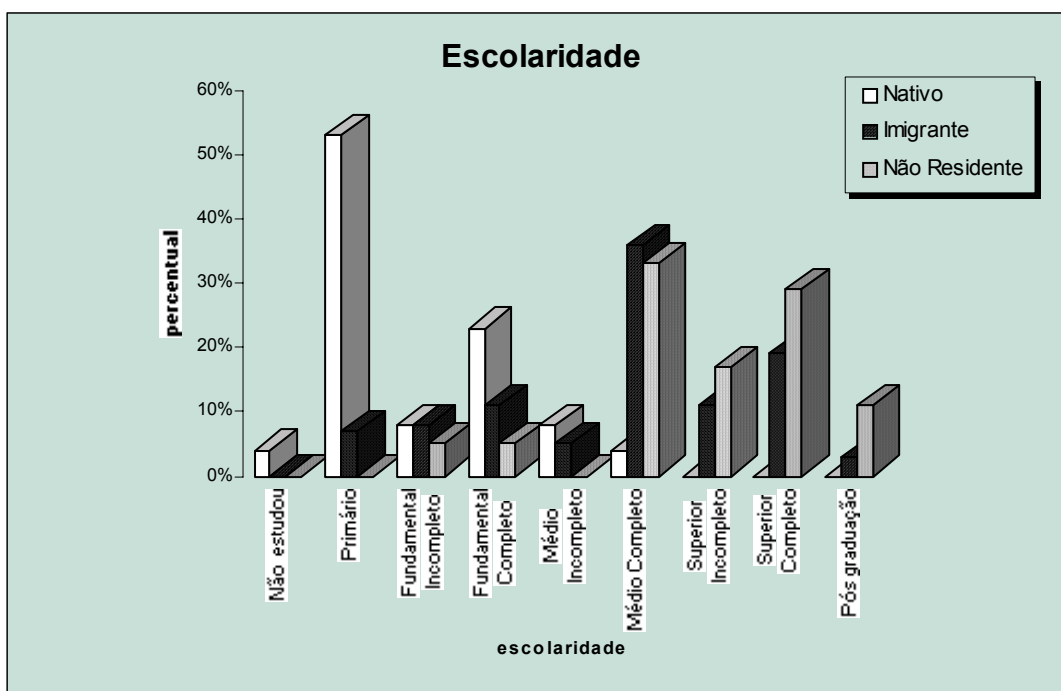
TABELA 35 – Grau de escolaridade dos grupos de comerciantes na Ilha do Mel – 2004.

Escolaridade		Procedência		
		Nativo	Imigrante	Não Residente
Não estudou		1	0	0
		4%	-	-
Primário (1ª a 4ª série)		14	4	0
		53%	7%	-
Fundamental	Incompleto	2	5	1
		8%	8%	5%
	Completo	6	7	1
		23%	11%	5%
Médio	Incompleto	2	3	0
		8%	5%	-
	Completo	1	22	6
		4%	36%	33%
Superior	Incompleto	0	7	3
		-	11%	17%
	Completo	0	12	5
		-	19%	29%
Pós graduação		0	2	2
		-	3%	11%
Total		26	62	18
		100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Entre os imigrantes, a maioria (36%) completou o ensino médio, e 19% têm grau superior. Já os não residentes são o grupo que apresentou maior grau de escolaridade: 29% terminaram a faculdade, e 33% têm o ensino médio completo (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - Grau de escolaridade dos grupos de comerciantes na Ilha do Mel – 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

8.3.3 Nível de homogeneidade social

Utilizamos como indicador da homogeneidade social o número de responsáveis pelos domicílios em cada faixa de renda. Comparamos esses dados com os do Estado do Paraná, e com três outras cidades do litoral (tabela 36). De acordo com PIERRI (2003), Paranaguá é a cidade da região na melhor situação em termos de renda nominal do chefe de domicílio, onde se constata os menores percentuais de chefes que recebem menos de 2 SM¹⁰ (34%, em média), e os maiores percentuais que recebem mais de 10 SM (8%, em média). O município de Morretes se encontra em uma situação intermediária, onde 49,6 % dos chefes recebem menos de 2 SM, e cerca de 6% recebem mais de 10 SM, e Guaraqueçaba é o município onde encontramos os piores índices, pois 70,6% recebem menos de 2 SM, e apenas 1,1% recebe mais de 10 SM. A Ilha do Mel encontra-se entre os dois últimos casos, não tão mal quanto Guaraqueçaba, mas um pouco abaixo de Morretes, e com índices piores do que os do município ao qual pertence.

¹⁰ O SM na época em que foi realizado o censo do IBGE era de R\$ 151,00

No total são considerados 206 chefes de família, dos quais quase 55% recebem menos de 2 SM. Porém, 3,4% recebem mais de 20 SM, índice igual à média estadual, e que mostra uma grande desigualdade socioeconômica, condizente com o quadro geral da região.

TABELA 36 – Rendimento nominal mensal dos chefes de domicílios particulares permanentes (2000).

	RENDIMENTO NOMINAL MENSAL (SM) (*)							Sem/rend (**)
	Até 1	1-2	2-3	3-5	5-10	10-20	+20	
PARANÁ ¹	19,6	22,3	13,2	15,1	13,8	6,2	3,4	6,4
Paranaguá ¹	13,0	19,7	13,8	19,5	18,3	6,5	2,9	6,2
Guaraqueçaba ¹	48,2	22,4	7,3	7,6	4,7	0,7	0,4	8,7
Morretes ¹	23,7	25,9	11,4	13,9	11,1	4,2	1,5	8,4
Ilha do Mel ²	27,2	27,7	8,7	10,2	8,2	1,9	3,4	12,6

Fonte: (1) PIERRI, no prelo. (2) IBGE, Censo 2000.

NOTA: (*) O valor do Salário Mínimo (SM) considerado é de R\$ 151,00.

(**) A categoria “Sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente em benefícios.

8.3.4 Acesso à saúde

Na Ilha do Mel há dois postos de saúde: a Unidade de Saúde Ana das Neves, funcionando há nove anos na Vila de Encantadas, e a Unidade Nova Brasília, próxima ao trapiche, e que existe há mais de 20 anos (figura 14). Ambos são administrados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, e recebem auxílio financeiro das multas aplicadas no Juizado de Pequenas Causas. O primeiro conta atualmente com três médicos (quadro 7).

Em Nova Brasília, são dois médicos, e durante a temporada há mais um médico, que realiza plantão nos finais de semana. O período de funcionamento fora de temporada é de segunda a sexta feira.

Os medicamentos são fornecidos gratuitamente pela Prefeitura de Paranaguá e, segundo as atendentes, são suficientes para aquilo que os médicos receitam. Porém, medicamentos mais simples, que não precisam de receita médica, não estão disponíveis em quantidade suficiente, e não existe uma farmácia na Ilha. As auxiliares de enfermagem relatam reclamações de turistas que não vêm preparados, e esperam encontrar esses medicamentos nos postos.

QUADRO 7 – Especialidades médicas e freqüência de atendimento nas unidades de saúde da Ilha do Mel (2004).

Local de atendimento	Especialidade	Freqüência do atendimento
Encantadas	Ginecologista-obstetra	Uma vez por semana
	Clínico geral e pediatra	Três vezes por semana
	Odontologista	Uma vez por semana
	Clínico Geral	Plantão finais de semana na temporada
Nova Brasília	Ginecologista-obstetra	Uma vez por semana
	Clínico geral e pediatra	Três vezes por semana
	Clínico Geral	Plantão finais de semana na temporada

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

O atendimento realizado nas unidades de saúde é ambulatorial, e exames e outras especialidades são encaminhadas para Paranaguá. Em casos de emergência, os postos prestam apenas os primeiros atendimentos, mas não há médicos e nem materiais disponíveis. As unidades não possuem voadeiras para encaminhar esses casos à Paranaguá, e o transporte é feito pela polícia militar ou por moradores da Ilha. Os pacientes são levados até Pontal do Paraná, mas sem certeza de atendimento, posto que algumas vezes os pacientes são recusados. Em Paranaguá, são encaminhados para a Santa Casa.

Procurou-se levantar os problemas de saúde mais freqüentes, diferenciando aquelas da população permanente e dos turistas:

- População permanente: alcoolismo (que está relacionado com problemas de circulação e diabetes) hipertensão, infecções no estômago, vermes, gripe e problemas respiratórios; acidentes em esportes (no futebol).

- Turistas e veranistas: excesso de ingestão de álcool, bichos de pé e geográfico, alergias alimentares e à picada de insetos, insolações; acidentes em esportes e por andar nas pedras (cortes nos pés, por exemplo), poucos casos de ferimentos em brigas.

Para ambos são comuns, na temporada de verão, casos de diarreia devido à contaminação da água. Na pesquisa de campo, foi comentado que, quando realizados exames de fezes, constatou-se a presença de vermes em grande parte dos moradores, mas ao invés de serem receitados vermífugos, deveria ser realizada ação profilática, melhorando a qualidade da água da rede de abastecimento e informando aos moradores sobre a contaminação da água de poço.

Outro problema de saúde relatado é o uso de drogas ilícitas, mas ele não necessariamente reflete em ocorrências médicas, pois não foram registrados até hoje casos de overdose, por exemplo, nos quais seria necessário realizar um atendimento médico. No caso

das drogas lícitas, foi mencionado o descaso alguns moradores com a própria saúde e a dos filhos, muitas vezes relacionado ao alcoolismo.

FIGURA 14 – Unidade de saúde Nova Brasília (Ilha do Mel – PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Às entrevistadas foi perguntado quais as maiores carências e dificuldades encontradas em relação ao atendimento médico e saúde na Ilha do Mel. Em Encantadas, foi relatada a falta de manutenção da estrutura física do posto; a falta da coleta de lixo hospitalar, que muitas vezes vai para o depósito comum; a falta de um médico permanente, pois nenhum daqueles que prestam atendimento residem na Ilha; e a já mencionada falta de um transporte para os pacientes da emergência chegarem ao continente. Na opinião da entrevistada, não há perspectivas de solução para nenhum desses problemas.

Na Unidade Nova Brasília, os problemas de infra-estrutura deverão ser sanados quando do término da construção da nova unidade; quanto à falta de pessoal, há a perspectiva da vinda de um odontologista (hoje os pacientes vão até Encantadas para serem atendidos), mas o problema geral de pessoal dificilmente será resolvido.

Sendo assim, podemos dividir os problemas da saúde na Ilha do Mel entre:

- Problemas decorrentes do álcool e das drogas, cujas conseqüências (e senão a origem) são, além da saúde, sociais;

- Problemas como vermes e diarreia, e decorrências de má alimentação, que poderiam ser solucionados através da providência de serviços básicos, como abastecimento de água potável e programas de informação e educação da população;

- Problemas em relação à falta de infra-estrutura e pessoal, os únicos para os quais há uma perspectiva de solução parcial.

8.3.5 Segurança

FIGURA 15 – Posto policial Nova Brasília (Ilha do Mel – PR) 2004



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Na Ilha do Mel há dois postos do Batalhão de Polícia Florestal da Polícia Militar (BPFlo), um na Vila do Farol (figura 15) e outro na Vila de Encantadas, além do centro de visitação da Estação Ecológica Ilha do Mel, localizado na Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres. Durante a temporada de verão, os dois primeiros contam com um contingente de aproximadamente 8 guardas por posto e três na Fortaleza. No resto do ano, ficam no mínimo

três guardas em cada posto, menos no centro de visitação da Fortaleza, que é desativado nesse período.

Na pesquisa de campo, os guardas declararam que o maior número de ocorrências no período de verão é devido à apreensão de drogas, que diminui bastante no resto do ano. Outras ocorrências mencionadas foram as discussões entre vizinhos, brigas matrimoniais e poucos casos de furto e crimes ambientais. Como o BPFlo atua na parte de fiscalização ambiental, um tipo de ocorrência comum são as notificações devidas à obras irregulares e construções sem a autorização do órgão ambiental.

8.3.6 Disponibilidade de oferta educação

Foram realizadas entrevistas a professoras das duas escolas da Ilha do Mel: Escola Rural Municipal Teodoro Valentin, na Vila de Encantadas; e Escola Rural Municipal de Nova Brasília e Escola Estadual Luciana Melo e Silva, ambas em Nova Brasília.

Na escola de Encantadas, é ministrado apenas o ensino primário (1^a a 4^a séries do ensino fundamental), para 48 alunos em idade escolar, além de uma classe de alfabetização de adultos no período noturno, quatro dias na semana, com cerca de 20 alunos. A escola possui duas professoras (quadro 8). Para cada série há uma classe; a 1^a e 2^a séries são ministradas separadamente, enquanto a 3^a e 4^a são juntas, devido ao número reduzido de alunos (15 no total), o que na opinião da professora não representa um grande problema.

Na Escola Rural Municipal Nova Brasília, vinculada à Prefeitura de Paranaguá, também eram ministradas apenas da 1^a a 4^a séries, até o ano de 2003, com 60 alunos. A partir de 2004 foram incluídas a 5^a e 6^a séries do ensino fundamental, com 20 alunos. Para isso foi criada uma nova escola, a encargo do governo estadual. Está prevista a implantação da 7^a e 8^a séries nos próximos dois anos, completando o ensino fundamental na Ilha. As classes de alfabetização de adultos são realizadas no Telecentro. A escola conta com 7 professores (quadro 8).

Para cada série há uma classe, e alunos de 2^a, 3^a e 4^a série assistem aula juntos, o que, na opinião da professora, prejudica muito o aproveitamento dos alunos.

Foi questionado às professoras as maiores dificuldades para desenvolver a atividade educativa escolar na Ilha do Mel, e se haviam perspectivas concretas de solução.

Para a professora de Encantadas, falta material, principalmente para práticas esportivas (quadra de esportes, bolas, etc) e pessoal, como um professor de educação física, orientadores

e psicólogos. Por se tratar de uma escola rural, esse tipo de profissional fica na sede do município, em Paranaguá, visitam a Ilha esporadicamente e não ajudam a resolver os problemas disciplinares dos alunos, que deveria ser a sua função. Na opinião da professora esses profissionais deveriam estar presentes na escola permanentemente.

QUADRO 8 – Formação professores e disciplinas ministradas nas escolas da Ilha do Mel (PR) 2004.

Localidade	Grau de ensino	Formação	Aulas ministradas
Encantadas	1ª a 4ª série	1 Graduada em História	Geral
		1 Pós-graduado em Educação	Geral
Nova Brasília	1ª a 4ª série	2 formados em Magistério	Geral
	5ª e 6ª série	1 Graduada em Biologia	Ciências
		1 Graduada em Administração	História
		1 Graduado em Ciências Naturais	Matemática
		1 Graduada em História	Geografia
		1 Graduada em Pedagogia	Português

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Outro problema comentado foi a falta de creches, pois as mães que não tem com quem deixar seus filhos e nem podem pagar, não trabalham. Por enquanto, não há perspectiva de solução desses problemas.

Em Nova Brasília, a falta de pessoal também foi motivo de queixas. Segundo a professora, a qualidade do ensino não é satisfatória; os alunos que saem da 4ª série da Ilha têm muitas dificuldades de aprendizado em Pontal do Sul, e quase todos os alunos da 5ª e 6ª séries vieram reprovados de Pontal. A causa das repetências é principalmente a falta de uma pré-escola, pois os alunos chegam na primeira série sem conhecer o alfabeto, e muitas vezes sem saber ao menos pegar em um lápis. O fato de as turmas serem juntas também prejudica o aprendizado.

Desses, o problema do ensino pré-escolar poderia ser solucionado, mas segundo a professora, “a Prefeitura de Paranaguá está enrolando há três anos”. E quanto às classes juntas, se espera que na nova sede que está sendo construída haverá espaço físico suficiente, e duas novas professoras para o ensino primário.

Não há previsão para a implantação do ensino médio na Ilha, e como apenas o 3º ano é ministrado de noite, muitos alunos não chegam a terminar o ensino médio. Além disso, uma das professoras comenta que os alunos da Ilha que estudam em Pontal do Sul sofrem discriminação por estarem “roubando” vagas de moradores de Pontal.

Quando perguntadas as expectativas dos jovens, na Ilha, essas se concentram no tipo de trabalho ofertado: garçom, atendente e barqueiro. Alguns poucos possuem condições de continuar seus estudos em Paranaguá, ou de mudar-se para lá e conseguir algum emprego.

8.3.7 Acesso a informação e cultura

Na Ilha do Mel, assim como na maior parte do Brasil, o meio habitual de se informar do que acontece no país e no mundo é a televisão. Os jornais são privilégio de assinantes, mas existe um periódico local, de frequência mensal.

Recentemente foi estabelecido um convênio com a Celepar, e foram implantados dois Telecentros, com computadores e acesso à internet. Um deles está na Vila de Encantadas, cujos computadores foram doados por uma moradora, e que funciona junto com a biblioteca, e um na Associação dos Nativos da Ilha do Mel, com sede na Vila do Farol. Esse meio de comunicação tem despertado a curiosidade de vários moradores, e tem se tornado cada vez mais popular. Todos os moradores podem ter acesso à internet nos Telecentros, e na Associação com sede na Vila do Farol os usuários que não são moradores pagam uma taxa para a manutenção do centro.

Atualmente há uma biblioteca em Encantadas, montada pela Associação dos Moradores de Encantadas e pelo grupo EMILHA a partir de doações de particulares, e uma funcionária é mantida pela Associação. A biblioteca de Nova Brasília está provisoriamente na unidade de saúde, enquanto a escola é reformada, e dispõe de poucos títulos, mas as professoras pretendem reativá-la quando a nova sede da escola estiver pronta e realizar uma campanha de doações de livros.

Não existem na Ilha cinemas ou locadoras de vídeo; há apenas um grupo de teatro infanto-juvenil, e eventualmente são ministradas aulas de instrumentos musicais. A produção cultural local é escassa, havendo notícia de apenas uma pintora e um artesão, os quais já fizeram exposições culturais, mas esse tipo de evento não é muito freqüente. Há também uma banda local de forró, bastante popular.

8.3.8 Lazer

Na Ilha do Mel encontramos atividades de lazer características dos moradores, e outras realizadas em função do turismo. O esporte mais praticado é o futebol, tanto por homens

quanto pelas mulheres. São organizados campeonatos entre as vilas, e também com outras comunidades próximas. Ao longo do ano há campeonatos de surf, dos quais muitos jovens moradores também participam, mas os de asadelta e parapente são quase exclusivamente de turistas, pois são necessários equipamentos caros e treinamento específico para participar.

As festas religiosas reúnem a comunidade, assim como a festa junina e os bingos da igreja católica, e há também as festas do calendário turístico, como a Mariscada e a Festa da Tainha, das quais os moradores participam em peso.

O forró acontece aos finais de semana, e todos os entrevistados o mencionaram como a principal diversão dos moradores.

8.3.9 Manutenção da cultura própria

É reconhecido que os impactos sociais do turismo podem ser profundos sobre as comunidades locais. As mudanças físicas afetam o estilo de vida dessas populações, enquanto o contato com o turista (do qual não se espera que tente se integrar com a comunidade local) pode ter uma influência enorme sobre a sociedade inteira, já que eles interagem em uma ampla variedade de situações. Oportunidades de emprego e geração de renda são sempre bem-vindas, mas há de se pensar nas conseqüências, muitas vezes irreversíveis (SIMPSON & WALL, 2002).

Para muitos dos entrevistados, a Ilha do Mel vem sofrendo um processo de perda da sua cultura própria. Essa afirmação também foi encontrada em praticamente todos os trabalhos consultados (KRAEMER, 1985; FRANK *et al.*, 1991; ATHAYDE & TOMAZ, 1995; TOMAZ, 1996; AGUIRRE, 1996; REICHMANN NETO, 1999; NIEFER, 2002)

Antigamente os moradores viviam como muitas outras comunidades da Baía de Paranaguá, sobrevivendo da pesca e da agricultura de subsistência. Os nativos já tinham contato com pessoas de fora da Ilha há muito tempo, antes com a construção da Fortaleza e do Farol, e conviviam parte do ano com turistas, que no começo do século passavam suas férias lá, e para os quais realizavam serviços e vendiam o excedente da pesca.

Esse impacto passou a ser maior com o aumento do fluxo de turistas no final da década de 1970, e com o estabelecimento de pessoas de fora da Ilha. A atividade turística criou outras oportunidades e oferta de empregos, e a convivência com pessoas diferentes mudou hábitos e valores. A situação se intensificou com o estabelecimento de pessoas de fora,

com modos de vida característicos da sociedade urbana, o que levou a um aumento na dependência de bens de consumo industriais.

Muitos jovens passaram a rejeitar o modo de vida de antigamente, e foi comentada durante as entrevistas a percepção do sentimento de vergonha de muitos nativos de mostrar parte de sua cultura para o turista, por achar uma coisa feia estar fora dos padrões sócio-culturais dos visitantes.

Dos costumes mais antigos, permanecem as festas religiosas, como a de Nossa Senhora de Fátima, em outubro, a de Bom Jesus, em agosto, a de São Pedro e da Nossa Senhora dos Navegantes. Também o forró ainda é muito popular, mas diferente de como era antigamente, quando a luz vinha de lampiões e os moradores andavam longos trajeto no escuro para participar. O Fandango ainda é uma tradição em poucas localidades da Baía, mas na Ilha ele foi perdido e hoje não se consegue juntar os músicos ou pessoas para bailar.

Atualmente as religiões mais presentes na Ilha são a católica e a evangélica, mas até a data das entrevistas não havia um padre ou pastor que lá residisse. Muitas vezes, as religiões podem ter influência negativa sobre elementos da cultura local, proibindo alguma prática considerada ofensiva à crença. Porém, de acordo com vários entrevistados, na Ilha as igrejas não podem proibir os moradores de participar do forró, por exemplo, ou correm o risco de perder fiéis.

O trabalho “Ilha do Mel – Terra de Ninguém” (FRANK *et al.*, 1991) tem seu enfoque nos “elementos que intensificaram o processo de descaracterização sociológica da comunidade nativa”. Com base nesse tema, foram realizadas várias entrevistas a pessoas do Poder Público, moradores e pessoas ligadas à universidade.

Alguns moradores mais antigos da Ilha consideram o aumento do turismo uma coisa boa, pois libertou os pescadores que trabalhavam para os “coronéis”, aqueles que detinham os meios de produção (barco, redes) e monopolizavam a atividade.

Podemos perceber três tipos de solução propostas: alguns entrevistados pensam que é necessário que o nativo volte a ser o que era. Acham que assim estão tentando salvá-lo, mas ele “não quer ser salvo, (...) não quer voltar ao padrão de antigamente”. São propostas “cooperativas de pescadores ou de plantadores de mandioca”.

Para outras pessoas, seria imprescindível a inserção do nativo no mercado. Acham que o resgate da sua cultura deve ser voltado para o turismo, e se daria valor aos aspectos da cultura interessantes para o turista, com intenção de entretê-lo.

Outros partem do princípio de que a cultura é dinâmica, muda ao longo do tempo e a partir do contato com outras culturas. Sabem que não é possível o nativo voltar ao passado, mas pode-se tentar resgatar festas e tradições, mostrando que a sua cultura tem valor. Apesar da incorporação de valores de outra sociedade eles ainda têm uma lógica própria, que deve ser respeitada. Para isso, devem ter garantida sua participação nos planos que dizem respeito à sua realidade.

Por fim, várias das opiniões externadas mostram uma visão superficial da questão; geralmente a conclusão é de que não se sabe o que o ilhéu quer, e alguns acham que nem ele sabe.

8.3.10 Participação social/política

Procurou-se conhecer as associações da Ilha do Mel: como foram formadas, quem são seus associados, se há reuniões para que os associados possam expressar seus interesses, se eles se sentem realmente representados e quais os meios através dos quais a associação procura defendê-los. Também entrevistou-se dois membros do Conselho Gestor da Ilha do Mel. Primeiro será comentado a respeito de cada associação entrevistada, e depois, sobre as respostas dos comerciantes com relação às associações.

8.3.10.1 Descrição das associações e Conselho Gestor

Encontro de Mulheres da Ilha - EMilha

Entrevistada: Presidente da Associação.

A associação funciona há cerca de cinco anos. Segundo a presidente, o grupo é bastante conhecido pro suas ações, tanto que o nome das “EMilhas” já foi utilizado de forma indevida por alguns políticos, como propaganda.

O primeiro Encontro de Mulheres da Ilha foi em 1998, na Vila de Nova Brasília. Foram realizadas várias atividades, trocas de experiências (se uma sabe fazer um tipo de artesanato, ensinava as outras), e uma palestra com a escritora Tereza Urban. Esse encontro passou a ocorrer a cada dois ou três meses, e sempre envolvia discussões de temas ligados à qualidade de vida dos moradores da Ilha, e a idéia de formar um grupo atuante na realidade social partiu dessas discussões.

Foi criada com 78 mulheres participantes, mas agora não possui quadro de associados, pois, para a presidente, qualquer mulher que se disponha a compartilhar dos ideais do grupo pode ser da EMilha. Hoje há aproximadamente vinte membros mais ativos. As eleições se dão a cada dois anos, e é feito um revezamento das sedes da gestão, alternada entre Encantadas e a parte norte da Ilha. É realizada uma assembléia geral a cada dois anos para a eleição das chapas, mas geralmente há apenas uma chapa concorrendo. Há também algumas assembléias ordinárias, das quais participam geralmente a diretoria, o conselho deliberativo e convidados.

Na opinião da entrevistada, uma das fundadoras, as maiores conquistas do grupo são o resgate da história dos nativos e construção da noção de cidadania, a partir da consciência de responsabilidade para com o lugar onde moram. Foi estabelecida uma parceria com o Juizado de Pequenas Causas: as multas e uma parte da taxa de visitação são revertidas para a comunidade, e esse dinheiro é gerenciado pelo conjunto de associações locais (EMilha, Associações de moradores e de comerciantes). O dinheiro e a mão-de-obra das penas alternativas são utilizados nas obras comunitárias, como a construção da biblioteca, reformas na escola, posto policial e unidade de saúde, que seriam responsabilidade do Poder Público, mas ele repassa para as associações. As formas de fazer reivindicações passam pelo encaminhamento de ofícios para a Prefeitura de Paranaguá, utilizam meios de comunicação como o jornal local, e mandam mensagens de e-mail (correio eletrônico) aos representantes do Poder Público, como o fizeram as crianças da localidade, reclamando uma escola de 5^a a 8^a série.

O grupo também teve a iniciativa de realizar um resgate da história da Ilha, e colocaram na escola, posto de saúde e biblioteca, nomes de moradores. O nome do posto de saúde, por exemplo, é de uma antiga parteira da Ilha (Ana das Neves). O nome da biblioteca é “Vô Lavinio”, que segundo as entrevistadas era um contador de histórias da Ilha, uma biblioteca viva.

O grupo tem um estatuto desde 1999. No ano de 2000 algumas das participantes da EMilha formaram uma chapa para disputar a Associação de Moradores de Encantadas, com a proposta de reorganizá-la, e estão iniciando a terceira gestão. Porém, o direcionamento dos esforços para a Associação de Moradores acabou enfraquecendo a EMilha, que a presidente está procurando retomar.

Associação de Moradores de Encantadas (AME)

Entrevistada: Presidente da Associação.

A Associação foi criada em 1984 para representar os interesses dos moradores, e possui de 40 a 50 associados. Eleições ocorrem a cada 2 anos, e ultimamente há dois grupos que disputam a direção da Associação, sendo uma delas a formada por integrantes da EMilha. São realizadas Assembléias Gerais todo ano, e a direção se reúne mensalmente, das quais participam cerca de 50 pessoas, integrantes das três associações atuantes na Vila de Encantadas.

As reivindicações são encaminhadas através de ofícios para o Poder Público, ou de visitas à Prefeitura de Paranaguá. A Associação tem um representante no Conselho Gestor da Ilha do Mel, e eles recebem o apoio de um vereador. Na opinião da presidente, as maiores conquistas da Associação foram a construção da biblioteca, e as reformas e ampliações na escola e no posto de saúde. Durante a temporada de verão uma parte da sede é alugada para o IAP, e funciona como posto de informações turísticas.

Associação dos Nativos da Ilha do Mel – Praia Grande a Ponta Oeste

Entrevistado: Presidente da Associação

A Associação foi criada há 12 anos. Não são cobradas taxas dos associados, e teoricamente todos os moradores são sócios, mas nem todos os entrevistados da região declararam fazer parte da Associação. As eleições são realizadas a cada 3 anos, e a diretoria é bastante disputada – duas ou três chapas concorrem, geralmente de alguns grupos já constituídos, com interesses diferentes. Para os cargos da diretoria somente podem ser eleitos nativos. Os migrantes podem votar depois de dois ou três anos residindo na Ilha.

As reuniões não têm periodicidade definida, e participam de 20 a 30 pessoas. Ultimamente as discussões têm girado em torno da formulação de projetos para a verba disponibilizada pelo Juizado de Pequenas Causas.

As questões debatidas são levadas primeiramente ao Conselho Gestor, mas para exercer pressão também são utilizados e-mails e ofícios para o Poder Público. Na opinião do presidente, as maiores conquistas da gestão foram a sede da Associação (figura 16), aulas de inglês para os moradores e o Telecentro, resultado de uma parceria entre a Celepar, que proveu o acesso à internet, e um grupo privado que disponibilizou os computadores.

FIGURA 16 – Sede da Associação dos Nativos da Ilha do Mel (PR) 2004.



Fonte: Pesquisa de campo (2004)

Associação dos Comerciantes de Praia Grande a Ponta Oeste

Entrevistado: Presidente da Associação

A Associação funciona há oito anos, não é cobrada taxa alguma dos associados e, segundo o presidente, todos os comerciantes da região são associados, apesar de nem todos os entrevistados o terem afirmado. As eleições são realizadas a cada dois anos, e geralmente há uma chapa única. Dentro da mesma associação estão reunidos comerciantes, barqueiros e campings (os dois últimos possuem cooperativas), e, na opinião do entrevistado, apesar de cada grupo ter seus interesses, esses não são conflitantes.

As reuniões são realizadas de três em três meses, das quais participam mais ou menos dez pessoas, dependendo da pauta, mas, para o entrevistado, “por mais que a gente não se reúna temos a mesma posição”. Atualmente são discutidas questões de interesse da população, como o destino do lixo, saneamento básico, saúde e educação. As formas de reivindicar são através de ofícios e da ida aos órgãos governamentais.

Conselho Gestor da Ilha do Mel

Entrevistados: Presidente do Conselho e dois membros.

No Conselho Gestor são decididas as políticas públicas da Ilha. Ele foi criado pelo Decreto Estadual nº 3.502 de 1997, e sua composição é paritária, ou seja, há o mesmo número de membros representando os moradores e o Poder Público: o presidente é o representante do IAP, há mais um representante desse órgão, dois representantes da Prefeitura de Paranaguá, residentes na Ilha, um representante da Secretaria Estadual de Turismo, um representante do Conselho do Litoral, e seis indicados por associações de moradores, comerciantes, da Associação de Amigos da Ilha e da Associação de Barqueiros.

Por administrar a Ilha, o IAP possui o poder de veto. De acordo com um dos conselheiros, para ser válido como instância de discussão entre representantes dos atores sociais envolvidos na Ilha, procurando chegar a um consenso, o conselho deveria ser independente. Da forma como está não são tomadas decisões efetivas – são feitas sugestões que o IAP decide se acolhe ou não, de acordo com as prioridades eleitas por ele, e não necessariamente pelo conjunto da sociedade.

Segundo o presidente, ultimamente as reclamações têm sido em relação ao esgoto, aos cachorros, concessões de terreno e os imóveis irregulares na Ilha. Ele afirma haver contradições entre os interesses de moradores e comerciantes, e entre nativos e não nativos.

8.3.10.2 Participação política dos comerciantes entrevistados

Foram feitas perguntas aos entrevistados com relação à participação política e às associações. Perguntamos quais problemas o entrevistado considerava prejudicar a atividade turística na Ilha do Mel, e então se ele já havia os discutido em algum âmbito coletivo. A maior parte, 69%, declarou não externar essas questões em discussões de âmbito coletivo (tabela 37). Já 16% afirmaram fazê-lo na Associação à qual pertencem, 10% no Conselho Gestor, e 6% em outras reuniões, como aquelas do Plano de Sustentabilidade da Ilha do Mel, do Plano Diretor, no Fórum de Comerciantes e na Secretaria Estadual de Turismo.

Quando perguntados se participavam de alguma associação, 56 (53%) entrevistados responderam afirmativamente, e 50 não. Os dados divulgados por LEROY (2002) e coletados pelo IBGE revelam que em 1996, 26% das pessoas de 18 anos ou mais eram vinculadas a uma

ou mais associações, mostrando uma alta taxa de associativismo no universo amostrado para o presente trabalho.

TABELA 37 – Em qual âmbito coletivo o comerciante discute os problemas da Ilha do Mel (PR) 2004.

Onde discute problemas	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não leva a âmbito coletivo	73	69%
Na associação à qual pertence	17	16%
No Conselho gestor	10	9%
Outro	6	6%
Total	106	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

As que possuem maior número de comerciantes associados são as de moradores, seguidas pelas de comerciantes (tabela 38). Cerca de 13% dos entrevistados pertencem à Cooperativa dos Campings da Ilha do Mel (Coocamel). Aparentemente, é pequena a proporção dos comerciantes que declararam pertencer às associações de comerciantes, assim como de proprietários de camping à cooperativa (apenas 13 dos 35 campings entrevistados).

TABELA 38 – Associação da qual o comerciante participa (Ilha do Mel – PR) 2004.

Associação à qual pertence	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Moradores	31	29%
Comerciantes	21	20%
Coocamel	13	12%
EMilha	5	5%
Prai(a)mel	4	4%
Sociedade Esportiva	3	3%
Barqueiros	2	2%
Amigos da Ilha	1	1%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Cada entrevistado poderia citar mais de uma associação.

Para os associados, foi perguntado se consideravam que a associação havia conseguido alguma melhora para a comunidade. Desses, 52% responderam que sim, e citaram melhoras na educação, saúde, a criação dos telecentros e a conscientização dos moradores (tabela 39). Alguns acham que não houve melhoras por falta de apoio do Poder Público (11%), e um entrevistado citou especificamente o empecilho do IAP. Dezesseis por cento acham que as associações não contribuem para a comunidade, 7% acham que as diretorias defendem apenas os próprios interesses, e 5% pensam haver muita desunião entre seus membros.

TABELA 39 – A associação à qual pertence conseguiu alguma melhora para a comunidade? (Ilha do Mel – PR) 2004.

Melhoras para a comunidade	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Sim	29	52%
Poder público não ajuda	6	11%
Não, IAP não deixa	1	2%
Não	9	16%
Defendem interesses pessoais	4	7%
Desunião	3	5%
Não sabe/ não respondeu	4	7%
Total	56	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: *Percentuais em relação ao total de pessoas associadas.

Foi perguntado para os entrevistados que declararam não participar de associações o por quê (tabela 40). Desses, 30% pensam que elas não funcionam, 34% não deram nenhum motivo especial, 14% acham que as diretorias defendem interesses pessoais, 14% alegaram não ter tempo, e 8% deram outros motivos, como não haver sido convidada e não ser nativa (o nome de uma das associações de moradores é “Associação dos Nativos”).

TABELA 40 – Motivo alegado para não participar de nenhuma associação (Ilha do Mel – PR) 2004.

Motivo de não participar	Frequência absoluta	Frequência relativa*
Não funcionam	15	30%
Defendem interesses pessoais	7	14%
Falta de tempo	7	14%
Outro	4	8%
Sem motivo especial	17	34%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2004).

Nota: * Percentual relativo ao total de entrevistados que não participam de associações.

IX ANÁLISE GERAL E CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

Nesse item serão analisados os resultados acima apresentados, procurando diferenciar os pontos positivos e negativos encontrados de cada indicador em relação à sustentabilidade do aspecto ao qual se refere (ecológico, econômico ou social) e aos dois aspectos restantes.

9.1.1 Análise da sustentabilidade ecológica

QUADRO 9 – Elementos dos indicadores que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade ecológica na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Volume e destino do esgoto	Substituição de fossa rudimentar por fossa séptica nas duas últimas décadas	Inadequação do sistema atual favorece a contaminação dos recursos hídricos
Disponibilidade e Qualidade da água potável		- Baixa disponibilidade - Contaminação de parte dos recursos hídricos.
Qualidade da água do mar	Qualidade dentro dos padrões estabelecidos pela legislação nas praias de circulação aberta, na maior parte da temporada	Contaminação na Prainha de Encantadas, agravada nos picos de visitação.
Destino dos resíduos sólidos	Serviço de coleta eficiente na temporada de verão	A conscientização do usuário, e a eficiência do sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos estão aquém do necessário. Podem resultar na contaminação dos recursos hídricos e proliferação de vetores de doenças.
Áreas de preservação	Preservação de grande parte de cobertura vegetal e baixa exploração direta dos recursos naturais.	Pressão sobre áreas de preservação por expansão das áreas de ocupação; já há ocupações irregulares nessas áreas. A falta de envolvimento da comunidade com as áreas de preservação pode gerar uma situação insustentável no futuro.

QUADRO 10 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade ecológica que favorecem ou prejudicam o aspecto econômico na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Qualidade da água potável e da água do mar, e destino dos resíduos sólidos		A indisponibilidade da água potável, sua contaminação (que pode vir a causar doenças), e a falta de limpeza do lugar prejudicam a imagem do local para os visitantes.
Áreas de preservação	Manutenção dos atrativos naturais que favorecem a atividade turística.	Limitante da expansão turística e de novos investimentos.

QUADRO 11 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade ecológica que favorecem ou prejudicam o aspecto social na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Qualidade da água potável e da água do mar, e destino dos resíduos sólidos	- Resíduos sólidos são fonte de renda para parte dos moradores, que poderia ser melhor explorada.	- A indisponibilidade e a falta de cuidados preventivos com a água causa doenças nos moradores, assim como a poluição gerada pelos resíduos sólidos. - Prejudica o turismo, principal fonte de renda da população.
Áreas de proteção	- A cobertura vegetal representa proteção dos moradores contra a erosão e as mudanças ambientais que seriam consequência da sua retirada. - Manutenção dos atrativos naturais que favorece o turismo, principal fonte de renda da população.	- Conflitos devidos à concessão de lotes para os filhos de nativos. - Limitante da expansão turística e de novos investimentos, que gerariam mais empregos para população local.

São direitos humanos básicos ter acesso à distribuição de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário, incluindo o tratamento dos dejetos, cuja falta, além de prejudicar nossa qualidade de vida pode causar danos ambientais. Também são direitos humanos, o direito a usufruir de espaços verdes, do silêncio e de nos relacionarmos com a diversidade de fauna e flora existentes (LEROY *et al.*, 2002).

A primeira vista, a natureza na Ilha do Mel está relativamente bem conservada, visto que a maior parte da cobertura vegetal foi mantida, apesar da rápida intensificação do uso turístico. Porém, isso se dá principalmente por a população permanente não depender dos recursos naturais para sua subsistência, fazendo com que a exploração direta desses recursos naturais não seja intensiva, e pelos turistas não verem nelas lugares interessantes para atividades de lazer.

Atualmente, o problema causado pela ocupação humana que pode trazer os maiores prejuízos para o ambiente é a contaminação da água, devido à inadequação do sistema de esgoto, e, em menor escala, ao destino dos resíduos sólidos. Esse é o problema que mais chama a atenção, pois, além das consequências para o ambiente, existem aquelas ligadas à saúde do homem e a afetação da imagem da Ilha como destino turístico. Porém, para a solução desse problema seria suficiente a instalação de um sistema eficiente de tratamento e coleta de esgoto, e já existe uma pressão da sociedade nesse sentido.

Outra possível consequência da ação humana que traria prejuízos para o ambiente seria o desmatamento, resultado do aumento da área ocupada, principalmente sobre as áreas protegidas, visto que as zonas não protegidas já se encontram praticamente saturadas. Aparentemente, o atual Governo está sendo rigoroso quanto a limitar essa expansão, indo mesmo no sentido de reduzir a ocupação. Porém, governos com critérios distintos podem

implicar (como já implicaram) em mudanças das políticas, tendendo ora para o desenvolvimento do turismo massivo, ora para a preservação da natureza.

Entende-se como necessária uma solução que garanta a sustentabilidade desse aspecto a médio/longo prazo. Por um lado, a sociedade em geral mostrou interesse na preservação da Ilha do Mel, e dessa maneira o Poder Público criou as áreas de preservação. Por outro, os moradores não estão envolvidos na proteção dessas áreas, e não há iniciativas que procurem comprometê-los nesse sentido. Para aqueles que desejam a abertura de novos loteamentos, as unidades de conservação não são mais do que empecilhos aos seus interesses.

Dessa forma, vemos que, apesar de a natureza na Ilha estar aparentemente preservada, há duas ameaças à sustentabilidade ambiental: a contaminação dos recursos hídricos, cuja solução é técnica e parece caminhar na direção de uma resolução favorável; e a pressão pela ocupação, que se mostra uma ameaça real, uma vez que a sua contenção depende da posição do Governo no poder, e seria muito mais efetiva e permanente se tivesse nos próprios moradores os seus defensores, mas essa solução implicaria mudanças político-estruturais que demandariam maior vontade e esforço do Poder Público.

9.1.2 Análise da sustentabilidade econômica

QUADRO 12 – Elementos dos indicadores que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade econômica na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Demanda turística	<ul style="list-style-type: none"> - Demanda pelo menos estável, possivelmente crescente - Segmentação da demanda entre classes sociais se reparte entre as classes de comércios existentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Alta sazonalidade da demanda
Atração de investidores	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de comércios - Investidores de fora melhoraram a qualidade da oferta turística 	
Rentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade dos comércios - Existência de rentabilidade - Investimentos em melhorias - Renovação dos arrendamentos - Rendas médias satisfatórias 	
Modo de uso dos recursos naturais pelos comércios		<ul style="list-style-type: none"> - Dejetos e resíduos sem tratamento, contribuem para a contaminação do ambiente.
Estrutura da Ilha		<ul style="list-style-type: none"> - A falta de atendimento médico e os problemas de falta e contaminação de água prejudicam a imagem da Ilha como destino turístico - As taxas e os preços limitam a demanda das classes mais baixas e os comércios sustentados por ela

QUADRO 13 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade econômica que favorecem ou prejudicam o aspecto ecológico na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Demanda		Alta demanda concentrada nos meses da temporada aumenta as pressões sobre o ambiente
Atração de investidores		A imigração e a ausência do Poder Público resultam em ocupação desordenada do espaço, que aumenta o desmatamento e as pressões sobre o ambiente
Modo de uso dos recursos		O modo de uso dos recursos, em especial a geração e o tratamento dos resíduos não é sustentável ecologicamente

QUADRO 14 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade econômica que favorecem ou prejudicam o aspecto social na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Demanda	Geração de renda para os moradores	Sazonalidade é a causa do grande número de empregos temporários
Atração de investidores		Apropriação do território e do mercado pelo imigrante posterga aos nativos
Qualidade dos serviços		A qualidade mais alta dos comércios dos imigrantes dificulta muito a competitividade dos nativos

Em relação à sustentabilidade econômica, é possível perceber que, apesar da sazonalidade da demanda, os comércios têm a capacidade de se sustentar. Ou seja, há um nível de rentabilidade suficiente para que o capital se disponha a investir na atividade e que essa tenha continuidade.

Quanto ao tempo de comércio existente, partimos do pressuposto de que se um comércio está estabelecido há bastante tempo, é porque não faliu; então ele possui uma certa base de sustentação, seja a demanda mais ou menos constante, seja um bom serviço prestado. Se por acaso constatássemos que a maioria dos comércios é muito recente, poderíamos supor ou que a atividade turística na Ilha é muito recente (o que sabemos não ser verdade), ou que os comércios mais antigos faliram e novos se instalaram. Assim, percebemos que os comércios têm certa estabilidade ao longo do tempo.

Os indicadores diretamente ligados à economia mostram a atividade como saudável, o que não quer dizer que exista garantia de manter essa condição. Fatores que afetem a demanda e/ou o lucro resultante da atividade turística a poderiam questionar ou pelo menos poderiam alterar a qualidade dos serviços e mudar os agentes dominantes. Por outro lado, vimos que a atividade econômica acaba tendo reflexos negativos, tanto no aspecto ecológico quanto no social. O destino dos dejetos gerados pelos próprios comércios contribui para a

contaminação do ambiente e as modalidades de emprego e salário oferecidas não garantem a qualidade de vida da população local, caracterizando uma situação de iniquidade.

9.1.3 Análise da sustentabilidade social

QUADRO 15 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam o aspecto ecológico na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Acesso ao território	Iniciativas recentes do governo de regularizar os lotes	Pressão para a ocupação do solo e para a abertura de novos loteamentos causa desmatamento e ocupações nas áreas de preservação
Segurança		Falta de contingente do BPFlo impede fiscalização mais intensa das áreas de preservação, como no posto da Fortaleza (área mais próxima à Estação Ecológica)
Educação		Inexistência de educação ambiental e informações a respeito das áreas de preservação desfavorecem o envolvimento da população na manutenção dessas
Participação social e política		Algumas associações tiveram papel central na reivindicação e obtenção de lotes para moradores nas áreas de preservação.

QUADRO 16 – Elementos dos indicadores da sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam o aspecto econômico na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Acesso ao território		Ocupação desordenada pode prejudicar atrativos naturais da Ilha
Acesso aos benefícios da atividade turística	Baixo nível dos salários e informalidade, que evita gastos com previdência	Baixa diversidade da base de trabalho local
Capacitação para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Mão-de-obra de fora mais qualificada e exige salário menor - Moradores inaptos a inserção no mercado facilita abertura do mercados aos investidores externos (aumenta as chances de sucesso, pois a concorrência é fraca) 	Baixa qualificação da mão-de obra local
Acesso à informação e manifestações culturais / lazer		Acesso limitado à produção cultural diminui (ou limita) as opções de lazer dos turistas, assim como o pequeno número de atividades esportivas e culturais.
Manutenção da cultura própria		Cultura local também é um tipo de atrativo turístico pouco explorado
Participação social e política		A maior participação dos comerciantes nas associações e cooperativas poderia trazer benefícios a uma maior parte deles.

QUADRO 17 – Elementos dos indicadores de sustentabilidade social que favorecem ou prejudicam a sustentabilidade social na Ilha do Mel (PR) 2004.

Indicadores	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Acesso ao território		<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação do território pelos imigrantes restringiu o espaço disponível para nativos (espaço físico e social). - Ocupação desordenada resultou nas áreas de preservação, mas sem controle efetivo das áreas de ocupação
Acesso aos benefícios da atividade turística	<ul style="list-style-type: none"> - Há oferta de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> - Restrição do mercado ao turismo - Condições de emprego e salário insatisfatórios - Mão-de-obra de fora mais barata e com melhor qualificação - Nativos relegados a subempregos ou proprietários de comércios de baixos investimento e retorno
Capacitação para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos empregos exige baixa qualificação que em princípio corresponde com o nível ofertado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo grau de educação formal disponível - Poucos cursos de capacitação
Nível de homogeneidade social		<ul style="list-style-type: none"> - Desigualdade maior do que o município ao qual pertence, que em parte expressa a desigualdade entre imigrantes e nativos
Acesso à saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de novo posto de saúde em Nova Brasília 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiências de pessoal e de manutenção da infra-estrutura - Falta de prevenção - Alcoolismo e drogas ilícitas
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Baixo número de ocorrências fora da temporada 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de contingente
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da oferta, melhor em relação à situação anterior, mas insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta limitada, e com deficiências de infra-estrutura e pessoal - Falta de perspectivas para a formação profissional, principalmente em atividades ligadas ao turismo
Acesso à informação e cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso aos meios massivos de informação e a Internet - Biblioteca, ainda que com acervo limitado 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso limitado à produção cultural - Poucos artistas locais
Manutenção da cultura própria		<ul style="list-style-type: none"> - Nativos criaram maior dependência de bens de consumo, dificultando se adequar bem ao novo modo de vida - Rejeição da cultura local pelos mais jovens (sentindo-a como inferior)
Lazer		<ul style="list-style-type: none"> - Opções limitadas
Participação social e política	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de associações comunitárias, aparentemente ativas - Relativo alto grau de associativismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca participação efetiva dos associados que questiona representatividade - Falta de aplicação das decisões tomadas no Conselho Gestor e subordinação desse ao IAP

Dividiram-se os principais condicionantes da sustentabilidade social da Ilha do Mel em cinco fatores:

- A ocupação e o uso do solo, que é um problema estrutural, já que se refere à base material sobre a que se estrutura a sociedade e reflete as relações sociais existentes. Vimos que o nativo foi gradualmente cedendo o seu espaço para o imigrante, e que muitas vezes foi desfavorecido devido ao seu baixo poder aquisitivo (seja por vender seu terreno ou por não conseguir licenças para construir e reformar).

- O trabalho, principal limite à sustentabilidade da população nativa (que é a maioria), posto que, salvo exceções, esses são proprietários de comércios de baixos investimento e retorno financeiro, ou, nos empregos, são em grande parte substituídos por mão-de-obra de fora, melhor qualificada.

- O acesso aos serviços sociais, como a saúde, segurança e educação, e a outros direitos como à informação, cultura e lazer, que afetam a qualidade de vida da população em geral, acaba sendo mais restrito para os setores menos favorecidos pelo relativo encarecimento que supõe o isolamento geográfico.

- A manutenção da cultura própria refere-se à identidade da população com uma herança cultural comum, e à idéia de pertencer a um grupo com características e interesses diferenciados. Essa consciência é uma das bases para o efetivo exercício da cidadania, porque faz com que as pessoas valorizem e queiram defender sua comunidade, impulsionando sua participação política e social. Vimos que na Ilha a perda, e até mesmo a rejeição da cultura própria são um fato, o qual enfraquece a união dos moradores para fazer valer seus direitos.

- Com relação à participação da população na gestão da Ilha, essa tem sido limitada. Na administração permanente da Ilha através do Conselho Gestor, além dos possíveis limites de efetiva representatividade que os membros possam ter, no sentido de defender os interesses da população, o fato central é que as decisões tomadas se subordinam ao poder de veto do IAP. Quando são elaborados diagnósticos e planos de gestão a população tem sido consultada, mas não participa na elaboração das propostas nem compartilha a tomada de decisão. Por outro lado, mesmo que a existência de associações (de moradores, nativos e comerciantes) implique em um potencial para a participação da população, os processos decisórios vigentes limitam sua capacidade de influir nas políticas fundamentais.

Isso prejudica a sustentabilidade social do modelo atual, pois os moradores, mesmo que compreendam a quem ele beneficia e prejudica, não parecem estar aptos nem motivados a conceber e defender um modelo alternativo que contemple seus interesses.

Os primeiros três fatores acima descritos questionam fortemente a sustentabilidade social do modelo de desenvolvimento existente na Ilha, por afetar a qualidade de vida da

maioria e suportar uma importante desigualdade. Esta aparece como diferenças de condições entre os imigrantes e os nativos, onde os primeiros se apropriam da maior parte dos benefícios decorrentes das atividades econômicas em detrimento dos segundos. Porém, isto parece colocar a limitante da sustentabilidade social numa desigualdade de origem geográfica, que em si mesma não explica o que ali acontece. A desigualdade substantiva é econômica e cultural, de forma que os chamados imigrantes, em sua condição de investidores, são relativamente mais ricos e melhor preparados para se desenvolver empresarialmente, enquanto os nativos são relativamente mais pobres e menos preparados para isso, por razões históricas. Com isto, na realidade, a contradição entre imigrantes e nativos é apenas a forma em que na Ilha aparece a diferença entre classes sociais ou entre ricos e pobres.

Assim, vemos que, apesar de não chegar a extremos que questionem a sobrevivência da população, a Ilha não apresenta condições de sustentabilidade social, fundamentalmente porque o modelo atual de desenvolvimento recria a desigualdade social, não prevê mudanças significativas com relação ao trabalho e a participação da população parece insuficiente para mudar a situação.

9.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha do Mel não teve um plano de gestão definido até a sua cessão para o Estado do Paraná. O atual modelo de desenvolvimento não veio de um único plano ou proposta: a realidade presente na Ilha é o um produto histórico, resultado dos diferentes usos ao longo do tempo, dos interesses e das ações de moradores e imigrantes, das gestões do governo estadual (cada uma voltada mais para o desenvolvimento econômico ou à preservação da natureza) e da aplicação prática dos planos, que depende inclusive da continuidade da gestão do governo estadual. Através da análise dessa realidade, é possível perceber que o aspecto ambiental é aquele que mais têm indicadores muito positivos, principalmente relacionados com as áreas de preservação, mas também é aquele cujas influências negativas atingem mais fortemente os outros aspectos, devido à falta de disponibilidade e contaminação da água (quadro 18) e o que isso implica afetando a atratividade turística.

O aspecto econômico é aquele que se mostra ser mais sustentável, mas há influências negativas no aspecto social, apesar da geração de renda. O aspecto social é aquele que recebe mais influência negativa dos indicadores ecológicos e econômicos, e aquele que tem as piores respostas dos indicadores, ou seja, se trata do aspecto menos sustentável.

QUADRO 18 – Relação entre os indicadores de sustentabilidade e os componentes da sustentabilidade.

	Indicadores	Ecológico		Econômico		Social	
		+	-	+	-	+	-
E C O L Ó G I C O	Destino do esgoto	Dark Blue	Orange	White	Orange	White	Orange
	Disponibilidade e qualidade da água potável	Cyan	Orange	White	Orange	White	Orange
	Qualidade da água do mar	Blue	Yellow	Blue	Orange	Blue	Orange
	Destino dos resíduos sólidos	White	Yellow	White	Orange	Dark Blue	Orange
	Áreas de preservação	Cyan	Orange	Cyan	Yellow	Cyan	Yellow
E C O N Ô M I C O	Demanda turística	White	Yellow	Blue	Yellow	Blue	Yellow
	Atração de investidores	White	Orange	Cyan	Yellow	Blue	Orange
	Rentabilidade	White	White	Blue	White	White	White
	Modo de uso dos recursos	White	Orange	White	Orange	White	White
	Estrutura da Ilha	White	White	White	Yellow	White	Yellow
S O C I A L	Acesso ao território	Dark Blue	Orange	White	Yellow	White	Orange
	Acesso aos benefícios da atividade turística	White	White	Dark Blue	Yellow	Blue	Orange
	Capacitação para o mercado de trabalho	White	White	Blue	Yellow	Dark Blue	Orange
	Nível de homogeneidade social	White	White	White	White	White	Yellow
	Acesso à saúde	White	White	White	Yellow	Blue	Yellow
	Segurança	White	Yellow	White	Yellow	Blue	Yellow
	Educação	White	Yellow	White	White	Blue	Yellow
	Acesso à informação e cultura	White	White	White	Yellow	Blue	Yellow
	Lazer	White	White	White	Yellow	White	Yellow
	Manutenção da cultura própria	White	White	White	Yellow	White	Orange
Participação social e política	White	Yellow	White	Yellow	Dark Blue	Yellow	

Escala da intensidade dos aspectos positivos e negativos dos indicadores de sustentabilidade						
S/ relação direta	Muito positivo	Positivo	Pouco positivo	Pouco negativo	Negativo	Muito Negativo
	Cyan	Blue	Dark Blue	Yellow	Orange	Dark Orange

Comparando a realidade, sob esse ponto de vista, com os objetivos das propostas e planos que guiaram a aplicação das políticas voltadas para a Ilha do Mel ao longo do tempo, vemos que sempre houve uma oscilação entre dois extremos: de um lado, a disposição em preservar a natureza e, do outro, a vontade de favorecer o desenvolvimento do turismo de massas falsamente anunciado como ecoturismo.

Devemos levar em conta que há propostas de voltar-se as atividades econômicas da Ilha do Mel para o ecoturismo (AGUIRRE, 1996; SILVEIRA, 1999), que é definido por EMBRATUR/IBAMA (1996 *apud* SILVEIRA, 1999) como “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações locais.”

Comparado a essa definição, é possível perceber que o que ocorre na Ilha do Mel não pode ser considerado ecoturismo, mas sim turismo convencional no entorno de uma área de preservação, sem o compromisso real de preservá-la. No geral, as pressões exercidas tanto pela sazonalidade da demanda, quanto pela ocupação e uso do solo e dos recursos naturais, acabam por prejudicar o ambiente.

Da mesma forma, os benefícios dessa atividade são divididos de forma desigual, e a maioria da população é quem aparece em desvantagem. Por isso, a principal contradição não está em desenvolvimento ou preservação, mas sim em *qual desenvolvimento, e para quem*.

Assim, ao invés de ater-se a propostas específicas para cada aspecto da sustentabilidade, colocando como solução a oposição ao problema (e.g. a água está contaminada, então se proporia a implantação do saneamento básico), entende-se que seria mais interessante colocar uma orientação geral para um novo plano de desenvolvimento da Ilha do Mel.

A opção feita no presente trabalho é por considerar o bem-estar da população como o centro da sustentabilidade na Ilha do Mel. Desse ponto de vista, um modelo de desenvolvimento sustentável deveria estar centrado na qualidade de vida dessa população, havendo, em primeiro lugar, a intervenção do Estado para que os benefícios da atividade econômica sejam direcionados para ela, regulando a entrada de investidores externos, e valorizando a mão-de-obra e as iniciativas empreendedoras dos moradores. E isso não pode ser feito sem investimentos massivos na infra-estrutura social, que lhes garantam a sobrevivência, e na capacitação dos moradores, para diversificar o mercado presente e abrir novas opções de renda também dentro do turismo.

Ao mesmo tempo deve ser incentivado o amadurecimento político da população, visando a sua participação na gestão da Ilha de forma mais efetiva. Porém, de nada adianta fortalecer as instâncias de participação popular se os moradores não tiverem em mente um modelo alternativo ao atual, que contemple seus interesses e viabilize a satisfação das necessidades da maioria da população. A construção desse modelo pode se dar partindo de que os moradores entendam-se como um grupo, com interesses comuns para defender, e essa visão de grupo pode ser fortalecida com a valorização da cultura própria dos nativos. Deve estar claro que a realidade futura da Ilha e a sustentabilidade do lugar onde moram depende principalmente das suas decisões, ou seja, que eles sejam e se compreendam como donos de seus destinos.

Outro ponto a ser reforçado é que, havendo a disposição a preservar parte dos recursos naturais da Ilha, a população deveria ser envolvida nesse objetivo, sendo reforçada a importância da conservação dessas áreas, não só para os moradores da Ilha, mas também para a sociedade como um todo. O Plano de Manejo da Estação Ecológica pode funcionar como um guia, a partir do qual seria dado início a discussão com os moradores. Além disso, seria imprescindível a elaboração e colocação em prática de um Plano de Manejo do Parque Estadual, que é a área protegida cuja categoria prevê uma interação mais direta com a comunidade local e com os turistas.

Dessa forma, esperamos que os moradores da Ilha do Mel possam contribuir para a formulação das propostas que, em última instância, determinam a sua qualidade de vida, pois somente eles poderão apontar os critérios que a definem.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, L. B. L., 1996. **Plano de desenvolvimento ecoturístico da Ilha do Mel**. Monografia (Turismo), Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. 1999. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no Litoral do Paraná**. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- BRITO, M. C. W. de. 2003. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. 2 ed. Annablume: Fapesp. São Paulo, 230 p.
- BUARQUE, S. C. & SOUZA, E. M. A. de, 1995. Pobreza y medio ambiente: el caso de Brasil, *In* Hajek, Ernst (comp.), 1995. **Pobreza y medio ambiente en América Latina**, Konrad Adenauer-Stiftung A.C. CIEDLA, Buenos Aires. pp. 205-287
- CERDEIRA, P. C. R., 1989. **Projeto de limpeza, coleta, triagem e transporte do lixo da Ilha do Mel**. Curitiba, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- CERDEIRA, P. C. R., 1994. **A coleta do lixo reciclável na Ilha do Mel, litoral do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991. **Nosso Futuro Comum**, Editora Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y Desarrollo, 1993. **Río 92. Programa XXI**. Tomo II, MOPT, Madrid.
- DIAS, R., 2003. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. Ed. Atlas. São Paulo. 208 p.
- DIEGUES, A. C. 1996. **O mito moderno da natureza intocada**. Ed. HUCITEC, São Paulo
- DOUROJEANNI, M. J. & PÁDUA, M. T. J., 2001. **Biodiversidade, a hora decisiva**. Curitiba, Editora da UFPR, 308 p.
- DEPONTI, C. M., ECKERT, C., AZAMBUJA, J. L. B. de. 2002 Estratégias para construção de indicadores de sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.3, n.4.
- ESTEVEZ C. J. O., 2002. **Degradação ambiental e turismo na Vila de Encantadas (Ilha do Mel/PR): Um enfoque a partir da água**. Curitiba. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geografia. UFPR.
- ESTEVEZ, C. J. O. 2003. Degradação ambiental na Ilha do Mel – Litoral do Paraná – BR: um enfoque a partir da qualidade da água (avaliação preliminar em período de baixa temporada). **Anais – I Encontro Sul-Brasileiro de Geografia – vol. 2**, AGB Curitiba.

- FIGEIREDO J. C., 1954. **Contribuição à geografia da Ilha do Mel (Litoral do Estado do Paraná)**. Tese. Curitiba, 81 p.
- FRANK, C. A., FERRONATO, M. H., ZANIN, M., FORTUNATO, M. T. 1991. **Ilha do Mel – Terra de Ninguém**. Faculdade de Direito de Curitiba. Curitiba, PR 99p.
- HOGAN, D. J., 1993. **Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável**. Lua Nova. N°31. Ed. CEDEC, São Paulo. p. 57–77.
- KRAEMER, M. C., 1978. **Malhas da pobreza** – Exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 185 p.
- KRAEMER, M. C., 1985. **Malhas da pobreza** – Exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá. Estante Paranista, n° 22. Editora Lítero-Técnico, Curitiba, 168 p.
- LEROY, J. P., BERTUCCI, A. A., ACAELRAD, H., PÁDUA, J. A., SCHLESINGER, S., PACHECO, T. 2002. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 198 p.
- MARTINEZ, J. & ESTEVES, C. J. O. 2003. Turismo e condições de balneabilidade, no período de 1996 a 2002, na Vila de Encantadas (Ilha do Mel/PR). **Anais - I Encontro Sul-Brasileiro de Geografia – vol. 2**, AGB Curitiba.
- MARZALL, K. 1999. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 208 f.
- MONOSOWSKI, E. 1989. Políticas ambientais e Desenvolvimento no Brasil. **Cadernos Fundap**. São Paulo. Ano 9. n° 16. págs 15-24.
- MÜLLER, S. 1996. **Cómo medir la sostenibilidad? Una propuesta para el Area de la Agricultura y de los Recursos Naturales**, IICA-BMZ/GTZ, San José de Costa Rica.
- NIEFER, I. A., 2002. **Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese de doutorado. Curso de pós-graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. 182 p.
- PARANÁ a. Instituto de Terras, Cartografia e Floresta. 1986. **Coletânea de Legislação e Documentação Sobre a Ilha do Mel (1946-1985)**. Curitiba, 100 p.
- PARANÁ b. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Diagnóstico Preliminar da Situação Atual da Ilha do Mel**. Curitiba, 25 p.

- PARANÁ c. Secretaria do Estado do Meio Ambiente. 1996. **Plano de gestão da Ilha do Mel** – Relatório preliminar. Curitiba, 80 p.
- PARANÁ d. Secretaria do Estado do Meio Ambiente – Instituto Ambiental do Paraná. 1996. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Ilha do Mel**. Curitiba, 206 p.
- PIERRI, N. 2001. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. *In* PIERRI, N. & FOLADORI, G. **Sustentabilidad – Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. (orgs.). Imprenta y Editorial Baltgráfica. Montevideo, 272p.
- PIERRI, N., 2003. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: Ed. UFPR, n 8, pp. 25-41.
- PIERRI, N & CHANG, M. 2004. **As interpretações do desenvolvimento sustentável: uma questão política**, CEM-UFPR, mimeo.
- REICHMANN NETO, F., 1999. **As inter-relações da energia elétrica com aspectos de conforto e modernidade em pequenas comunidades: um estudo de caso na Ilha do Mel**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. 196 p.
- SACHS, I. 2002 **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, Rio de Janeiro: Garamond, p. 85-88.
- SILVEIRA, M. A. T., 1999. Ecoturismo na Ilha do Mel (Paraná – Brasil). *In* **Turismo e Meio Ambiente**. Fortaleza, UECE. pp. 138 – 151.
- SIMPSON, P. & WALL, G. 2002. Avaliação do impacto ambiental para o turismo: uma discussão e um exemplo indonésio. *In* PEARCE, D.& BUTLER, R. W. **Desenvolvimento em turismo – temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto. pp. 281 – 308.
- SOUZA, R. S. de, 2000. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 461 p.
- STRUMINSKI, E. 2001. **Parque Estadual do Marumbi**. Curitiba: Editora UFPR. 185 p.
- TELLES, D. H. Q., 2004. **A ocupação do solo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel: análise sobre a expansão e conflitos de uso**. Disponível em:< <http://www.cibergeo.org/agbnacional/VICBG-2004/Eixo1/e1%2009.htm>> Acesso em: 07 ago. 2004.
- TEIXEIRA, C. 2004. **A conservação em Guaraqueçaba: uma construção social**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná
- TOMAZ, L., 1996. **Representações sociais dos nativos da Ilha do Mel – PR**. Monografia, UFPR, Curitiba.

WEBER, J. 1997. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas, In: VIEIRA, P.F. & WEBER, J. **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento**, São Paulo: Cortez, p. 115-146.

ANEXOS

Anexo I – Questionário aplicado aos comerciantes imigrantes e nativos.

I. ESTABELECIMENTO E ENTREVISTADO

- 1.1 Nome do estabelecimento: _____
1.2. Tipo: () Pousada () Bar / Restaurante () Artigos em geral: (especificar): _____
() Camping () Outro (especificar): _____
1.3. Entrevistado: () Proprietário () Funcionário (função): _____ () Outro (especificar): _____

II. **SERVIÇOS OFERECIDOS**

() **Pousada**

- 2.1.1. Que quantidade de quartos e de leitos tem a pousada? Quartos: _____ Leitos (pessoas): _____
2.1.2. Qual é o preço da diária, por quarto e por pessoa? (Ver se varia segundo época do ano)

	VERÃO	INVERNO	OBSERVAÇÕES
QUARTO			
PESSOA			

- 2.1.3. Esse preço inclui ...
Café da manhã () Sim () Não
Almoço () Sim () Não
Janta () Sim () Não
2.1.4. Os quartos possuem.....
Banheiro individual () Sim () Não
Ar condicionado () Sim () Não
TV () Sim () Não
Telefone () Sim () Não

() **Camping**

- 2.2.1. Aproximadamente, qual é o tamanho do terreno deste camping? _____ m²
2.2.2. Cabem quantas barracas de 2 lugares? _____
2.2.3. O camping possui cozinha coletiva? () Sim () Não
2.2.4. Possui quantos...: Banheiros: _____ Chuveiros quentes: _____ Chuveiros frios: _____
2.2.5. Qual é o preço da diária? Por pessoa? R\$ _____

() **Bar / restaurante**

- 2.3.1. Quantas mesas de 4 lugares tem este estabelecimento? _____
2.3.2. Qual o tipo de comida que Vcs oferecem? _____

Qual o sistema? () Buffet/kg () Á la carte () Misto
2.3.3. Qual é o preço médio de uma refeição? Por pessoa: R\$ _____ Prato para 2 pessoas:
R\$ _____

() **Barracas e venda de artigos em geral (pular a Parte 3)**

- 2.4.1. Caracterização: () Barraca de lona () Loja de madeira () Loja de alvenaria
2.4.2. Que tipo de artigos vende? _____
2.4.3. Qual é o artigo mais vendido?
2.4.4. Qual é o seu preço? R\$ _____
2.4.5. Aproximadamente, quanto vende desse artigo / dia? _____
2.5. Aproximadamente, qual é o lucro médio de um empreendimento como este
numa boa temporada? _____
e numa temporada fraca? _____
N/S: _____ N/R: _____

III. CONDIÇÕES SANITÁRIAS

3. 1. Como é o esgotamento sanitário? () Fossa séptica () Fossa rudimentar () Outro: _____
3. 2. O lixo é separado em reciclável e orgânico? () Sim () Não
3. 3. Qual(is) o(s) destino(s) do lixo? () Coleta () Queima () Enterra
3. 4. Acha a coleta eficiente? () Sim () Não
3. 5. A água utilizada é da CAGEPAR? () Sim () Não
3. 6. Usa (também) água de poço? () Sim () Não
3. 7. Falta água? () Sim () Não

Se **SIM**, em que época do ano?: _____
e com que frequência: _____

IV. DEMANDA TURÍSTICA

- 4.1. O estabelecimento funciona fora de temporada? () Sim () Não () Somente Feriados
- 4.2. Quanto de sua capacidade é demandada segundo a época do ano?

	Zero	Até 25%	De 26 a 50%	De 51 a 75 %	De 75 a 99%	100%
Natal, Fim de Ano e Carnaval						
Janeiro						
Fevereiro						
Outros feriados						
Inverno						

- 4.3. Quantas pessoas trabalham aqui no total? _____ Funcionários: _____ Familiares: _____
- 4.4. Que funções desempenham?/ Moram na Ilha? São temporários ou fixos? E qual o salário, aprox.?

FUNÇÕES	FUNÇÕES (II)	MORAM ILHA	FIXO ?	SALARIO
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				

- 4.5. Este estabelecimento é propriedade do Sr. ou é arrendado? () Propriedade () Arrendado

Proprietário

- 4.6. Desde quando o Sr é proprietário deste estabelecimento? (ano) _____
- 4.7. Já estava montado ou foi o Sr. que o instalou? () Estava () Instalou
- 4.8. O Sr. ampliou a capacidade do estabelecimento? () Não () Sim, quanto? (%) _____
- 4.9. Tem planos de expandir no futuro? () Não () Sim, quanto? (%) _____

Arrendatário

- 4.6. Desde quando o Sr. arrenda este estabelecimento? _____
- 4.7. Por que período está arrendando? _____
- 4.8. Pretende arrendar novamente? () Não () Sim, quando? _____
- 4.9. Aproximadamente, quanto custa arrendar um local assim? (por mês) _____
- 4.10. Porque resolveu trabalhar na ilha? _____

- 4.11. A sua empresa resulta rentável, quanto? () Muito () Mais ou menos () Pouco () Não

4.12. O que o Sr ganha aqui, aprox., quanto representa da renda familiar **anual**? _____ %
N/S: _____ N/C: _____

4.13. O que acha que poderia ser feito para melhorar a atividade turística local?

4.14. O Sr. concorda com a restrição do nº de turistas na Ilha ? () Sim () Não

4.15. Por que? _____

4.16. O Sr. tem colocado estas questões em algum âmbito coletivo? () Não () Sim, Qual _____

4.17. O Sr. faz parte de alguma associação local (comerciantes)? () Sim () Não

4.18. Por que? _____

V.DADOS BASICOS

5.1. Sexo: () M () F 5.2. Idade: _____ anos

5.3. Onde o Sr. reside a maior parte do ano?: Local: _____ Estado: _____

5.4. Quanto tempo do ano passa aqui? _____ (dias, semanas, meses)

5.5. O Sr. possui outras fontes de renda? () Não

() Sim. **Onde?** () Na cidade em que reside () Em outra cidade

Quais? Outra empresa: (de que): _____

Emprego: (de que) _____

Aposentadoria (de que): _____

Outras: (especifique): _____

5.6. Até que série de ensino estudou?

() Analfabeto

() 1º grau

() completo

() 2º grau

() incompleto

() 3º grau (área) _____

() Pós-graduação (grau e área) _____

() Não estudou

5.7. Em qual destas faixas estaria aproximadamente a renda **mensal** média de sua família, incluindo esta atividade? N/S: _____ N/R: _____

1. Até R\$ 1.000

5. De R\$ 5.001 a 10.000

2. De R\$ 1.001 a 2.000

6. De R\$ 10.001 a 15.000

3. De R\$ 2.001 a 3.000

7. De R\$ 15.001 a 20.000

4. De R\$ 3.001 a 5.000

8. Mais de R\$ 20.000

Observações:

Dimensão física/econômica do estabelecimento: _____

Qualidade/estado do estabelecimento: _____

Confiabilidade da informação: _____
